



Revista Brasileira de  
**História  
Militar**



Ano VII - Nº 20  
Novembro 2016



# Editorial

Esta edição dedicada essencialmente à história militar brasileira, traz três artigos sobre a Guerra do Paraguai, sendo que dois deles discutem a apropriação pela memória da Batalha Naval do Riachuelo, no Brasil e no Paraguai. Apresentamos ainda mais um trabalho relacionado à Guerra do Paraguai, mas tratando do Pós-guerra, além de um artigo sobre a Escola de Guerra Naval e outro sobre o polêmico episódio ocorrido em Porongos, durante a Revolução Farroupilha. Em anexo, publicamos também o Caderno de Resumos do I Simpósio Nacional de História Militar, realizado de 26 a 28 de abril deste ano, no Museu Naval do Rio de Janeiro.

A todos que colaboraram para mais esta edição nosso muito obrigado.

Cesar Machado

Editor Responsável



## Imagem desta Edição

Combate Naval do Riachuelo, 1882/83.

Óleo sobre tela, de Vitor Meireles de Lima (1832-1903), óleo sobre tela, 4 x 8 m, Acervo Museu Histórico Nacional/IBRAM/MinC, situado no Rio de Janeiro

O Combate Naval do Riachuelo representa de forma dramática e heroica o combate travado em 11 junho de 1865 entre as esquadras paraguaia e brasileira, no âmbito da Guerra do Paraguai (1864-1870). Uma primeira versão desta obra, elaborada pelo artista a partir de impressões por ele registradas no cenário da guerra, foi encomendada pelo então Ministro da Marinha para ser apresentada na Exposição de Filadélfia, nos Estados Unidos, em 1876. Esta obra, no entanto, foi destruída por acidente no seu retorno ao Brasil. Inconformado, Vitor Meireles pintou esta segunda versão em 1882/1883, em cuja composição dizem ter se superado.



Revista Brasileira de  
**História  
Militar**

www.historiamilitar.com.br  
ISSN 2176-6452

**Conselho Editorial**

Prof. Dr. Paulo André Leira Parente	Cel. Dr. Luiz C. Carneiro de Paula
Prof. Dr. Marcos Guimarães Sanches	CMG Prof. Ms. Francisco E. Alves de Almeida
Prof. Dra. Maria Teresa Toribio B. Lemos	Prof. Dr. Ricardo Pereira Cabral
Prof. Dra. Adriana Barreto de Souza	Prof. Dr. Manuel Rolph de Viveiros Cabeceiras
Prof. Dra. Cláudia Beltrão da Rosa	Cel. Prof. Ms. Cláudio Passos Calaza
Prof. Dr. Cesar Campiani Maximiano	Prof. Dr. Marcello José Gomes Loureiro
Gen. Dr. Aureliano Pinto de Moura	

**Editor Responsável**

Cesar Machado Domingues

**Editores Associados**

Ronaldo Lucas da Silva

**Administração e Redação**

Rio de Janeiro – RJ. CEP 22.470-050  
E-mail: editor@historiamilitar.com.br

**Revisão e Diagramação**

Daniel Albino da Silva



# Índice

**Uma batalha naval concentra por si só um século de glórias: Riachuelo na história e na memória.....6**

*José Miguel Arias Neto*

**“La jornada gloriosa del 11 de Junio”: A Batalha Naval do Riachuelo como propaganda de guerra nos periódicos paraguaios.....35**

*Sergio Willian de Castro Oliveira Filho*

**A atuação da esquadra imperial brasileira contra a posição de fortín no Tebiquary.....52**

*Aldeir Isael Faxina Barros*

**A Revista do Exército Brasileiro e o pensamento militar pós-guerra do paraguai.....76**

*Carlos Roberto Carvalho Daróz*

**A formação continuada na marinha: a escola de guerra naval, formando ou consagrando uma elite?.....89**

*Sylvio dos Santos Val*

**A Revolução Farroupilha: o massacre de cerro dos Porongos.....106**

*Káríta Gill Sinotti, Leonardo Betemps Kontz e Odilon Leston Júnior*

**Livro em Destaque.....124**

**Caderno de Resumos do I Simpósio Nacional de História Militar.....126**

# UMA BATALHA NAVAL CONCENTRA POR SI SÓ UM SÉCULO DE GLÓRIAS: RIACHUELO NA HISTÓRIA E NA MEMÓRIA <sup>1</sup>

José Miguel Arias Neto<sup>2</sup>

## Resumo

Este artigo tem por objetivos desenvolver uma reflexão sobre as representações, a memória e as apropriações da Batalha Naval do Riachuelo pelos diversos grupos políticos e militares ao longo do Segundo Reinado e nas duas primeiras Décadas Republicanas. Tem como objeto/fontes a imprensa em geral, a imprensa militar, diários, memórias, crônicas, folhetos e imagens. O objetivo é compreender os múltiplos significados que a vitória brasileira no Riachuelo foi adquirindo ao longo da História e refletir sobre seus possíveis significados contemporâneos.

**Palavras-Chave:** Política, representações, Batalha Naval do Riachuelo

## Abstract

This article aims to develop a reflection on the representations, memory and appropriations of the Battle of Riachuelo by various political groups and military throughout the Second Empire and the first two Republican decades. It has as object/sources the press in general, the military press, diaries, memoirs, essays, brochures and images. The goal is to understand the multiple meanings that the Brazilian victory in Riachuelo has acquired throughout history and reflect on its possible contemporary meanings.

**Keywords:** Politics, representations, Battle of Riachuelo

<sup>1</sup> Publicado originalmente na Revista Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 11, no 21, p. 35-53 – 2015. A primeira frase do título foi retirada da conferência realizada pelo cirurgião da Armada, José Caetano da Costa, veterano da Guerra do Paraguai, na Biblioteca de Marinha, no ano de 1885, durante as comemorações do 20º aniversário da Batalha Naval do Riachuelo.

<sup>2</sup> Professor de História Contemporânea. Universidade Estadual de Londrina e dos Programas de Pós-Graduação em História Social (UEL) e História e Regiões (Unicentro). Bolsista Produtividade CNPq

**A crônica é a forma fundamental para a historiografia,  
Assim como o épico o é para a poesia.  
Georg Gottfried Gervinus,  
Fundamentos de Teoria da História, 1837.**

## **INTRODUÇÃO**

1864.2014. 150 anos da Guerra do Paraguai. 1865.2015. Cento e cinquenta anos da Batalha Naval do Riachuelo. Deve-se comemorar? Não parece haver, quer nos antigos aliados que configuram a Aliança – Brasil, Argentina e Uruguai, quer no Paraguai, antigo inimigo, hoje parceiro do Mercosul, ninguém que deseje comemorar o início da Guerra da Tríplice Aliança. E por que então dever-se-ia comemorar a Batalha Naval do Riachuelo?

Em 1864, a Guerra do Paraguai era vista como um conflito civilizatório e justo, em que o Império do Brasil e seus aliados lutaram contra o governo bárbaro e feroz de Lopez no Paraguai. A guerra civilizatória jamais perseguiu, segundo este discurso, o prejuízo do povo paraguaio; ao contrário, visava sua libertação da tirania.

Passado um século e meio, o sentimento nacional no Brasil e nos países aliados Uruguai e Argentina parecem ser de culpa pelo massacre e pela destruição do Paraguai. A guerra teria sido um erro: foi uma Guerra Maldita, juízo estabelecido pela historiografia e pela opinião pública. Em questão a posse do canhão *El Cristiano* que se encontra no Museu Histórico Nacional, cuja devolução o Paraguai reivindica<sup>3</sup> em uma clara sinalização de que a memória da guerra provavelmente nunca será pacífica e muito menos pacificada.

Desta forma a questão permanece: deve-se comemorar ou não a Batalha Naval do Riachuelo? Se a resposta for positiva, outra se impõe: o que há para comemorar? Qual é o sentido desta comemoração, numa sociedade dividida quanto à avaliação da participação dos militares na política recente? Não seria o caso de lembrar Riachuelo? E, neste caso, não se trataria de comemorar, no sentido mais comum de celebrar, mas sim de memorar em conjunto refletindo sobre a questão?

Não se estaria, contudo, adentrando ao caminho do revisionismo, reprovado como crime de lesa-pátria por alguns grupos sociais? Ora esta é a postura daqueles que veem na história a figura de

---

<sup>3</sup> FLECK, Isabel. Paraguai exige do Brasil a volta do “Cristão” trazido como troféu de guerra. *Folha de São Paulo*, 18/04/2013. <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2013/04/1264506-paraguai-exige-do-brasil-a-volta-do-cristao-trazido-como-trofeu-de-guerra.shtml>. Acesso em 20/04/2015.

uma pretensa justiça que deveria tudo analisar de modo imparcial. Tudo se passaria como se, na formulação de Leopold von Ranke, o historiador olhasse o mundo e a história da perspectiva de Deus<sup>4</sup>. O problema, da perspectiva filosófica, é que o historiador é bem mais complexo que Deus: ele é humano. Em outras palavras, este tipo de observação isenta é um falso problema, pois os historiadores sempre vão olhar para uma determinada questão a partir de delineamentos socio-culturais e políticos, ou seja, eles olham o mundo de lugares e tempos distintos. Neste sentido, a Justiça também se inclina diante de Clio: ela se transforma nos tempos e nas sociedades.

Já dizia Marc Bloch: a história é a ciência dos homens no tempo em fórmula que se tornou célebre<sup>5</sup>. Mas mesmo Bloch não abriu mão dos conselhos dos alemães dos Oitocentos tão bem expressos pelo mestre de Wiehe: a história, dizia ele, é Ciência e Arte, Ciência pelo lado da pesquisa meticulosa e honesta, Arte pelo lado a recriação do conhecimento através da atividade do pensamento e da escrita<sup>6</sup>.

Por outro lado, não se fará uma narrativa da perspectiva paraguaia já que sempre se narrou a história da perspectiva dos aliados. Uma inversão desta natureza ainda implica em uma afirmação infundada: que a história contada do ponto de vista do Paraguai é *melhor e mais verdadeira* do que a nossa. É claro que esta é uma opção ética e política possível, mas também é historicamente equivocada<sup>7</sup>.

Tratar-se-á aqui, portanto, de investigar algumas das representações e ressignificações da Batalha Naval do Riachuelo em alguns momentos dos Oitocentos e dos Novecentos, sem a menor pretensão de esgotar a temática, mas tão somente com o objetivo de contribuir para a compreensão deste nosso momento, de nós mesmos, de nossa sociedade dividida e em busca de si e que vai encontrar-se apenas na multiplicidade sociopolítica e cultural tentando responder ao desafio da formação democrática: consolidar e resguardar firmemente o fato de somos todos iguais e ao mesmo tempo diferentes, e que a atualização de apenas um destes polos nos conduzirá ao fascismo<sup>8</sup>.

4 “Do ponto de vista de Deus, todas as gerações são igualmente justificadas, é mister que assim também as veja o historiador. *Apud* HOLANDA, S.B. O atual e o inatual em Leopold von Rank. In *Ranke: história*. São Paulo: Ática, 1979, p.56.

5 BLOCH, Marc. *Introdução à história*. Lisboa: Europa-América, 1997.

6 RANKE, Leopold von. Sobre o caráter da ciência histórica. In MALERBA, Jurandir ( Org.). *Lições de história*. Porto Alegre, FGV/PUCRS, 2010, p. 133-154.

7 Entre o nada e o anódino: Parâmetros, Diretrizes e a reforma da Educação Nacional. *História & Ensino* (UEL), Londrina, v. 5, , 1999, p. 103-126.

8 TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

Trata-se, portanto, de uma ontologia do presente<sup>9</sup>, pois, conforme Walter Benjamin:

A verdadeira imagem do passado perpassa veloz. O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido (...). Pois irrecuperável é cada imagem do presente que se dirige ao presente, se que esse presente se sinta visado por ela<sup>10</sup>.

Para atender a esta tentativa de analisar alguns momentos, recorrer-se-á a fontes múltiplas e variadas: diários de oficiais da Marinha, imprensa em geral, a imprensa militar em específico<sup>11</sup>, palestras, folhetos, correspondência oficial, dentre outros. Além desta introdução, o artigo se divide em duas outras partes: em um primeiro momento analisar-se-ão as narrativas e celebrações da Batalha Naval do Riachuelo durante o Segundo Reinado e, em segundo, apropriações e desdobramentos destas apropriações nas duas primeiras décadas da República para, finalmente, tecerem algumas reflexões mais gerais à guisa de considerações finais.



Figura 1<sup>12</sup>

9 KANT, Immanuel. Resposta à pergunta o que é o esclarecimento In KANT, Immanuel. *A paz perpetua e outros opúsculos*. Lisboa: Edições 70, 1992, p.11-19. FOUCAULT, Michel. O que é o iluminismo. In: ESCOBAR, Carlos Henrique (org.). *Michel Foucault (1926-1984) o Dossier – últimas entrevistas*. Rio de Janeiro, Livraria Taurus Editora. Curso inédito de Michel Foucault no Collège de France, 1983.

10 BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 224.

11 ARIAS NETO, J. M. . Imprensa Militar no século XIX: um balanço preliminar. *Navigator* (Rio de Janeiro), v. 9, p. 55-64, 2013; ARIAS NETO, J. M. . Revista Marítima Brasileira – 1851-1855: Um projeto de Marinha para o Império do Brasil. In: Luiz Carlos Carneiro de Paula; Renato Jorge Paranhos Restier Junior; Marcello José Gomes Loureiro; Fabiola Maria da Silva Chagas. (Org.). *A guerra e a formação dos Estados Nacionais contemporâneos*. 1 ed. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013, v. 1, p. 116-139. NASCIMENTO, Fernanda de Santos. *A imprensa periódica militar no século XIX: política e modernização no exército brasileiro (1850-1881)*. Tese de doutoramento. Porto Alegre: PUC, 2015.

12 Figura: Fonte: Semana Ilustrada, 09 de julho de 1865. Hemeroteca Digital Brasileira.

## RIACHUELO: AS NARRATIVAS E CELEBRAÇÕES NO SEGUNDO REINADO

A batalha naval do Riachuelo<sup>13</sup> é um acontecimento que desafia a imaginação historiográfica entre outras razões pelo fato de que ela se tornou célebre no momento em que aconteceu e não posteriormente. Assim sua fama, por assim dizer, produziu-se instantaneamente, transformando-se de imediato em lugar de memória e monumento histórico.

O impacto da vitória em Riachuelo foi imediato na Corte. A *Semana Ilustrada*, em 02 de julho de 1865, assim noticiava o fato:

Vitória! O dia 11 de junho será contado entre os mais gloriosos da História Brasileira. Às 9 horas da manhã 8 vapores e 8 baterias flutuantes paraguaios, montando peças de 80, quiseram medir-se com a nossa briosa esquadra ao mando do valente chefe Barroso. Os nossos iam sentar-se à mesa do almoço. Proporcionou-se lhes um banquete. Quatro vapores e 6 chatas do inimigo foram a pique, e os demais buscaram na fuga a salvação; mas por tal forma danificados que apenas serviriam para levar ao cacique um triste desengano. Perdemos o *Jequitinhonha* porque encalhou, e lamentamos a morte de alguns bravos que sustentaram valorosamente a honra do pavilhão brasileiro. Glória aos vencedores. Glória ao Brasil!

A notícia já estabelece o dia 11 de junho como sendo dos mais gloriosos da história do Brasil. De fato o jornal faz coro com o que, de certa forma, o Chefe Barroso afirmara em sua parte da Batalha: *Tratei (...) de dar um dia de glória à nação, fazendo respeitar nosso pavilhão*<sup>14</sup>. No dia 09 do mesmo mês, a *Semana Ilustrada* publicou várias imagens, que asseguravam ser Riachuelo parte já da história do Brasil. Eis uma delas:

13 Neste texto serão retomados aspectos militares da Batalha Naval do Riachuelo apenas na medida da necessidade para a presente discussão. Estes aspectos estão reunidos e bem consolidados, quer do ponto de vista tático ou estratégico, na vastíssima produção sobre a Guerra do Paraguai ao longo destes cento e cinquenta anos. Menciono os mais importantes autores atuais: MAIA, João do Prado. *A marinha de guerra no Brasil na colônia e no Império*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965, MARTINS, Hélio Leôncio. A estratégia naval brasileira da guerra do Paraguai. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, p. 59-86, 3º Trimestre, 1997, VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. A campanha naval na guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, p. 48-54, 1º Trimestre 2009, ALVES DE ALMEIDA, Francisco Eduardo. *A batalha naval do Riachuelo: uma visão micro histórica*. Rio de Janeiro: IGHMB, 2005. BITTENCOURT, Almirante Armando de Senna. A batalha naval do Riachuelo, na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. In VIDIGAL, Armando & ALVES DE ALMEIDA, Francisco Eduardo (Orgs.). *Guerra no mar: batalhas e campanhas navais que mudaram a história*. Rio de Janeiro: Record, 2009, p. 253-300. Cabe apenas observar que a Batalha Naval do Riachuelo ocorreu a 15 km ao sul da cidade de Corrientes, no Rio Paraná. Nesta batalha bateram-se 9 navios brasileiros, somando 59 canhões e tripulados por 2.287 homens e 8 navios e seis chatas paraguaios, montando 44 canhões com 2.500 homens. A batalha se iniciou por volta de 10 horas da manhã e concluiu-se por volta de 16 horas. A marinha imperial venceu a batalha tendo sido afundados 4 navios paraguaios tendo o restante da frota fugido subindo o Rio Paraná. DONATO, Hernani. *Dicionário das Batalhas Brasileiras*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001, p. 439-40.

14 SILVA, Francisco Manuel Barroso da. Parte da Batalha do Riachuelo. In *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, ano II, V. 4, Janeiro/Junho, 1883, p. 13.

Imagem e texto se complementam numa trama discursiva de modo a eternizar a Batalha. Ao centro uma representação da Pátria segurando com uma mão a bandeira do Império tendo ao seu lado, sob seu braço, o vaso de onde flui o Rio Paraná, que se dilui em toda parte inferior, onde também se encontra outra bandeira, possivelmente do Paraguai, derrubada pela Pátria. O mastro desta segunda bandeira forma um enquadramento no qual aparecem as tropas imperiais identificadas pela bandeira do Brasil, tendo a Fragata *Amazonas* ao fundo. Encimando a imagem o dístico: *Viva a Esquadra Brasileira* e o nome dos navios à direita e à esquerda: *Beberibe, Jequitinhonha, Parnayba, Ypiranga, Iguatemy, Belmonte, Amazonas, Araguay*. O poema honra os bravos de Riachuelo, assegurando seu lugar na história, *filhos do Império da Cruz*, cujas fronteiras estão cercadas pelo *diadema de luz*.

A Batalha Naval do Riachuelo, já em sua designação, emerge como lugar de memória. Trata-se de promover uma concentração do tempo e congelá-lo. Criar lugares de memória, que nas palavras de Pierre Nora assim se definem:

O que os constitui é um jogo da memória e da história, uma interação dos dois fatores que leva a sua sobredeterminação recíproca. Inicialmente, é preciso ter vontade de memória. (...) Na falta dessa intenção de memória os lugares de memória serão lugares de história. (...) Porque, se é verdade que a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial – o ouro é a única memória do dinheiro – prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, é claro, e é isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações.<sup>15</sup>

Lugar de memória, monumento, Riachuelo deveria ecoar através do tempo como narrativa histórica da guerra com o Paraguai, como memória e símbolo do Brasil no conflito, como exemplo ético do triunfo da civilização sobre a barbárie. Anos mais tarde, Arthur Silveira da Mota contribuiu, sem o desejar, para erodir esta imagem. Escreveu que as observações do Almirante inglês Colomb, acerca da guerra hispano-americana, poderiam bem se aplicar à Riachuelo, caso o militar conhecesse a história “da nossa grande campanha do Paraguai”:

Receio que sejamos forçados a reconhecer que se tem descido da guerra civilizada para a guerra bárbara. A antiga regra era de, no extremo de se tornar inútil a perda de vidas, o

---

15 NORA, Pierre. Entre Mémoire et Histoire. *Les Lieux de Mémoire: La République*. Paris: Gallimard/ Centre National des Lettres, 1984 p. XXXV. Tradução: Yara Aun Khourhy. *Projeto História*. São Paulo, n 10, dezembro, 1993, p. 22

comandante curvar-se ao destino, e entregar o fruto da vitória ao vencedor. Parece, porém, que agora este fruto deve ser negado a todo o transe ao vencedor e que o espírito de selvageria, debaixo do disfarce de indômita coragem, deve dominar. Se esta é uma lição das modernas guerras cumpre confessar que é uma lição muito triste.<sup>16</sup>

Há que destacar que Jaceguay subscreve esta avaliação de Colomb para falar dos paraguaios que se bateram

(...) com a raiva e a tenacidade de fanáticos, como feras (...) a própria inconsciência da inferioridade de seus navios deu-lhes alento para prolongarem a resistência muito além do limite em que marinheiros de uma marinha civilizada teriam procurado na retirada diminuir os efeitos de uma derrota inevitável, ou teriam arriado bandeira.<sup>17</sup>

O barão estava tão imbuído do ideal civilizatório e tão preocupado em preservar a imagem de Riachuelo que parece não lhe ter ocorrido que a guerra é um tipo de relação e, neste caso, são os brasileiros que precisaram se barbarizar para consolidar a sua vitória, lutando sem cessar para deter o inimigo. Assim, o ideal civilizatório é um fracasso, e o inimigo visto como uma fera a ser exterminada. Trata-se, para além destas apreciações de cunho romântico e iluminista, de verificar que há uma mutação na *natureza da guerra* que já se revela em Riachuelo: a emergência da guerra total. O chefe Barroso afirma que a sua intenção era aniquilar a esquadra paraguaia e que não o fez porque depois de abalroar os primeiros navios os quatro restantes fugiram e ele, chefe da divisão, permaneceu no lugar cuidando de socorrer o restante da armada seriamente danificada e com muitos feridos. Este quadro dramático durou vários dias, pois não havia base de operações próxima uma vez que Corrientes permanecia sob domínio Paraguaio<sup>18</sup>.

Riachuelo, a despeito disto, torna-se lugar de memória e monumento da História, por que foi uma batalha decisiva. Mas por que decisiva se não foi estabelecido o domínio das margens do Rio Paraná, como bem observou Afonso Celso de Assis Figueiredo? Em outras palavras, não foi acompa-

16 JACEGUAY, Arthur. Barroso e a Batalha do Riachuelo. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, ano 18, n 7, Janeiro, 1899, p. 454.

17 Idem, p. 453.

18 SILVA, Francisco Manuel Barroso da. Parte da Batalha do Riachuelo. In *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, ano II, V. 4, Janeiro/Junho, 1883, p. 13 e seguintes.

nhada da ocupação por terra<sup>19</sup>. Senna Bittencourt<sup>20</sup> também observou que Riachuelo não foi a maior operação naval da guerra, nem a mais elaborada – o desembarque do Passo da Pátria, o forçamento de Curupaity e de Humaitá foram operações de grande envergadura e sofisticação<sup>19</sup><sup>21</sup>. Mas Riachuelo, na visão de Bittencourt, foi uma *primeira grande vitória que marcou uma inversão de expectativas, naqueles tempos difíceis*<sup>22</sup> e, além disto, foi decisiva, pois estabeleceu o *bloqueio* do rio, que era a estratégia da guerra, não apenas impedindo a ação do restante da marinha paraguaia como também sufocando o comércio e o abastecimento logístico do Paraguai.

Do outro lado do Rio da Prata, o historiador argentino José Maria Rosa observa que Riachuelo deteve a ofensiva paraguaia e pouco depois a guerra se deslocava para aquele país:

La guerra ofensiva se perdió en la batalla naval de Riachuelo, frente a Corrientes. Todo lo que vino después (intrigas de Urquiza con Robles, aniquilamento de la columna de Duarte em Yatay, capitulación de Estigarribia em Uruguayana) fue consecuencia de haver perdido los paraguayos el río.<sup>23</sup>

Riachuelo foi, portanto, um marco decisivo da guerra. Os vários grupos sociais e políticos dali em diante apropriaram-se deste fato segundo suas perspectiva e expectativa. Para os militares da Marinha do Brasil ela tornou-se marco da identidade da “classe militar”, construção em curso desde pelo menos os anos de 1850: é o panteão dos heróis navais da Pátria, vivos e mortos: Barroso com sua tática de abalroamento, os guardas-marinha João Guilherme Greenhalgh, Francisco José de Lima Barros que morreram defendendo a bandeira imperial, o primeiro a bordo da *Parnayba* e o segundo do *Jequitinhonha*, o imperial marinheiro Marcílio Dias, também morto a bordo da *Parnayba* e muitos outros homens da Marinha e do Exército que participaram da batalha foram todos contemplados em novembro daquele ano com a recém criada Medalha da Batalha Naval do Riachuelo pelo decreto 3.529<sup>24</sup>.

---

19 OURO PRETO, Afonso Celso de Assis Figueiredo, Visconde de. A esquadra e a oposição parlamentar. Rio de Janeiro: Typographia e Lithografia Franceza, 1868. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1921.

20 BITTENCOURT, Almirante Armando de Senna. A batalha naval do Riachuelo, na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. In VIDIGAL, Armando & ALVES DE ALMEIDA, Francisco Eduardo ( Orgs.). *Op. Cit.*, pp. 291-2.

21 Ver também BITTENCOURT, Luiz Edmundo Brígido. *A marinha imperial na guerra do Paraguai não foi só Riachuelo*. Rio de Janeiro: Antonio de Oliveira Pereira, 2011.

22 BITTENCOURT, Almirante Armando de Senna. A batalha naval do Riachuelo, na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. In VIDIGAL, Armando & ALVES DE ALMEIDA, Francisco Eduardo ( Orgs.). *Op. Cit.*, p. 291.-2.

23 ROSA, José Maria. *La guerra del Paraguay y las montoneras argentinas*. Buenos Aires: Punto de Encuentro, 2008, p. 203.

24 O Decreto 3.529 de 18 de novembro de 1865 cria a Medalha e a atribui para os oficiais e praças da Armada Nacional que participaram da Batalha. A mesma honraria foi estendida aos oficiais e praças do Exército Brasileiro que também tomaram parte naquele combate através do Decreto 3.548 de 29 de novembro daquele mesmo ano. *Coleção de Leis do*

A obra *Relíquias Navais do Brasil* reproduz a imagem da medalha que pertenceu a Barroso:



**Figura 2**<sup>25</sup>

A imprensa ilustrada foi fundamental para a difusão das representações visuais de Riachuelo que tão importantes eram em uma sociedade majoritariamente iletrada.

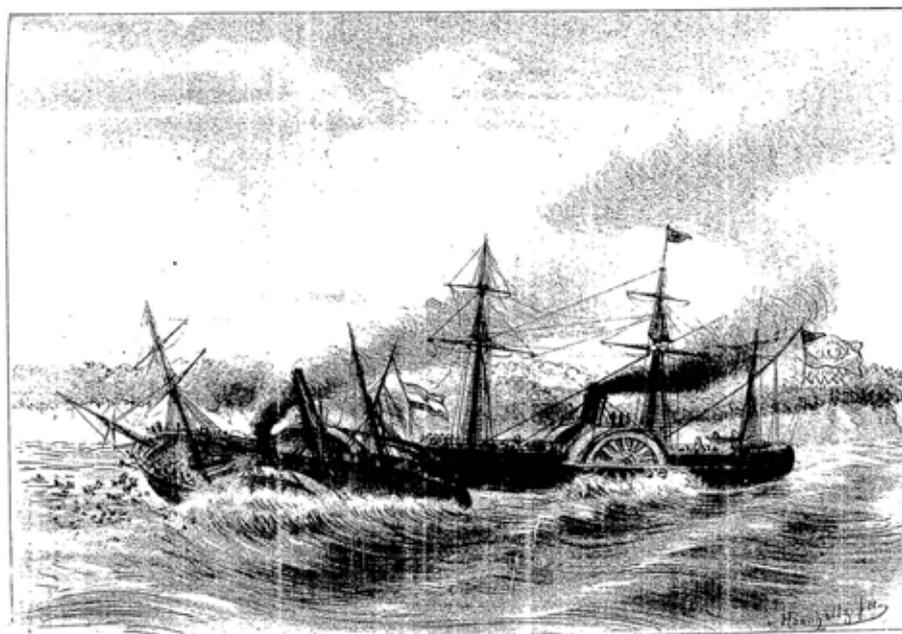
No mesmo ano de 1865, a *Semana Ilustrada* publicou várias representações da batalha, muitas delas produzidas por Antonio Luiz Von Hoonholtz, futuro Barão de Tefé, comandante da *Araguary*, sob o título “Episódios da Guerra do Paraguai”:

Os desenhos de Hoonholtz merecem uma análise à parte, devido à produção em largas quantidades e pela aprimorada qualidade iconográfica. O que se destaca no caso é que, para além do simbolismo, as obras parecem ter uma dimensão pedagógica, isto é, reproduzem visualmente as narrativas sobre Riachuelo estabelecidas pelas partes dos oficiais combatentes, ele próprio, dentre eles. Neste sentido, seriam como “vitrais” de Riachuelo para serem vistos e compreendidos pelo público leitor letrado e não letrado do Rio de Janeiro, tendo em vista as práticas de leitura coletiva e a circulação dos

*Império do Brasil*, 1865, parte II, <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/18482>. Acesso em 20/04/2015. Sua fita é branca com duas listas verdes laterais da largura de 6 mm, ficando a orla igualmente branca, com 2 mm de largura. Os oficiais gerais receberam a medalha para uso no pescoço, com 37 mm, em ouro. Os oficiais superiores a receberam no mesmo metal. Os subalternos e praças de marinha a receberam em prata. O Corpo de Imperiais Marinheiros e Batalhão Naval receberam em bronze. Todas as medalhas, exceto as de Oficial General, medem 25 mm. A medalha traz no anverso a inscrição: “Petrus II D. G. Const. Imp. Et Perp. Brás. Def. 1865”. No campo a efigie do Imperador à esquerda, entre dois ramos, um de fumo e outro de café. No reverso: “Combate Naval do Riachuelo”. No campo, entre um ramo de carvalho e um de palma, uma âncora e uma peça de artilharia (canhão) em cruz. Sobre elas e ao centro, um escudete com a inscrição “11 de junho de 1865”. Sobre a medalha há uma coroa Imperial, articulada e encimada por uma argola para a fita. Informações reproduzidas de: <http://tudoporsaopaulo1932.blogspot.com.br/2012/07/medalha-da-batalha-naval-do-riachuelo.html>. Acesso em 20/04/2015.

25 *Relíquias Navais do Brasil*, 1997, p.18

periódicos pela cidade. De fato, são figuras que representam momentos específicos do combate. Na tela apresentada, é possível visualizar a representação da fragata *Amazonas* realizando a manobra do aríete, com a qual Barroso abalroou os vapores inimigos, com o detalhe dos marinheiros paraguaios saltando e/ou caindo no rio pela proa da embarcação. Uma história narrada de uma perspectiva militar, que se pretende unívoca e objetiva, tal qual o relato escrito.



Episódios do dia 11 de Junho de 1865.  
COMBATE NAVAL DE RIACHUELO.  
A Fragata *Amazonas* com o pavilhão do Chefe Barroso e comandado pelo Capitão de Fragata, Brito, metendo a pique um vapor.

Figura 3<sup>26</sup>

Uma advertência é necessária: ainda que celebrada, não havia um rito ou um cerimonial para as comemorações de Riachuelo. Tratava-se de manifestações não sistemáticas, por assim dizer. Exemplo disto são os diários de Manuel Carneiro da Rocha e de Joaquim José Ignacio, o Visconde de Inhaúma<sup>27</sup>. O primeiro registra, em 1866, a passagem de um ano da batalha e como o mesmo foi rememorado:

Completa-se um ano que a Esquadra Imperial, em Riachuelo, lançou a pique quatro vapores paraguaios e tomou seis chatas, correndo com o resto dos navios, ainda debaixo do fogo da bateria de terra. Às 8h houve missa no *Apa*, em ação de graças, por tão assinalada vitória<sup>28</sup>.

26 Fonte: Semana Ilustrada, 17 de setembro de 1865. Hemeroteca Digital Brasileira.  
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702951&PagFis=1932&Pesq=>

27 ROCHA, Manuel Carneiro. *Diário da campanha naval do Paraguai – 1866*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1999. INHAÚMA, Visconde de. *Diário pessoal do Almirante Visconde de Inhaúma durante a Guerra da Triplíce Aliança*. Rio de Janeiro: Guilherme de Andrea Frota, 2008.

28 Rocha, MANUEL Carneiro. *Op. Cit.*, p. 140.

Percebe-se que não era uma celebração *stricto sensu*, mas sim uma ação de graças pela vitória. Tão metuculoso em suas anotações, Inhaúma nada registra no dia 11 de junho de 1867<sup>29</sup>. Um ano mais tarde, ainda registraria laconicamente:

O General Argolo mandou-me cumprimentar por ser este dia o aniversário do memorável combate do Riachuelo. As músicas do 2º Corpo tocaram na barranca a alvorada e o recolher. Comemorei este dia em ordem especial<sup>30</sup>.

Um ano mais tarde, em 1868, a crise do gabinete Zacarias provocou o deslocamento das representações de Riachuelo. Os liberais tentaram apropriar-se da narrativa da batalha para defender a atuação política do governo. Foi o Ministro Afonso Celso de Assis Figueiredo que encomendou, em 1868, à Academia Imperial de Belas-Artes dois quadros: um sobre Riachuelo e outro sobre a Passagem de Humaitá. Embora a encomenda tenha sido registrada por Manuel Araújo de Porto Alegre, então diretor da Academia, somente em agosto, após a queda do gabinete, ele já havia designado o professor de pintura histórica Victor Meirelles para a tarefa. Meirelles partiu para o Paraguai em junho daquele ano onde, com a permissão do Visconde de Inhaúma que o recebeu na esquadra estacionada em Porto Elisário, pode trabalhar durante dois meses sentindo o ambiente das batalhas e elaborando croquis e modelos para seus quadros<sup>31</sup>.

As telas foram concluídas em 1872. O *Combate Naval do Riachuelo* mede 4,60 por 8,20 metros e a *Passagem de Humaitá* 2,68 por 4,35 metros<sup>28</sup>. Elas foram exibidas juntamente com a *Batalha de Campo Grande*, de Pedro Américo, na 22ª Exposição Geral da Academia Imperial de Belas Artes. O imperador estava presente e a fama dos quadros atraiu 63.949 visitantes, o que representou um grande sucesso de público.

Como ocorre com toda obra, o quadro de Meirelles foi alvo de controvérsias e debates. Leva-do para a exposição da Filadélfia em 1876 e no retorno foi perdido por ter sido mal acondicionado. Tal

29 INHAÚMA, Visconde de. *Op. Cit.*, p. 95.

30 Idem, p. 203.

31 TORAL, André. *Imagens em desordem: a iconografia sobre a guerra do Paraguai*. São Paulo: Humanitas; FFLCH-USP, 2001. SILVA, Grazielle Rezende da. O Combate Naval do Riachuelo da História para Pintura. *Revista Virtu*. Juiz de Fora, UFJF n 7, primeiro semestre 2008. SILVA, Luiz Carlos da. *Representações em tempos de guerra: Marinha, Civilização e o quadro Combate Naval do Riachuelo de Victor Meirelles (1868 – 1872)*. Curitiba: UFPR, Dissertação de Mestrado, 2009.

situação levou Vitor Meirelles a fazer uma “réplica do quadro” exposta no Salon de Paris em março de 1883. Em outubro deste mesmo ano Meirelles retornou ao Brasil e, desejando exibir o quadro, oferta ao Barão de Cotegipe, na ocasião provedor da Santa Casa de Misericórdia, os lucros advindos da exposição do mesmo em benefício dos pobres do hospital. Eis o prospecto da exposição:

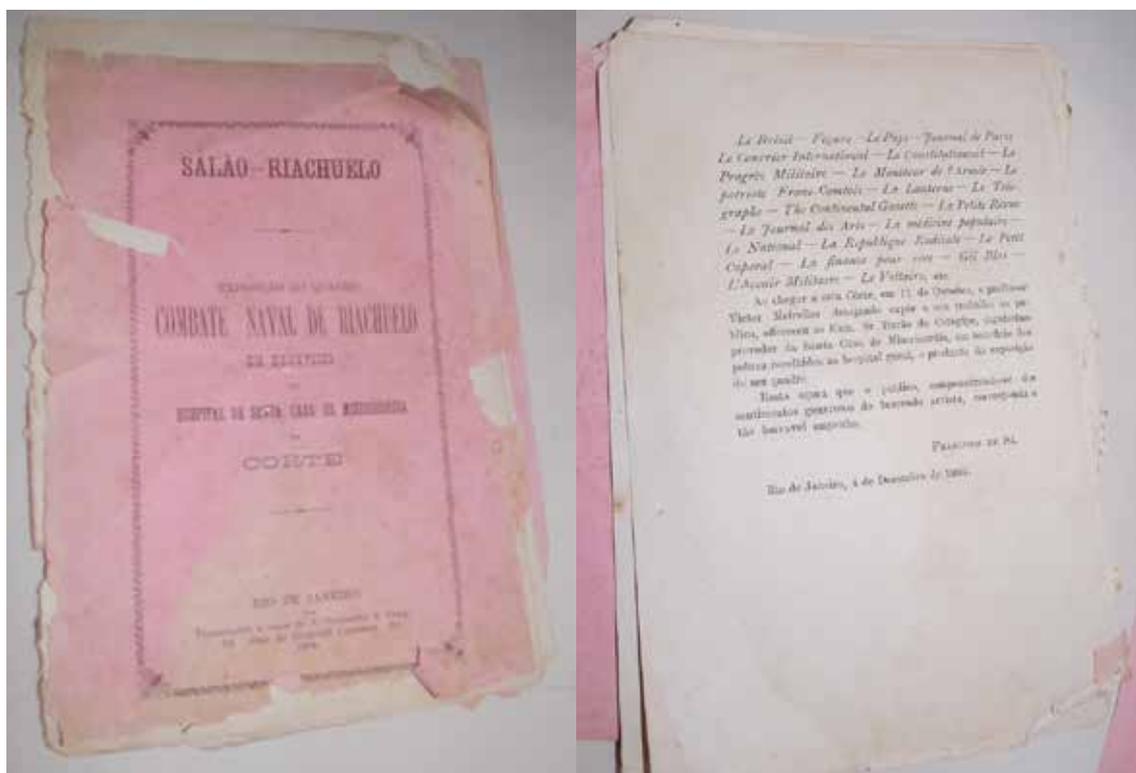


Figura 4<sup>32</sup>

Depois de muitas vicissitudes, o quadro foi adquirido pela Academia Nacional de Belas Artes em 1924 e posteriormente transferido ao Museu Histórico Nacional onde permanece até nossos dias. É necessário destacar que o objetivo didático de transmissão dos valores do nacionalismo romântico e do patriotismo dos Oitocentos parece ter sido em parte atingido. Contemporâneo do surgimento da indústria cultural e da cultura de massas, o quadro passou a ser reproduzido pelos manuais didáticos de história do Brasil, quase sempre como elemento de caráter ilustrativo ou de complemento do texto escrito no qual se ressalta os valores civilizacionais do Império do Brasil.

32 Fonte: Arquivo da Marinha. DPHDM. Rio de Janeiro.



**Figura 5**<sup>33</sup>

No momento em que foi encomendado, no entanto, fazia parte da estratégia de defesa da política do gabinete liberal de Zacarias, acossado pelas críticas de morosidade e inação da esquadra, feitas pelo General Mitre, pelos jornais da Corte, pelo Parlamento e pela imprensa portenha. Estas críticas produziram a crise entre o gabinete liberal e o comando da guerra, centralizado no Marquês de Caxias, general conservador, o que resultou na queda do governo em julho de 1868, e na ascensão do grupo conservador capitaneado pelo Visconde de Itaboraí<sup>34</sup>.

Ainda, como parte desta estratégia de defesa de suas ações, Afonso Celso ordenou ao Tenente Euzébio Antunes, ajudante de ordens de Tamandaré, a redigir suas memórias<sup>35</sup> e editou, já após a demissão do gabinete, o livreto *A Esquadra e a Oposição Parlamentar*. Neste livreto, para poder defender sua atuação enquanto ministro, Afonso Celso justifica as ações do Almirante Tamandaré e do Visconde de Inhaúma no comando da Marinha durante a guerra. É o futuro visconde de Ouro Preto que, neste processo, aponta os limites estratégicos da batalha:

(...) o bloqueio que a esquadra tinha ido efetuar era puramente nominal. De fato era ela bloqueada porque ao passo que os paraguaios conservavam suas comunicações francas por terra interceptavam as nossas, por meio de artilharia assestada nas margens do rio. Demais

<sup>33</sup> Combate Naval do Riachuelo, Paris, 1882/1883. Óleo sobre tela, 4,60 x 8,20m. Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, RJ.

<sup>34</sup> Sobre os detalhes desta crise ver: NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. 5 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997; HOLANDA, Sérgio Buarque. Do Império à República. In HOLANDA, Sérgio B. (Dir.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico*. 4ª ed. São Paulo: DIFEL, 1985, t. 2, v 5.

<sup>35</sup> ANTUNES, Eusébio José. *Memórias das campanhas contra do Estado Oriental do Uruguai e a República do Paraguai*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2007.

o rio baixava de um modo extraordinário. Já o vapor Amazonas passara com dificuldade em Bela Vista. Era, pois, preciso descer, sob pena de ficarem inteiramente cortadas as comunicações com a base de fornecimento e de operações.<sup>36</sup>

Chama atenção a distinção que o autor faz entre bloqueio e domínio. Como a esquadra não estabeleceu o domínio do rio foi necessário que recuasse para não ficar bloqueada pelas forças paraguaias assestadas às margens. Estas formulações permitem questionar o caráter de *batalha decisiva* atribuída a Riachuelo por cronistas e historiadores militares. O Vice-Almirante Armando Vidigal em conferência ministrada no Instituto Histórico e Geográfico e publicada na *Revista Marítima Brasileira* quem observou:

(...) ela não foi estrategicamente decisiva, pois as fortalezas e chatas paraguaias (...) eram um obstáculo formidável, impedindo que a esquadra brasileira se deslocasse livremente pelo rio para dar o indispensável apoio às tropas de terra.<sup>37</sup>

É importante destacar esta formulação, para que se verifique a diversidade de interpretações e representações de Riachuelo nas múltiplas temporalidades. Nem mesmo o fator que seria o coração da batalha – a sua característica de batalha decisiva – passou incólume pela crítica historiográfica.

Concluída a guerra, o forte movimento reformista que agitou a sociedade brasileira envolveu também o oficialato da Armada Nacional. Oficiais de Marinha se engajaram em projetos e ações que visavam o aprimoramento da força e a sua recomposição frente ao sucateamento que se processa ao final do século. Este era provocado pelos cortes, promovidos pelo Parlamento, nos orçamentos militares em resposta ao endividamento provocado pela guerra e também à crise econômica dos anos de 1870 e 1880.

A situação na Marinha nos inícios dos anos de 1880 não era alvissareira. Em 13 de agosto de 1879 Joaquim Nabuco pronunciava no Parlamento um discurso irônico sobre o afundamento do transporte Leopoldina *que ontem foi espontaneamente ao fundo*. E acrescenta: *Conhecíamos as combustões espontâneas, mas esses afundamentos espontâneos estavam reservados ao nosso arsenal*<sup>33</sup>. No ano seguinte, o Deputado Fernando Osório afirmava na Câmara que o país estava indefeso e a es-

---

36 OURO PRETO, Afonso Celso, *Op. Cit.*, p. 583.

37 VIDIGAL, Armando Amorin Ferreira. *A campanha naval.. Op.Cit.*, p.52.

quadra nada mais era que “*um rebanho de fósseis (...), um aglomerado de nomes ilustres que enfeitam a popa desses navios (...) esquifes ambulantes que andam sobre as ondas livrando, com custo, nossos militares de uma submersão*”<sup>38</sup>.

Ao final da Monarquia a situação tornara-se dramática. Em 1888 o ajudante general referiu-se à esquadra nos seguintes termos:

É força confessar que o número, aparentemente importante de 44 navios, representa apenas uma ficção de força naval, porque na maior parte esses navios são medíocres espécimes de época demasiado afastada na arte naval, e pode se dizer sem receio de errar, que como Marinha moderna só se pode mencionar os dois monitores encouraçados (...) o Riachuelo e o Aquidabã<sup>39</sup>.

De estável ao fim do regime, somente a deterioração da infraestrutura e a estagnação das promoções<sup>40</sup>. É neste contexto que a Batalha Naval do Riachuelo ganhou outro sentido. Muito contribuirá para esta mudança a criação da *Revista Marítima Brasileira* em 1881, que passou a catalisar as discussões que os militares da Armada faziam na *imprensa militar* e na imprensa em geral.

Desde o início do século XIX, os militares tiveram uma ativa participação na imprensa e, portanto, no estabelecimento de um espaço público no Brasil<sup>41</sup>. É contudo, a partir dos anos de 1850, que há uma profusão de periódicos produzidos por militares, que discutiam temáticas militares, voltados para um público amplo, militar e civil.

Esses periódicos eram independentes da estrutura das Forças Armadas e apresentavam à sociedade temas como a defesa nacional, as demandas militares por reformas organizacionais, a busca por melhorias tecnológicas, contribuindo assim para formação e consolidação de uma identidade da classe militar nos anos cinquenta<sup>42</sup>.

Os principais periódicos produzidos por oficiais da Armada nos Oitocentos, e que se encon-

38 *Apud*. BOITEUX, Lucas A. *Ministros da Marinha: notas biográficas*. 3a Série (1865-1889). Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1959, p.69.

39 Relatório do quartel general, anexo ao *Relatório do Ministro da Marinha*, 1888, p. 7

40 ARIAS NETO, J. M. *Em busca da cidadania: praças da Armada Nacional, 1867-1910*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.

41 ARIAS NETO, J. M. *Imprensa Militar... Op. Cit.* NASCIMENTO, Fernanda de S. *Op. Cit.*

42 Nossa pesquisa levantou a existência de 24 periódicos militares existentes nos anos cinquenta, dos quais 07 são produzidos por oficiais da Marinha e pelo menos um, no qual oficiais do Exército e da Marinha produziram conjuntamente no período da Guerra do Paraguai.

tram na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, são: a *Revista Marítima Brasileira* que circulou entre os anos de 1851 a 1855, o *Brasil Marítimo* de 1854 a 1859, os *Annaes Marítimos* em 1861, *O Soldado e o Marinheiro* em 1869, a *Gazeta Naval* em 1877, *O Marinheiro* em 1881, e o *Echo da Marinha* em 1888.

Não se pode assegurar que esta seja uma lista completa, podendo novos periódicos ser encontrados em arquivos e bibliotecas espalhados pelo país. É interessante notar, porém, que, a despeito das propostas reformistas e de seu caráter mobilizador, os periódicos navais pouca ou nenhuma referência fazem à Batalha Naval do Riachuelo. Pode-se supor que isto ocorra em virtude do fato de que a imprensa em geral e as instituições imperiais tenham tentado monopolizar o discurso sobre a Guerra com o Paraguai de modo geral e sobre Riachuelo em particular.

Em 1881, o Ministério da Marinha criou uma *Revista Marítima Brasileira* diferente daquela dos anos cinquenta. Isto porque em primeiro lugar ela fazia parte da estrutura da Marinha, seu corpo técnico era indicado pelo ministro e era financiada pelo Estado. Em outras palavras tratava-se de uma publicação controlada pelo governo, mas que ao mesmo tempo garantia certa margem de liberdade de expressão e de manifestação de opiniões, principalmente no que diz respeito aos aspectos organizacionais e técnicos da Marinha. Ainda assim, pode-se perceber também que havia certa margem para a mobilização política da classe no que tange à apresentação de determinadas reivindicações.

Assim, a partir de 1881, a *Revista Marítima Brasileira (RMB<sup>43</sup>)* centralizou as discussões, a produção escrita e o noticiário sobre a Batalha do Riachuelo e sobre suas comemorações.

O Clube Naval, fundado em 1884, passou a coordenar o cerimonial comemorativo da Batalha. Em outras palavras, a oficialidade naval procurou garantir o monopólio sobre as narrativas e representações produzidas acerca de Riachuelo.

A *RMB* tem, até hoje, características assemelhadas à imprensa militar dos anos cinquenta. Em primeiro lugar, a sua diagramação em duas colunas, uma característica da imprensa dos anos cinquenta, é a mesma. Também a estruturação é igual à daquela, isto é, trata-se de uma revista que mantém três propostas editoriais: a história da instituição, a organização da força e desenvolvimento tecnológico voltado para os armamentos e para a guerra. Estas propostas estão intrinsecamente articuladas:

---

43 Doravante utilizar-se-á apenas *RMB*.

a história na *RMB* é de formulação ciceroniana, em outras palavras é a *Mestra da Vida* que orienta o presente e o futuro da organização da força e de sua preparação para a guerra. Desta articulação advêm as formulações sobre a Defesa Nacional, por ela propagadas e defendidas.

Por outro lado, esta tentativa de controle narrativo fez com que, no noticiário da revista e mesmo nos atos oficiais, as comemorações da Batalha Naval do Riachuelo se tornassem um prelúdio para apresentar ao Ministério e às demais autoridades imperiais, as reivindicações da classe militar.

Em 1882, por exemplo, a *RMB* reproduziu a conferência de Ignacio Joaquim da Fonseca<sup>44</sup> sobre o combate de Cuevas, proferida na presença do Imperador no salão da Escola Pública da Glória. O conferencista fazia uma homenagem ao Barão do Amazonas, Francisco Manuel Barroso da Silva, falecido quatro dias antes, isto é, a 08 de agosto. Ignácio objetivava estabelecer uma relação de causa e consequência entre a Batalha do Riachuelo e as passagens de Mercedes e de Cuevas<sup>45</sup>. Construindo uma narrativa rica em detalhes buscava demonstrar a importância do Exército e da Armada para a manutenção da integridade do Império. O autor ainda relembra a tomada de Curupaity, o forçamento de Humaitá, para destacar as virtudes guerreiras e os méritos da classe:

Tudo quanto se possa dizer para patentear os serviços notáveis desta distinta corporação não estaria certamente acima do juízo fundado e honroso de que é ela digna. Ao romper da guerra (...) tínhamos uma oficialidade perfeitamente educada para a sua missão, ávida de glória e do desejo de bem servir a pátria (...). Uma classe que assim se distingue, nas crises mais difíceis, é digna dos favores do Estado e da simpatia que encontra por toda parte.<sup>46</sup>

No contexto dos anos de 1880 o uso do termo “crise” fica bastante ambíguo. Na verdade, a expressão “nas crises mais difíceis” pode se referir tanto ao contexto da guerra como parece o ser à primeira vista. Mas a expressão também pode ser lida como uma referência às agruras vividas naquele momento pela classe militar. Neste sentido a conferência e a *RMB* parecem ter enunciado, a partir de uma análise da guerra centrada na Batalha do Riachuelo, a crise militar do Império, e a fala de

44 FONSECA, Ignacio Joaquim da. O Combate de Cuevas. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, ano Primeiro, V 2, Janeiro; Junho, 1882, p. 333- 361. O conferencista era chefe de Divisão Graduado e é também autor do livro *A batalha do Riachuelo* publicado em 1883, no Rio de Janeiro pela Typographia Lombaerts & Co.

45 Após a batalha do Riachuelo, os paraguaios tentaram duas vezes, sem sucesso, cortar as comunicações entre a esquadra da base de operações dos aliados. Para isto, estabeleceram fortificações nas barrancas do Rio, uma em Mercedes, cuja passagem pela esquadra foi realizada no dia 18 de junho, e outra em Cuevas, cuja passagem se fez com grande esforço no dia 12 de agosto. Ambas localizavam-se entre Corrientes em Empedrado.

46 FONSECA, Ignacio Joaquim da. O Combate de Cuevas. *Op. Cit.*, p. 360-61.

Ignacio pode muito bem ter soado como uma advertência ao poder civil já que se apresentava diante do monarca como “classe” e não apenas como um cidadão comum.

Nas comemorações do 20º aniversário da Batalha do Riachuelo em 1885, os discursos e ações críticas dos militares se tornaram mais contundentes. Sob o título “11 de junho, Batalha do Riachuelo”, a *RMB* noticiou as comemorações realizadas naquele ano. Em primeiro lugar, o articulista da revista destacava o caráter civilizatório da guerra do Paraguai: *comemorar Riachuelo não é comemorar a vitória de uma nação sobre a outra, mas sim comemorar o fato mais nobre da vida de um Estado, qual o de abrir um seu irmão americano as portas do futuro, iluminando-lhe o caminho com a vivificante luz da liberdade* <sup>47</sup>.

Repisava assim o discurso tradicional de que a guerra libertaria o Paraguai da tirania de Lopez. Também reforçava a interpretação corrente da batalha como tendo sido decisiva, *considerando-a do ponto de vista da filosofia da história o seu epílogo*.<sup>48</sup>

Além disto, a *RMB* noticiava a realização de uma missa na Igreja da Cruz dos Militares, de uma sessão solene no Clube Naval, onde, estando presentes veteranos da batalha, foram lidas as partes oficiais seguidas de uma alocução feita pelo Chefe de Divisão Ignacio Joaquim da Fonseca. Além de pronunciamentos no Senado e na Imprensa, a *RMB* informa que foi realizado um baile festivo a bordo do encouraçado *Riachuelo*, incorporado à esquadra em 1883. Finalmente, noticia a realização de uma reunião na Biblioteca da Marinha, organizada pelo Barão da Passagem, na qual estiveram presentes:

(...) muitos oficiais da Armada afim de fundar-se uma associação que tome a seu cargo comemorar os aniversários da Batalha do Riachuelo por meio de atos de beneficência, especialmente destinados a aliviar a pobreza ou a miséria das viúvas e órfãos dos oficiais de marinha. Aceita a ideia, ficou estabelecido que o primeiro ato de caridade fosse praticado em benefício da viúva de um dos oficiais que tomara parte no combate de Riachuelo. <sup>49</sup>

Nesta ocasião o primeiro cirurgião da Armada, Dr. José Caetano da Costa, pronunciou um discurso comemorativo, em que destacava superioridade da Armada nas guerras:

A infantaria é a serpente das batalhas(...) as esquadras são os Titãs dos mares, velozes leviatãs

---

47 S/A. 11 de junho, Batalha do Riachuelo ( 20º aniversário) . *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, ano IV, V 4, Janeiro/Junho, 1885, p. 331-32.

48 Idem, p. 332.

49 Idem, ibidem.

de faces escancaradas, cavando abismos, vomitando fogos, para, ou se engolfarem nas profundezas do caos, ou surgirem galhardamente por sobre o dorso das ondas, desfraldando aos ventos dos temporais seu vitorioso pavilhão! (...) No exército o homem pisa a terra, no mar cavalga o abismo. A batalha naval é o maior esforço do valor humano. (...) Uma batalha naval concentra por si só um século de glórias.<sup>50</sup>

A realidade do presente, contudo, não se afigurava alvissareira para os veteranos da guerra:

Vinte anos são passados (...) e seus heróis quase todos dormem o eterno sono do sepulcro, mortos como verdadeiros mártires da pátria; e os poucos que sobrevivem ainda, ai de mim, aí jazem esquecidos, perdidas todas as ilusões (...) quantos hão perecido na miséria, atirados à vala comum, sem uma lembrança ao menos que (...) avisem aos caminhantes que aí repousam bravos?! Sob as velhas fardas e cicatrizes(...) escondem-se mágoas infindas, que envergonhariam dize-las.(...) queria invocar neste momento a sombra do venerando Almirante Barroso e de todos os seus companheiros de batalha para virem ante vós receber as palmas (...) orvalhadas das lágrimas da saudade que nos ficou e das desgraças sofridas por aqueles que sacrificaram sua vida por amor da terra em que nasceram<sup>51</sup>.

Uma advertência ao governo e ao regime aparecia na fala do cirurgião. Invertendo a mensagem dos sinais de Barroso no 11 de junho – *o Brasil espera que todos cumpram o seu dever* –, Caetano da Costa concluía de modo quase ameaçador:

Nós, lutadores daquele grande feito, demos tudo quanto podíamos dar à nossa pátria; agora a ela compete cumprir o seu dever. É já tempo<sup>52</sup>.

Verifica-se que, na década de 1880, a questão militar passou a ser expressa também nos rituais comemorativos da Batalha Naval do Riachuelo, que serviam de toque de reunir da tropa para a mobilização em direção às reformas que a classe militar julgava necessárias ao país, incluindo-se aí interesses dos oficiais de Marinha.

Esta defesa de interesses específicos apareceu mais uma vez nas comemorações de 1889, quando a editoria da *RMB* publicou em sua edição de junho a matéria intitulada “Pátria e Dever: 11 de junho de 1865, Riachuelo”. Tratava-se apenas de dois parágrafos em que a redação da revista saudava aos Oficiais e Praças da Armada e do Exército presentes no Riachuelo e fazia:

<sup>50</sup> Idem, p. 336-37

<sup>51</sup> Idem, p. 337-38

<sup>52</sup> Idem, p. 339.

(...) votos para que possa em futuro próximo, em homenagem aos heróis da marinha em Riachuelo, inscrever em suas colunas, com esta data, a seguinte lei: fica extensiva aos Oficiais da Armada a Lei de Novembro de 1827, que institui pensão do meio soldo às viúvas, filhos e mães dos Oficiais do Exército<sup>53</sup>.

## RIACHUELO: CRISE DAS REPRESENTAÇÕES E A FORÇA DA TRADIÇÃO

Pouco tempo depois a monarquia seria derrubada, não sem o concurso dos oficiais de Marinha, e a reivindicação apresentada em 1889 foi atendida através do decreto de 11 de junho de 1890, na primeira celebração da Batalha do Riachuelo no novo regime.

Na primeira década republicana, contudo, as comemorações da Batalha Naval do Riachuelo ficaram ofuscadas pela instabilidade do regime e pela profunda cisão causada na Marinha pelas duas Revoltas da Armada e pela Revolução Federalista. Uma crise sem precedentes se instaurou nas Forças Armadas do país, cujas consequências se arrastaram por décadas.

Foi somente no governo de Prudente de Moraes e após o fim da Revolução Federalista que Riachuelo voltou às páginas da *RMB*. Em 1896 a revista prestou, na edição de junho, homenagem ao Almirante Joaquim Francisco de Abreu falecido no ano anterior e ao Barão da Passagem, que acabara de falecer. No conjunto da homenagem a editoria reproduziu a passagem do Combate Naval do Riachuelo da obra “Quadros da História da Guerra do Paraguai” seguida de uma tabela na qual estavam nominados os oficiais do Exército e da Armada participantes da Batalha, distribuídos por navios<sup>54</sup>.

Ainda que se fizessem tentativas de se “reviver” Riachuelo, por volta do final do século ela começou a ficar distante, em um tempo passado e cindido pela ruptura republicana, pelo desenvolvimento tecnológico e por novas formas de conceber as relações com os países do cone Sul. Estas transformações conduziram à possibilidade de questionamento de representações tão assentes e, aparentemente, tão consolidadas na consciência social.

A primeira grave crise foi causada pelo questionamento da dívida paraguaia em relação ao Brasil e da busca de perdão para a mesma bem como pela devolução dos troféus de guerra trazidos pelos militares.

---

<sup>53</sup> Editoria. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, ano VIII, V 16, Janeiro/Junho, 1889, p. 299.

<sup>54</sup> *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro. Ano XV, T 8º, Janeiro/Junho, 1896, p. 509-538.

De fato, em 01 de fevereiro de 1899 o General Egusquiza, que acabara de deixar a presidência do Paraguai, chegava ao Rio de Janeiro para tentar obter o perdão da dívida contraída por aquele país durante a guerra e estipulada pelo tratado de paz.

Naquele mesmo dia, conforme informou *O Paiz*, um grupo de republicanos brasileiros iria se reunir, (...) para tratar da recepção ao general (...) resolver sobre o modo de auxiliar o ilustre plenipotenciário paraguaio na sua missão especial de resgate da dívida de guerra, e agitar a ideia da restituição dos troféus e relíquias da campanha da tríplice aliança<sup>55</sup>.

A notícia provocou indignação em vários grupos sociais, e o articulista do *Cidade do Rio/ Jornal da Tarde* questionou irado, não o perdão da dívida paraguaia, mas sim a entrega dos troféus e relíquias de guerra, com uma argumentação significativa. Indagava o jornalista:

Com que propósito se restituiria ao Paraguai as bandeiras que lhes foram tomadas em campanha? Naturalmente com o propósito de destruir a lembrança da luta que separou as duas nações. Mas em primeiro lugar, destruídos todos os vestígios materiais da luta, nem assim ela ficaria esquecida – porque a História para guardar a lembrança dos erros humanos não precisa de documentos materiais (...). As relíquias históricas de um povo são sagradas (...). Nós já cometemos a necessidade de mandar queimar na praça pública, solenemente, os arquivos da escravidão – talvez convencidos de que a posteridade não achando nos cartórios e nos armários do Tesouro as escrituras de compra e venda de pretos, declararia entusiasmada que nunca houve escravos no Brasil. Não é ridículo, isso? (...) Abracemos o Paraguai, perdoemos-lhe a dívida, mas fiquemos com as bandeiras que os nossos maiores ganharam com o seu sangue<sup>56</sup>.

O que de imediato chama a atenção neste artigo é a proposição da inutilidade da destruição dos vestígios materiais da História para apagar a memória de erros cometidos. A lógica argumentativa, a comparação com a escravidão, indica que, a despeito de defender a permanência das relíquias de guerra no Brasil, o articulista do jornal concordava com a ideia de que a Guerra do Paraguai havia sido um erro. Assim, este tipo de questionamento e consideração começa a circular no país a partir deste período.

Tratava-se, ao cabo, de dois grupos que lutavam pelo perdão da dívida paraguaia e pela devolução dos troféus: o Centro Paraguaio, criado a 29 de janeiro de 1899 e a Comissão Benjamin

55 *O Paiz*, 01 de fevereiro de 1899. Hemeroteca Digital Brasileira. [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691\\_02&pasta=ano%20189&pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_02&pasta=ano%20189&pesq=)

56 *Cidade do Rio/ Jornal da Tarde*. 01 de fevereiro de 1899. Hemeroteca Digital Brasileira. <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=085669&pasta=ano%20188&pesq=>

Constant, criada no dia 16 do mês seguinte, presidida por Raul do Nascimento Guedes. Ambos os grupos foram hostilizados na imprensa e respondiam aos ataques com artigos procurando esclarecer as posições que defendiam.

Raul do Nascimento escrevia a vários jornais explicando a perspectiva da Igreja Positivista de construir uma relação mais fraterna entre as Repúblicas da América do Sul. Esta postura implicava em perdoar a dívida do Paraguai e devolver os troféus de uma guerra que, na avaliação do grupo, havia sido criminosa.

A reação foi imediata. Naquele mesmo ano a *RMB* publicou sob o título “Os veteranos da Guerra do Paraguai” a notícia da criação, no mês de abril, de uma Associação cuja finalidade era perpetuar o culto dos heróis da campanha do Paraguai e socorrer aos sobreviventes menos afortunados<sup>57</sup>. A editoria da revista fazia crítica a esta propaganda de eliminação da memória e de devolução dos troféus da guerra do Paraguai, e afirmava que noticiando por completo as atividades da Associação, buscava homenagear *os heroicos soldados e marinheiros que com Osório pisaram o Passo da Pátria, e com Barroso franquearam as águas do Rio Paraná a todos os veteranos da Guerra do Paraguai*<sup>58</sup>.

Dando início aos trabalhos, Arthur Jaceguay fez a mais veemente defesa da memória da Guerra e de seus veteranos, bem como também criticava duramente este revisionismo:

Senhores – Pareceu-me oportuno esse momento para nos aproximarmos, para nos contarmos, para verificarmos se, com efeito, já somos tão poucos que nosso testemunho possa ser afrontado impunemente pela propaganda dessa seita que irrompe em meio do egoísmo da nova geração, com o intuito de humilhar os vencedores da guerra do Paraguai, para glorificação dos vencidos. (...) Eu não conheço exemplo de uma perversão da inteligência e do senso moral comparável a essa extravagância, apregoada entre nós (...) de que, em nome de uma sonhada confraternização americana devemos restituir à República do Paraguai os troféus da guerra em que com ela nos digladiamos (...) e a perdoar-lhe a dívida estipulada no tratado definitivo de paz. (...)<sup>59</sup>

Em seguida foi lida uma carta de Joaquim Nabuco, não apenas congratulando-se com Jaceguay pela iniciativa como também empenhando seu apoio ao que chamou de “ressurgimento da

---

57 Editoria. Os veteranos da Guerra do Paraguai. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro: Ano XVII, N 7, p. 332.

58 Idem, p. 333.

59 Idem, p. 333-34.

religião da pátria”.

Finalmente foram estabelecidas as bases da Associação e seu regimento. Tratava-se de uma associação na qual poderiam participar os oficiais de Marinha e do Exército, veteranos da guerra do Paraguai. Os praças de pré de ambas as forças, assim como os inválidos da pátria, seriam sócios honorários. Os praças seriam também legionários da Associação<sup>60</sup>.

As finalidades da sociedade seriam: a) A união e confraternização dos sócios no terreno da honra e do patriotismo com *objetivo de manterem vividas na alma nacional as tradições gloriosas das armas brasileiras na gigantesca e porfiada guerra do Paraguai*<sup>61</sup> comemorando as datas dos feitos mais notáveis, promovendo o culto da memória dos heróis, vulgarizando as narrativas dos episódios que demonstravam as virtudes guerreiras dos soldados e marinheiros; recolhendo relíquias e documentos históricos relativos à guerra que estivessem esparsos ou correndo o risco de se perderem e publicando um boletim; b) Cooperação mútua dos sócios por meio de contribuição mensal; c) Proteção aos inválidos da pátria; d) Socorro aos legionários que se acharem na indigência. A associação seria instalada a 24 de maio, 33º aniversário da batalha de Tuiuti e no dia 11 de junho seria comemorado o 34º ano da batalha naval do Riachuelo.

É importante observar que a Associação dos Veteranos se propõe a tarefa do guardião da memória. Buscava unir os militares que partilhavam do mesmo universo cultural romântico dos Oitocentos, que fundamentava o culto da pátria – o lugar do pertencimento espiritual, bem como realizar a defesa das virtudes guerreiras e a guerra em si, como elemento fundamental à vida.

Este conflito de perspectivas demonstra que a Guerra do Paraguai estava lentamente deixando de ser vivenciada e revivida para se perder nas brumas dos arquivos e dos museus. Estes últimos ainda estariam, a depender dos positivistas, despojados das relíquias e dos troféus tão custosamente conquistados. Em outras palavras a Guerra do Paraguai saía da vida para entrar na história. Os combatentes deixavam os campos de batalha no Paraguai para estabelecer suas trincheiras nas instituições históricas.

Em agosto, o deputado Barbosa Lima apresentou o projeto de perdão da dívida e de devolução dos troféus ao Congresso, não tendo sido o mesmo aprovado. O perdão da dívida ocorreu somente

60 Idem, p. 338.

61 Idem, p. 339.

em 1943 no governo de Vargas, e a devolução dos troféus é um processo ainda em curso no Brasil contemporâneo.

Assim, todo aquele velho mundo, o antigo regime, começava a ruir, não apenas devido à proclamação da República, mas devido à sucessão de gerações e da rápida modernização dos processos tecnológicos e das relações sociais.

Ao comemorar o 11 de junho em 1905, a *RMB* publicou um artigo intitulado, “Onze de junho, Riachuelo, Suas lições” de autoria de Armando Burlamaqui. Neste texto o autor observava:

Nos tempos de Riachuelo as qualidades do pessoal podiam em ação conjunta com as suas virtudes guerreiras obrar prodígios que compensassem a deficiência de recursos, mas nos tempos presentes nenhum povo, quaisquer que sejam as suas celebradas virtudes guerreiras, pode competir, principalmente no mar, com outro que possua os adiantados produtos da indústria científica em serviço da guerra<sup>62</sup>.

Dito de forma crua, os heróis da guerra do Paraguai, assim como ela própria, pertenciam a um passado que, cada vez mais rapidamente, se tornava distante e longínquo, devido à velocidade das transformações da sociedade industrial, das culturas democratizantes, das novas formas urbanas. Era todo um novo mundo que começava a emergir dos escombros do antigo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cento e cinquenta anos depois, o revisionismo tornou a guerra do Paraguai uma guerra maldita. Uma consciência nacional da culpa pela destruição do país vizinho.

Mas a guerra do Paraguai não foi maldita. Esta afirmação representa, no plano do pensamento, apenas a inversão da crença oitocentista de que a guerra era civilizatória, que era libertadora. O resultado, do ponto de vista humano, foi tão desalentador que trocamos os sinais e a chamamos de maldita.

Esta avaliação é, contudo, eivada de anacronismo, pois ao cabo elide o fato de que a guerra do Paraguai foi resultante de um conflito em que interesses opostos de Estados vizinhos não puderam

---

62 BURLAMAQUI, Armando. Onze de junho, Riachuelo, Suas lições *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, V. 46, Janeiro/Junho, 1905, p. 1606.

---

ser resolvidos através da política.

E mais, representou o alvorecer da guerra da sociedade de massas: a guerra total. Neste sentido, somente neste período é que se iniciou a formulação do direito humanitário de guerra e a elaboração de convenções que buscavam evitar o uso de armas cruéis.

Além disto, se a crítica, do ponto de vista militar, político e histórico tem, por um lado, erodido as representações tão bem assentadas no imaginário oitocentista, tem por outro promovido um conhecimento maior de nós mesmos.

Este processo pode possibilitar o abandono de versões glorificadoras e vitimizantes na medida em que passemos a compreender a guerra de uma perspectiva histórica e a pensar em termos de responsabilidade política e de direito. Em outras palavras, não se trata da fraternidade idealista dos positivistas, mas sim das bases para a construção de um sólido pacto político, social e cultural com nossos vizinhos.

Mas a Marinha e o Brasil devem comemorar a Batalha Naval do Riachuelo hoje e sempre. Não porque se deve celebrar a morte. Mas porque a manutenção desta rica tradição serve como advertência extremamente atual, acerca da necessidade de uma efetiva política de defesa nacional. Em outras palavras, o barulho dos canhões da manhã de 11 de junho de 1865 continua a reverberar em nossos ouvidos a famosa frase de Publius Flavius: *Si vis pacem, para bellum!*

## **FONTES E BIBLIOGRAFIA:**

### **Jornais e Revistas**

- *Semana Ilustrada*, 1865.
- *Cidade do Rio/Jornal da Tarde*, 1899.
- *O paiz*, 1899.
- *Folha de São Paulo*, 2013.
- *Revista Marítima Brasileira*, 1881-1910.

### Documentos oficiais e memorialistas

- BRASIL. *Coleção de Leis do Império do Brasil*, 1865.
- BRASIL. Relatório do Ministério da Marinha, 1888.
- BRASIL, Marinha. *Relíquias Navais do Brasil*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1997.
- ANTUNES, Eusébio José. *Memórias das campanhas contra o Estado Oriental do Uruguai e a República do Paraguai*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2007.
- INHAÚMA, Visconde de. *Diário pessoal do Almirante Visconde de Inhaúma durante a Guerra da Tríplice Aliança*. Rio de Janeiro: Guilherme de Andrea Frota, 2008.
- OURO PRETO, Afonso Celso de Assis Figueiredo, Visconde de. A esquadra e a oposição parlamentar. Rio de Janeiro: Typographia e Lithografia Franceza, 1868. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1921.
- ROCHA, Manuel Carneiro. *Diário da campanha naval do Paraguai – 1866*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1999.

### Livros e artigos

- ALVES DE ALMEIDA, Francisco Eduardo. *A batalha naval do Riachuelo: uma visão micro-histórica*. Rio de Janeiro: IGHMB, 2005.
- ARIAS NETO J. M. Entre o nada e o anódino: Parâmetros, Diretrizes e a reforma da Educação Nacional. *História & Ensino (UEL)*, Londrina, v. 5, 1999. p. 103-126.
- --- *Em busca da cidadania: praças da Armada Nacional, 1867-1910*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001

- --- Imprensa Militar no século XIX: um balanço preliminar. *Navigator* (Rio de Janeiro), v. 9, 2013 p. 55-64.
- --- Revista Marítima Brasileira – 1851-1855: Um projeto de Marinha para o Império do Brasil. In: Luiz Carlos Carneiro de Paula; Renato Jorge Paranhos Restier Junior; Marcello José Gomes Loureiro; Fabiola Maria da Silva Chagas. (Org.). *A guerra e a formação dos Estados Nacionais contemporâneos*. 1 ed. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013, v. 1, p. 116-139.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BITTENCOURT, Almirante Armando de Senna. A batalha naval do Riachuelo, na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. In VIDIGAL, Armando & ALVES DE ALMEIDA, Francisco Eduardo (Orgs.). *Guerra no mar: batalhas e campanhas navais que mudaram a história*. Rio de Janeiro: Record, 2009, p. 253-300
- BITTENCOURT, Luiz Edmundo Brígido. *A marinha imperial na guerra do Paraguai não foi só Riachuelo*. Rio de Janeiro: Antonio de Oliveira Pereira, 2011.
- BLOCH, Marc. *Introdução à história*. Lisboa: Europa-América, 1997.
- BOITEUX, Lucas A. *Ministros da Marinha: notas biográficas*. 3ª Série (1865-1889). Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1959.
- DONATO, Hernani. *Dicionário das Batalhas Brasileiras*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.
- FOUCAULT, Michel. O que é o iluminismo. In: ESCOBAR, Carlos Henrique (org.). *Michel Foucault (1926- 1984) o Dossier – últimas entrevistas*. Rio de Janeiro, Livraria Taurus Editora. Curso inédito de Michel Foucault no Collège de France, 1983.
- HOLANDA, S.B. O atual e o inatual em Leopold von Rank. In *Ranke: história*. São Paulo: Ática, 1979.
- --- Do Império à República. In HOLANDA, Sérgio B. (Dir.). *História geral da civilização*

*brasileira: o Brasil monárquico*. 4ª ed. São Paulo: DIFEL, 1985, t. 2, v 5.

- KANT, Immanuel. Resposta à pergunta o que é o esclarecimento In KANT, Immanuel. *A paz perpetua e outros opúsculos*. Lisboa: Edições 70, 1992, p.11-19.
- MAIA, João do Prado. *A marinha de guerra no Brasil na colônia e no Império*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.
- MARTINS, Hélio Leôncio. A estratégia naval brasileira da guerra do Paraguai. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, 3º Trimestre, 1997, p. 59-86.
- NABUCO, Joaquim. *Perfis parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1983.
- ---. *Um estadista do Império*. 5 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- NASCIMENTO, Fernanda de Santos. *A imprensa periódica militar no século XIX: política e modernização no exército brasileiro (1850-1881)*. Tese de doutoramento. Porto Alegre: PUC, 2015.
- NORA, Pierre. Entre Mémoire et Histoire. *Les Lieux de Mémoire: La République*. Paris: Gallimard/ Centre National des Lettres, 1984 p. XXXV. Tradução: Yara Aun Khourhy. *Projeto História*. São Paulo, n 10, dezembro, 1993.
- RANKE, Leopold von. Sobre o caráter da ciência histórica. In MALERBA, Jurandir (Org.). *Lições de história*. Porto Alegre, FGV/PUCRS, 2010, p. 133-154.**50**
- ROSA, José María. *La guerra del Paraguay y las montoneras argentinas*. Buenos Aires: Punto de Encuentro, 2008.
- SILVA, Grazielle Rezende da. O Combate Naval do Riachuelo da História para Pintura. *Revista Virtú*. Juiz de Fora, UFJF n 7, primeiro semestre 2008.
- SILVA, Luiz Carlos da. *Representações em tempos de guerra: Marinha, Civilização e o quadro Combate Naval do Riachuelo de Victor Meirelles (1868 – 1872)*. Curitiba: UFPR, Dissertação de Mestrado, 2009.
- TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins

Fontes, 1982.

- TORAL, André. *Imagens em desordem: a iconografia sobre a guerra do Paraguai*. São Paulo: Humanitas; FFLCH-USP, 2001.
- VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. A campanha naval na guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, 1º Trimestre 2009, p. 48-54.



# “LA JORNADA GLORIOSA DEL 11 DE JUNIO”: A BATALHA NAVAL DO RIACHUELO COMO PROPAGANDA DE GUERRA NOS PERIÓDICOS PARAGUAIOS. <sup>1</sup>

Sergio Willian de Castro Oliveira Filho<sup>2</sup>

## Resumo

A Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai foi um conflito cuja análise pode extrapolar as características políticas e econômicas, isto é, ante um conflito que colocava em campos antagônicos nações recentemente surgidas, a construção discursiva da nacionalidade, da pátria, do sentimento de pertencimento a um território, foi algo que preencheu ambos os lados da guerra. Nossa proposta de análise surge deste ponto de partida, mas almeja tratar um episódio específico: a Batalha Naval do Riachuelo. Tal embate, ocorrido entre as forças navais paraguaia e brasileira em 11 de junho de 1865, trouxe numerosos desdobramentos propagandísticos na imprensa paraguaia. Poucos dias após tal episódio e nos anos subsequentes, ainda durante a guerra, houve da parte de alguns periódicos que circulavam em Assunção, a construção de um discurso que proclamava a vitória paraguaia naquele famoso 11 de junho de 1865. De modo que propomos discutir como tal imprensa paraguaia pode ser abordada como fonte para uma análise no campo da historiografia militar.

**Palavras-Chave:** Batalha Naval do Riachuelo; Imprensa paraguaia; Propaganda.

## Abstract

The War of the Triple Alliance against Paraguay was a conflict whose analysis can extrapolate the political and economic, that is, in a conflict that put in newly emerging antagonistic nations fields, the discursive construction of nationality, country, the feeling of belonging to a territory, was something that filled both sides of the war. Our analysis of this proposal is a starting point, but aims to treat a specific episode: the Battle of Riachuelo. This confrontation, which occurred between the

---

<sup>1</sup> Apresentado originalmente no I Simpósio de História Militar, realizado no Museu Naval do Rio de Janeiro, em abril 2016

<sup>2</sup> Doutorando em História pela Universidade Estadual de Campinas. Estudante do curso de Especialização em História Militar Brasileira da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisador da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha.

Paraguayan and Brazilian naval forces on June 11, 1865, brought numerous propagandistic developments in the Paraguayan press. A few days after this episode and in subsequent years, even during the war, was part of some journals circulating in Asuncion, the construction of a speech proclaiming the Paraguayan victory that famous June 11, 1865. So we propose to discuss how such a Paraguayan press can be approached as a source for analysis in the field of military historiography.

**Keywords:** Battle of Riachuelo; Paraguayan press; Propaganda.

## INTRODUÇÃO

A História<sup>3</sup> é feita de versões, seu caráter é subjetivo e por tal motivo o historiador é um selecionador. Esta máxima da subjetividade histórica encontra respaldo no meio acadêmico há muitas décadas, desde a ascensão de uma perspectiva historiográfica que visou compreender os acontecimentos a partir de uma lógica do não absoluto e da multiplicidade de olhares.

De fato, tal caminho, muitas das vezes tortuoso e repleto de implicações de caráter ideológico, está eivado pela audácia do historiador que almeja dar voz àqueles que muitas das vezes são silenciados por uma escrita deveras objetiva ao mesmo tempo em que se defende das acusações de relativização a partir do discurso das múltiplas verdades históricas. Considero tal caminho interessante, apesar das ressalvas quanto à exacerbação do relativismo histórico, na medida em que, apesar de seguir a ideia da pluralidade de versões e da subjetividade inerente aos sujeitos históricos (inclusive os historiadores), vejo que, ainda assim, devemos ter certo compromisso metodológico em nosso métier.

Se a lógica dos variados olhares e interpretações sobre um mesmo acontecimento são recorrentes nos escritos de historiadores, mostram-se mais latentes ainda no que convencionamos denominar de “calor dos acontecimentos”. Este “calor” é potencializado dependendo do tipo de acontecimento, como por exemplo, um conflito bélico de grandes proporções.

Quando falamos de uma guerra levada a cabo no século XIX na América do Sul como o foi a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1865-1870), não podemos esquecer que aí estiveram

<sup>3</sup> O termo história aqui empregado o é feito no mesmo sentido do de Michel de Certeau, isto é, “no sentido de historiografia. Quer dizer, entendo por história uma prática (uma disciplina), seu resultado (um discurso) e sua relação”. In. CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Tradução de Lourdes Menezes. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 109.

em jogo aspectos que extrapolaram as características políticas e econômicas, isto é, ante um conflito que colocava em campos antagônicos nações recentemente surgidas, a construção discursiva da nacionalidade, da pátria, do sentimento de pertencimento a um território, foi algo que preencheu ambos os lados da guerra.

Minha proposta de análise tem tal ponto de partida, porém, transito para algo mais restrito que a guerra, ou seja, buscarei nas linhas que se seguem, tratar de um episódio específico: a Batalha Naval do Riachuelo. Tal embate, ocorrido entre as forças navais brasileira e paraguaia em 11 de junho de 1865, trouxe numerosos desdobramentos propagandísticos durante a guerra na imprensa paraguaia.

Curiosamente, tal data é comemorada até hoje pela Marinha do Brasil como sua Data Magna e rememorada, ano após ano, como a maior vitória naval brasileira de toda a sua história. Durante o ano de 2015, em especial, uma multiplicidade de eventos foi posta em prática para reafirmar e rememorar os feitos da Esquadra Brasileira ocorridos há 150 anos nas proximidades do pequeno afluente do Rio Paraná chamado Riachuelo.

Porém, nem mesmo uma batalha, acontecimento este, aparentemente, tão objetivo, no qual dois lados se opõem belicamente e que ao final, teoricamente, só há um vencedor, consegue fugir da dinâmica subjetiva das variadas interpretações de um fato. Dessa maneira, houve da parte de alguns periódicos que circulavam em Assunção e no front paraguaio durante o período da Guerra, a construção de um discurso que proclamava a vitória paraguaia naquele famoso 11 de junho de 1865.

Logicamente não se pode deixar de ter mente que tais tipos de escrito, por estarem sob controle governamental, possuíam um caráter de elevação da moral paraguaia a fim de não esmorecer sua população que tinha acesso às informações do campo de batalha por tal meio. Entretanto, independente dessa constatação, é notável como a vitória nessa batalha passou a ser reivindicada por ambos os lados e que a versão da imprensa paraguaia à época não trazia um descalabro de mentiras, mas uma versão, repleta de intencionalidades sem dúvida, contudo bem construída sobre os fatos que se desenrolaram naquele 11 de junho.

## **A BATALHA NA HISTORIOGRAFIA**

As versões brasileiras da Batalha são bem conhecidas e não constituem meu interesse abordá-las, na medida em que já receberam estatuto de “verdade histórica” consolidada através de nossa historiografia naval. Apesar disso, cabe apresentar de modo sucinto como se constitui a abordagem sobre tal embate na historiografia brasileira.

Alves de Almeida considera que naquele domingo de junho de 1865, ocorreu “uma vitória incontestável da Armada Imperial brasileira”<sup>4</sup>. A maior parte dos historiadores que se debruçaram sobre o tema<sup>5</sup> parece concordar com a afirmação de Alves de Almeida e os relatos a respeito da Batalha são bastante similares.

A Força Naval brasileira que participou do episódio era comandada pelo Chefe de Divisão Francisco Manoel Barroso e compunha-se dos seguintes navios dispostos em duas Divisões: Fragata Amazonas (Capitânia), Canhoneira Paranaíba, Canhoneira Iguatemi, Canhoneira Araguari, Canhoneira Mearim, Corveta Jequitinhonha, Corveta Beberibe, Corveta Belmonte e Canhoneira Ipiranga.

Alguns dias antes da Batalha do Riachuelo, esta Força Naval apoiou o ataque a cidade argentina de Corrientes que se encontrava sob ocupação paraguaia.

Após tal ataque a Esquadra Brasileira recuou e fundeou a alguns quilômetros ao sul de Corrientes. Ante a ameaça que representava tal presença, Solano López, que se encontrava em Humaitá, articulou o plano para neutralizar o inimigo determinando um ataque da Esquadra paraguaia aos navios brasileiros.

Comandada pelo Capitão de Fragata Pedro Inacio Mezza, a Força Naval paraguaia que participou da Batalha era composta por oito navios<sup>6</sup> e seis chatas artilhadas<sup>7</sup> que receberam apoio durante

4 ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. Riachuelo: uma batalha de controvérsias. In. Navigator: Subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 11, nº 21. JUN-2015, p. 54

5 Sugerimos a leitura das seguintes obras para um dimensionamento da historiografia brasileira a respeito do tema: DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002 / BITTENCOURT, Armando de Senna. A batalha naval do Riachuelo, na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. In VIDIGAL, Armando & ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de (Orgs.). Guerra no mar: batalhas e campanhas navais que mudaram a história. Rio de Janeiro: Record, 2009, pp. 253-300 / DONATO, Hernani. Dicionário das Batalhas Brasileiras. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001 / NAVIGATOR: Subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro. Vol. 11 nº 21-22. JUN/DEZ-2015 (Dossiê: 150 anos da Batalha Naval do Riachuelo: Reflexões e abordagens sobre a Guerra da Tríplice Aliança, Partes I e II).

6 Taquari, Pirabebe, Iguereí, Ipóra, Jejuí, Salto Oriental, Marquês de Olinda e Paraguari.

7 “Elas eram embarcações de pequeno tamanho, que variavam entre quinze e quarenta metros e não possuíam remos, velas ou qualquer outro mecanismo propulsor, e eram rebocadas até o local em que atuariam, onde permaneceriam ancoradas. As chatas possuíam fundo chato e um perfil baixo, praticamente ao nível da água, ficando visível apenas a boca de seu único canhão”. In. DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. Op. cit. pp. 146-47.

o confronto das forças de artilharia nas barrancas próximas à foz do Riachuelo.

Não adentrarei nos detalhes que envolveram a Batalha, apenas cabe mencionar que na historiografia brasileira que trata do tema o desfecho da Batalha foi favorável à Esquadra Imperial que, devido a uma manobra ousada de abalroamento arquitetada por Barroso fazendo uso da Amazonas, destruiu quase que totalmente a Força Naval Paraguaia, garantindo o bloqueio fluvial e modificando a partir de então os rumos da guerra, já que os paraguaios, sem a possibilidade de uso dos rios retraiu-se de modo defensivo.

Bittencourt afirma categoricamente que: “Antes do pôr-do-sol de 11 de junho, a vitória era brasileira. Os quatro navios paraguaios que escaparam, fugindo rio acima, eram o Taquari, o Igurei, o Pirabebe e o Iporá”<sup>8</sup>; complementando adiante que, apesar de não haver sido a maior operação naval daquela guerra, tampouco a mais

estrategicamente articulada, “Riachuelo, porém, foi uma primeira grande vitória, que marcou uma inversão de expectativas, naqueles tempos difíceis (...) foi uma batalha decisiva”<sup>9</sup>.

Por sua vez, Doratioto, não considera que o resultado em Riachuelo tenha tido caráter decisivo, na medida em que “as fortalezas inimigas [paraguaias] sobre o rio Paraguai impediram o domínio dessa via fluvial pela esquadra brasileira, situação que perdurou até 1868”<sup>10</sup>.

Entretanto, no que diz respeito ao saldo final do embate, é concordante no que diz respeito à vitória da Esquadra brasileira:

A vitória brasileira permitiu, porém, bloquear o contato marítimo do Paraguai com outros países, que inviabilizou a obtenção de armamentos e mercadorias pelo Prata, e ainda, pôs fim ao avanço da coluna invasora de Corrientes. A vitória causou otimismo exagerado no Brasil (...) <sup>11</sup>

O governo paraguaio procurou esconder da população a extensão da derrota sofrida na Batalha do Riachuelo, e sequer liberou lista com os nomes dos mortos e feridos.<sup>12</sup>

---

8 BITTENCOURT, Armando de Senna. Op. cit. p.287.

9 Ibidem, p. 291.

10 DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. Op. cit. pp. 150-151.

11 Ibidem, p. 151

12 Ibidem, p. 152.

Justamente por tal razão, essa visão uníssona e inequívoca da vitória brasileira nem sempre foi a única versão acerca da Batalha Naval do Riachuelo. Logo após a Batalha e nos dois anos que seguiram, quem tivesse acesso às informações sobre aquele embate tão somente a partir dos periódicos que eram impressos em Assunção teria certeza que o resultado havia sido outro. A vitória da monumental batalha no Rio Paraná, teria sido das forças paraguaias, que apesar de terem sofrido pesadas perdas, teriam posto a força naval brasileira em fuga. Isto é, através da imprensa, que era totalmente ligada ao governo paraguaio, a derrota em Riachuelo transformou-se em uma gloriosa e sangrenta vitória.

Tratando das apropriações da Batalha pela imprensa brasileira entre 1865 e a década de 1910, Arias Neto faz uma constatação deveras relevante:

A batalha naval do Riachuelo é um acontecimento que desafia a imaginação historiográfica entre outras razões pelo fato de que ela se tornou célebre no momento em que aconteceu e não posteriormente. Assim sua fama, por assim dizer produziu-se instantaneamente, transformando-se de imediato em lugar de memória e monumento histórico.<sup>13</sup>

Assim, esta batalha, conforme apontarei adiante, teve na chamada imprensa de trincheira<sup>14</sup> paraguaia sua constituição como monumento histórico similar ao que ocorreu no Brasil no estatuto épico, heróico, grandioso, singular, porém com uma radical diferença: a propaganda de guerra na imprensa do Paraguai apontava outro vencedor, isto é, as forças paraguaias.

Não é meu interesse discorrer a respeito de qual versão seria a mais verossímil. Tampouco apresentar “os fatos como verdadeiramente ocorreram”, mas minha metodologia propõe-se similar à empregada por Robert Darnton quando este estudou o relato de um burguês anônimo, habitante de Montpellier, que descreveu sua cidade no ano de 1768. Analisando as diversas e fascinantes nuances deste texto de 426 páginas intitulado de “Etat et description de la ville de Montpellier fait em 1768”, Darnton arremata que “Nossa tarefa não é descobrir qual o verdadeiro aspecto de Montpellier em 1768, mas entender como nosso observador a observou”<sup>15</sup>.

Ou seja, tomando a liberdade de parafrasear Darnton, minha tarefa aqui não é descobrir qual

13 ARIAS NETO, José Miguel. Uma batalha naval concentra por si só um século de glórias: Riachuelo na história e na memória. Originalmente In. Navigator: Subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 11, nº 21. JUN-2015, p. 37. **Artigo reproduzido nesta edição da RBHM**

14 FARINA, Bernardo Neri. El periodismo de guerra. Asunción: El Lector, 2013.

15 DARNTON, Robert. O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa. Tradução de Sonia Coutinho. 5 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006. (p. 144.)

é o verdadeiro relato a respeito da Batalha Naval do Riachuelo, mas entender como uma apropriação foi feita pela imprensa paraguaia durante a guerra com intenções voltadas ao esforço de guerra, criando, de tal modo, uma outra “verdade”.

Gostaria agora de me debruçar sobre os constructos discursivos da imprensa paraguaia que se dedicou ao tema no “calor dos acontecimentos”, através de matérias publicadas no “El Semanario de Avisos y Conocimientos Utiles” e no “El Centinela”.

## **A BATALHA NOS PERIÓDICOS PARAGUAIOS**

Antes de abordar de que modo houve a apropriação da Batalha Naval do Riachuelo pela imprensa paraguaia durante o conflito, cabe fazer uma rápida apresentação dos dois periódicos analisados.

“El Semanario de Avisos y Conocimientos Utiles” – que a partir de agora passaremos a chamar somente de El Semanario – tivera seu primeiro número lançado em 21 de maio de 1853 e foi durante mais de uma década o único jornal a circular no Paraguai, até que em meados de 1867 o governo paraguaio incentivou o surgimento de outros periódicos a fim de contribuir com o esforço de guerra.

Como o próprio nome já indicava, sua publicação era semanal e seu lema era “Viva a Republica do Paraguai”. O El Semanario era totalmente vinculado ao Estado e sua impressão era viabilizada pela Imprensa del Estado. Além disso, em seu editorial o então presidente, Carlos López, era apontado como diretor do periódico, de modo que, a missão básica do El Semanario era de explicar a seus leitores orientação política do governo de Carlos López e as ações do Estado, funcionando como uma folha oficial.



**Figura 1: Reprodução da capa do primeiro número do “El Semanario”**

Quando do início da Guerra, ao final do ano de 1864, reforçada com a sua exacerbação após a assinatura do Tratado da Tríplice Aliança, o El Semanario voltou grande parte de suas atenções ao conflito bélico, tendo sido um instrumento do governo paraguaio para divulgação dos feitos paraguaios no campo de batalha, conforme abordaremos adiante.

Poucos anos depois, a partir de 1867, o presidente Francisco Solano López, incentivou o surgimento de outros periódicos a fim de também servirem como porta-vozes do governo com relação à elevação da moral da população e das tropas. Desta leva surgiram os jornais: El Centinela (1867-1868), Cabichuí (1867-1868), Cacique Lambaré (1867-1868) e La Estrella (1869).

Algumas dessas publicações traziam matérias no idioma guarani, vastamente utilizado no Paraguai à época, enquanto que o Cacique Lambaré era totalmente publicado neste idioma.

Maria Lucrecia Johansson nos indica que:

Desde el comienzo de las hostilidades, la prensa de los países beligerantes se dedicó a tratar ampliamente el conflicto. En el caso del Paraguay, inmerso en un contexto de guerra total, el gobierno inició una campaña de propaganda que consistió en la disseminación de ideas tendientes a inducir determinados comportamientos. (...) como bien sostiene Jean-Marie Domenach, a partir del siglo XVIII la propaganda se convirtió en un auxiliar de las estrategias

de guerra, que comenzaron a conducirse tanto por las armas como por la ideología.<sup>16</sup>

Dentre esses periódicos surgidos em 1867 estava o El Centinela, que teve seu primeiro número publicado em 25 de abril de 1867 e apresentava-se como um “Periodico serio-jocoso”. Uma das novidades trazidas por este periódico de trincheira era a presença de várias xilogravuras em seus números, muitas das quais com forte teor jocoso que apresentavam o inimigo de modo ridicularizado ou com traços de exultação à República do Paraguai e de seu presidente “Mariscal López”, homenageado em seu primeiro número nos seguintes termos: “El Centinela Exmo. Senõr [Solano López], es vuestro soldado – Al nacer os presenta sus armas y os bendice”<sup>17</sup>.

Johansson sustenta que tal periódico era redigido com vias a atingir um publico leitor específico: os soldados. De modo que, seu título – El Centinela – já denotava tal tentativa de aproximação, isto é, tal periódico se propunha como um soldado que militava em um campo diferente daqueles que se encontravam na linha de batalha, mas cujo objetivo era o mesmo. Mas, além disso, sua linguagem diferia do ‘El Semanario’, fazendo uso de “expresiones coloquiales o vulgares perseguia el fin de exponer a los lectores lo más claramente posible las opiniones y reflexiones de los periódicos que al gobierno le interesaba consolidar”<sup>18</sup>.



Figura 2: Reprodução da capa do primeiro número do “El Centinela”

A Batalha Naval do Riachuelo surge pela primeira vez na imprensa de Assunção no dia 17 de

16 JOHANSSON, María Lucrecia. El guarani como arma de lucha: lengua e identidad nacional em la prensa de guerra paraguaya (1867-1868). In. RODRIGUES, Fernando da Silva & PEDROSA, Fernando Vellozo Gomes (Orgs.). Uma tragédia americana: a Guerra do Paraguai sob novos olhares. Curitiba: Editora Prismas, 2015. p. 503.

17 ‘El Centinela’, Assunção, 25 de abril de 1865.

18 JOHANSSON, María Lucrecia. Op. Cit, p. 504.

junho de 1865, ou seja, seis dias após os combates no Rio Paraná.

O El Semanario tratou do embate como uma notável vitória paraguaia, informando aos seus leitores que apesar do maior poderio bélico da Esquadra Brasileira, esta tinha sido posta em fuga pelas forças navais, de infantaria e de artilharia paraguaias:

Nuestra flotilla pasó serenamente bajo los fuegos de la escuadra enemiga à ponerse mas abajo, y en inteligencia con el Comandante Bruguez que sobre el Riachuelo habia tomado posicion con el 2º regimiento de artilleria a caballo. (...)

En la mañana del 12 llegaron nuestros vapores em Humaitá á reparar sus avarias. El Capitan Mesa fué ferido. (...)

Pero ha sido tal el descalabro del enemigo qu ni pensó en la persecucion que pudo ejecutar sobre el resto de nuestra escuadrilla (...)

El dia 11 de Junio será muy señalado entre los gloriosos de la Patria, porque em ese día hemos mostrado al mundo una vez mas que somos dignos de la independencia que sostenemos contra el poder de un Imperio y de dos Republicas que se conjuran contra nosotros.<sup>19</sup>

Assim, o fato de a Esquadra brasileira não ter imposto perseguição aos navios paraguaios foi apontado como sinal da vitória paraguaia na Batalha. Segundo o articulista o triunfo se deveu às baterias de artilharia em terra que supostamente teriam posto o inimigo em estado de “descalabro”.

Essa ênfase dada às forças terrestres nesta batalha fluvial pode ser medida pela criação de uma condecoração pelo governo paraguaio no dia 02 de julho de 1865: La Medalla de Riachuelo. Tal medalha, de acordo com o Decreto de Solano López, deveria ser concedida ao 2º Regimento de Artilharia a Cavalos, que durante o embate esteve sob o comando do Tenente-Coronel José María Bruguéz<sup>20</sup>.

No entanto tal Medalha traz um indício interessante acerca deste constructo discursivo da vitória paraguaia na Batalha Naval do Riachuelo que é a legenda de seu reverso: “Riachuelo 11 y 13 de junio 1865”. Isto é, houve da parte da propaganda paraguaia uma extensão dos eventos celebrados pela Marinha do Brasil do dia 11 de junho para outro evento que se desenrolou dois dias depois, em 13 de junho.

No dia 13 de junho, o Chefe de Divisão Barroso determinou o retorno de alguns navios ao local da Batalha a fim de tentar desencilhar a Corveta Jequitinhonha. Para tal missão foram enviados

<sup>19</sup> ‘El Semanario de Avisos y Conocimientos Útiles’, Assunção, 17 de junho de 1865.

<sup>20</sup> MAYANS, Miguel Angel Pratt. Condecoraciones Y Medallas de las Guerras del Paraguay. Asunción: El Autor, 2007.

a Canhoneira Ipiranga (sob o comando do Primeiro-Tenente Álvaro Augusto de Carvalho), a Canhoneira Mearim (sob o comando do Primeiro-Tenente Elisiário José Barbosa), a Canhoneira Araguari (sob o comando do Primeiro-Tenente Antonio Luís von Hoonholtz) e a Canhoneira Iguatemi (sob o comando do Primeiro-Tenente Justino José de Macedo Coimbra). Entretanto, a missão não se mostrou bem sucedida, pois ao chegarem ao local onde se encontrava a Jequitinhonha os navios brasileiros foram atacados pela artilharia paraguaia que estava nas barrancas de Santa Catalina e após cerca de três horas de combate a missão foi abortada.

Assim, tal desdobramento dos eventos do dia 11 no dia 13 de junho constituiu-se como sinal do êxito paraguaio difundido nos periódicos “El Semanario” e “El Centinela”.

Dois anos depois, o periódico ‘El Centinela’ fazia menção ao 13 de junho como coligado à Batalha Naval do Riachuelo:

Celebres han sido los combates navales que han tenido lugar en las aguas del Paraná en los dias 11 y 13 de Junio de 1865. El gran combate del Riachuelo es de alta significacion, y uno de los encuentros que han hecho conocer al enemigo su impotencia. (...)

Extraordinario fué el valor de nuestros marinos, luchando com elementos superiores, sin mas apoyo que su valor e intrepidez – Cuerpo a cuerpo, brazo a brazo, y si dijeras pecho a pecho y diente a diente han peleado los heróes del 11 de Junio. (...)

Enormes daños sufrieron los buques enemigos (...) hasta al etremo de hacer salir en vergonhosa fuga (...)

Salud á los vencedores del Riachuelo.<sup>21</sup>

O argumento primordial era que, apesar da superioridade do inimigo, a bravura dos marinheiros paraguaios suplantou o poderio do adversário lançando estes em uma fuga impotente e vergonhosa. Ora, dois anos após a Batalha Naval do Riachuelo, apesar de a guerra ainda estar em sua metade, era perceptível que havia ocorrido uma inversão radical na iniciativa ofensiva se comparado aos meses iniciais do conflito.

Os aliados agora avançavam paulatinamente rumo ao território paraguaio, enquanto estes se defendiam de maneira bravia. Conforme Johansson, desde 1866 a guerra adentrara em uma segunda fase que se estendeu até 1869, marcada pela entrada das tropas da Tríplice Aliança em território pa-

---

21 ‘El Centinela’, Assunção, 13 de junho de 1867.

raguaio onde “el enfrentamiento se convirtió en una guerra de trincheras o de desgaste, solo alterada por grandes batallas con miles de muertos que no lograban modificar las líneas de combate”<sup>22</sup>.

Tais notícias, rememorando os feitos paraguaios de 11 e 13 de junho de 1865, visavam dar aos receptores de tais matérias, primordialmente os combatentes, um fôlego extra de elevação moral ante o imenso desafio de defender-se das forças da Tríplice Aliança e do desgaste da guerra.

Nas narrativas desenvolvidas no Brasil, construídas após a Batalha, levantou-se um panteão de heróis navais, tais como o Chefe Barroso, o Guarda-Marinha Greenhalgh e o Imperial Marinheiro Marcílio Dias, cujas figuras heróicas foram constantemente reelaboradas no decorrer das décadas de acordo com os interesses institucionais.<sup>23</sup>

Logicamente, o status heróico de tais sujeitos sustentou-se em grande medida pela vitória brasileira ao fim da Guerra, entretanto, cabe ressaltar que a imprensa paraguaia do período aqui abordada também constituiu o relato da Batalha a partir de um constructo épico, fazendo questão de apontar os feitos e mortes heróicas de vários de seus combatentes.

No dia 24 de junho de 1865, o *El Semanario*<sup>24</sup> apontaria, de modo elogioso no intento de constituição de um panteão heróico da Batalha, nominalmente vários militares paraguaios, dentre eles: Tenente Robles, Alferes Vicente Alcaras, Comandante José Alonzo, Subtenente Domingo Pereira, Tenente Martinez, Cabo Teodoro Tapacio, Cabo Machuca, Tenente Dionicio Estigarribia, Maquinista Juan Watts, dentre outros.

Concluindo tal matéria nos seguintes termos:

Debe pasar à la historia lleno de honor para nuestra marina la accion del 11 de Junio, en que ha enrojecido el agua del combate com la sangre de sus enemigos. (...)

El triunfo del 11 está por nosotros. Si, ellos no pueden gloriarse de haberlo conseguido. (...)

La jornada gloriosa del 11 de Junio siempre recordaremos com orgullo.<sup>25</sup>

22 JOHANSSON, María Lucrecia. Op. cit. p. 503.

23 Álvaro Nascimento faz uma interessante análise a respeito da trajetória de Marcílio Dias na Marinha do Brasil bem como de sua constituição como figura reverenciada e lembrada pedagogicamente In. NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. O marinheiro negro Marcílio Dias: as muitas memórias de um cidadão exemplar. In. Navigator: Subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 11, nº 21. JUN-2015. pp. 84-95.

24 ‘El Semanario de Avisos y Conocimientos Útiles’, Assunção, 24 de junho de 1865.

25 Curiosamente, um periódico brasileiro publicado em Curitiba, intitulado “Dezenove de Dezembro”, publicaria poucos dias depois, em 08 de julho, uma matéria sobre a vitória brasileira na Batalha Naval do Riachuelo utilizando termos extremamente similares aos do ‘El Semanario’: “gloriosa jornada de 11 de junho ficará eternamente memorial nos annaes de nossa marinha”. CF. BARBATO, Luís Fernando Tosta. A Batalha do Riachuelo no jornal Dezenove de Dezembro: guerra e identidade nacional. In. Navigator: Subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 11, nº 22. DEZ-2015. pp. 105-112.

O enfoque no sacrifício dos combatentes paraguaios é outro ponto de destaque e de importante menção. Havia a necessidade de inserção dos que ainda estavam no campo de batalha - e da população paraguaia como um todo - a firme convicção de resistir até a morte. Ou seja, todo sacrifício pela pátria paraguaia não seria em vão, pois se constituía como um ato de glória pela defesa da República do Paraguai que estaria ameaçada de destruição pelo Império Brasileiro coligado a duas outras repúblicas.

Glória e sangue. Com estes elementos tão difundidos nas épicas narrativas bélicas é que tanto o “El Semanario”, quanto o “El Centinela” propuseram aos seus leitores a apreensão da guerra em sua totalidade e da Batalha Naval do Riachuelo em suas especificidades que a tornaram uma espécie de exemplo a todos os outros embates que ainda estavam por vir. O exacerbado número de mortes do lado paraguaio não era abordado com consternação, mas, pelo contrário, era apontado como marca do valor e da bravura guerreira dos paraguaios que seriam lembrados pelas gerações futuras.

Nos anos subsequentes, diante do recrudescimento da guerra, os periódicos paraguaios continuavam a exultar a Batalha de Riachuelo. Conforme citamos anteriormente, o El Centinela em 1867 exaltava seus “marinos” pelos “Celebres (...) combates navales que han tenido lugar en las aguas del Paraná”.

Por sua vez, em 1866, um ano após o confronto, o El Semanario, assim comemorava tal aniversário:

Un ano há que las doradas puertas del templo de la gloria se abrieron al estrépito sonoro y magestuoso de las armas de la Republica (...)

Así terminó el glorioso combate del día 11 de Junio de 1865 en el lugar denominado “Rincon del Riachuelo”, que si no nos dió el triunfo definitivo sobre la armada enemiga, inscribió, com idebles caracteres em la historia de la Nacion Paraguaya la accion mas brillante y elocuente del valor marcial de sus hijos, que pasma de admiracion al mundo guerrero. La escuadra enemiga, que huyó vergonzosamente del campo de batalla (...)

Las glorias alcanzadas por la Nacion Paraguaya em la accion, única em su genero (...) y la sangre derramado de nuestros hermanos han contruido el baluarte inespugnable que ha detenido em los umbrales de la Patria á la formidable armada enemiga.<sup>26</sup>

---

<sup>26</sup> ‘El Semanario de Avisos y Conocimientos Útiles’, Assunção, 16 de junho de 1866.

Outro aspecto recorrente, principalmente no *El Centinela*, por conta de sua proposta de “Periodico Serio-Jocoso”, é a exaltação do espírito guerreiro paraguaio ao mesmo tempo em que se buscava mostrar os inimigos como ridículos. Diversas vezes os combatentes da Tríplice Aliança são apontados como covardes, fracos, inábeis guerreiros. De modo proposital o tom satírico era bastante recorrente e aliado a ele estava a informalidade do texto, devendo-se aqui ter em vista que tal jornal tinha por intento alcançar os soldados letrados e iletrados, na medida em que a leitura da parte dos primeiros em voz alta aos seus companheiros era prática recorrente.

Bastante conhecida é também a construção de um discurso racial a respeito dos brasileiros, os quais são retratados como negros/escravos pelos jornais de Assunção. De modo pejorativo, muitas das vezes os militares do Império do Brasil eram chamados de “macacos do Imperador”. Além dos aspectos relacionados à tentativa de apresentar o inimigo como inferior a partir de teorias racialistas do período, havia também o forte ensejo de demonstrar que em uma luta que postava, supostamente, escravos<sup>27</sup> e homens livres em lados opostos no campo de batalha, claramente os dotes morais e guerreiros mais louváveis estariam do lado dos homens livres da República.

No final de 1867, o *El Centinela* assim se referiria em tons de escárnio às forças brasileiras (fazendo menção inclusive à Batalha Naval do Riachuelo): “Con que fuerzas nos combate el enemigo? Son acaso los negros esclavos que asaltamos em Coimbra y Corumbá, ó los imbeciles marinos que en Riachuelo avanzamos y derrotamos com nuestras celebres chatas y vaporcillos mercantes?”<sup>28</sup>.

Isto é, ao apresentar o inimigo como composto por negros escravos e marinheiros imbecis que, apesar do grande potencial bélico, não tinham hombridade nem capacidade intelectual para usar tal potencial, tais periódicos intentavam dar fôlego em uma guerra que já chegava à exaustão àqueles que, por sua vez, eram representados como bravos e heróicos: os combatentes paraguaios.

## CONCLUSÃO

“A história é escrita pelos vencedores.” Com outro jargão comum no meio dos historiadores

27 A respeito do recrutamento militar de escravos pelo Governo Brasileiro durante a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai Cf. IZECKSOHN, Vitor. O recrutamento de libertos para a Guerra do Paraguai: considerações recentes sobre um tema complexo. In. *Navegador: Subsídios para a história marítima do Brasil*. Rio de Janeiro, V. 11, nº 21. JUN-2015. pp. 96-110.

28 ‘*El Centinela*’, Assunção, 05 de dezembro de 1867.

início as palavras finais deste texto. Diante da vitória da Tríplice Aliança em 1870 várias foram as abordagens a respeito da Guerra, suas motivações e consequências que se seguiram nas décadas após o conflito até os dias atuais. Diversos historiadores, com criterioso trabalho metodológico e minuciosa análise documental, apontaram com bastante competência os aspectos relacionados à Batalha Naval do Riachuelo e sua vitória pela Força Naval brasileira, assim como o seu importante papel no desenrolar do conflito, apesar de este ainda ter demandado mais cinco anos para ter seu desfecho.

Mas, cabe ao historiador estar atento aos sussurros das fontes documentais que ele questiona e a partir das quais aponta seus problemas. Quantas realidades são construídas a partir das apropriações de determinados eventos?

A Batalha Naval do Riachuelo pode ser vista como um desses momentos, hoje vista acertadamente como um dos maiores enfrentamentos navais da América com um resultado que favoreceu a Esquadra Imperial brasileira.

Entretanto, não se pode perder de vista que em algum lugar, durante algum tempo e em determinados meios de difusão de informações, o vencedor da Batalha daquele domingo (e da terça-feira que se seguiu) foi outro. Ante o brado de “Glória aos vencedores. Glória ao Brasil”<sup>29</sup> ecoado no Rio de Janeiro através da *Semana Ilustrada* de 09 de julho de 1865, havia outro brado em Assunção enaltecendo no idioma espanhol um vencedor diverso: “El triunfo del 11 está por nosotros. (...) La jornada gloriosa del 11 de Junio siempre recordaremos con orgullo”<sup>30</sup>.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### Periódicos

- ‘Semana Ilustrada’, Rio de Janeiro, 1865.
- ‘El Centinela’, Assunção, 1867.

---

29 ‘Semana Ilustrada’, Rio de Janeiro, 09 de julho de 1865.

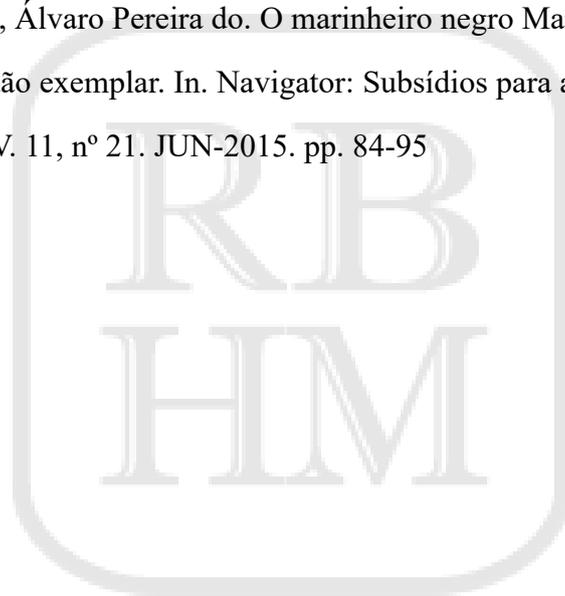
30 ‘El Semanario de Avisos y Conocimientos Útiles’, Assunção, 24 de junho de 1865.

- ‘El Semanario de Avisos y Conocimientos Útiles’, Assunção, 1865-1866.

### **Livros e artigos**

- ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. Riachuelo: uma batalha de controvérsias. In. Navigator: Subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 11, nº 21. JUN-2015. pp. 54-73.
- ARIAS NETO, José Miguel. Uma batalha naval concentra por si só um século de glórias: Riachuelo na história e na memória. In. Navigator: Subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 11, nº 21. JUN-2015. pp. 35-53.
- BARBATO, Luís Fernando Tosta. A Batalha do Riachuelo no jornal Dezenove de Dezembro: guerra e identidade nacional. In. Navigator: Subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 11, nº 22. DEZ-2015. pp. 105-112.
- BITTENCOURT, Armando de Senna. A batalha naval do Riachuelo, na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. In VIDIGAL, Armando & ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de (Orgs.). Guerra no mar: batalhas e campanhas navais que mudaram a história. Rio de Janeiro: Record, 2009. pp. 253-300.
- CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Tradução de Lourdes Menezes. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- DARNTON, Robert. O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa. Tradução de Sonia Coutinho. 5 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.
- DONATO, Hernani. Dicionário das Batalhas Brasileiras. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.
- DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- FARINA, Bernardo Neri. El periodismo de guerra. Asunción: El Lector, 2013.

- IZECKSOHN, Vitor. O recrutamento de libertos para a Guerra do Paraguai: considerações recentes sobre um tema complexo. In. Navigator: Subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 11, nº 21. JUN-2015. pp. 96-110.
- JOHANSSON, María Lucrecia. El guarani como arma de lucha: lengua e identidade nacional em la prensa de guerra paraguaya (1867-1868). In. RODRIGUES, Fernando da Silva & PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes (Orgs.). Uma tragédia americana: a Guerra do Paraguai sob novos olhares. Curitiba: Editora Prismas, 2015. pp. 501-531.
- MAYANS, Miguel Angel Pratt. Condecoraciones Y Medallas de las Guerras del Paraguay. Asunción: El Autor, 2007.
- NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. O marinheiro negro Marcílio Dias: as muitas memórias de um cidadão exemplar. In. Navigator: Subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 11, nº 21. JUN-2015. pp. 84-95



## A ATUAÇÃO DA ESQUADRA IMPERIAL BRASILEIRA CONTRA A POSIÇÃO DE FORTÍN NO TEBIQUARY

Aldeir Isael Faxina Barros<sup>1</sup>

### Resumo

O presente trabalho visa analisar o desenvolvimento da linha de defesa da foz do Rio Tebiquary desde sua criação, ao se estabelecer tropas nos principais passos do referido rio, passando pela consolidação das baterias artilhadas na foz deste com o Rio Paraguai, que doravante com status de fortaleza passou a ser denominado “Fortín”. Esta fortaleza se encontrava sobre uma espécie de península formada na foz do Rio Tebiquary e na margem esquerda do Rio Paraguai. As operações bélicas iniciam-se com reconhecimentos por forças de terra e água, realizados desde que se soube, através de prisioneiros e desertores, sobre tais construções. Em seguida foram analisados os combates entre Fortín e a armada imperial brasileira, o forçamento do passo do Tebiquary, com o provável rompimento da misteriosa corrente que obstava a subida dos navios por uma esquadrilha de encouraçados e monitores, e o intento de abordagem a esses. Por fim, é explorado o abandono de Fortín e da linha defensiva do Tebiquary, fazendo parte da manobra de retraimento das forças paraguaias para a nova posição defensiva, situada na linha do Arroio Piquicirí, e o estabelecimento da nova fortificação as margens do Rio Paraguai, Angostura.

**Palavras-Chave:** *Guerra do Paraguai, Passo do Tebiquary, encouraçados, fortalezas.*

## LA ACCIÓN DE LA FLOTA IMPERIAL BRASILEÑA CONTRA LA POSICIÓN FORTIN EN TEBIQUARY

### Resumen

El presente trabajo tiene como objetivo analizar la evolución de la línea de defensa de la desembocadura del Tebicuary desde su creación, al establecerse tropas en los principales pasos del referido rio, pasando por la consolidación de las baterías artilladas en la desembocadura de este en el rio Paraguay, que categorizada con el status de fortaleza pasó a ser llamada “Fortín”. Esta fortaleza se encontraba sobre una suerte de península formada por la boca del Tebicuary ubicada en la margen izquierda del Rio Paraguay. Las operaciones bélicas se inician con reconocimientos por parte de fuerzas de tierra y agua, realizados a partir del conocimiento de dichas construcciones a través de prisioneros y desertores, pronto fueron analizados los combates entre Fortín y la Armada Brasileira,

---

<sup>1</sup> Pesquisador da Universidade Estadual de Maringá - UEM

el forzamiento por parte de una escuadrilla de acorazados y monitores del Paso del Tebicuary, con la probable ruptura de la misteriosa cadena que impedía el paso de los navíos y algún intento de abordaje de los buques de la operación. Al final es comprobado el abandono de Fortín y de la línea defensiva del Tebicuary, siendo esto parte de la manobra de repliegue de las fuerzas paraguayas para una nueva posición defensiva, situada en la línea del Arroyo Pikysyry y el establecimiento de una nueva fortificación en las márgenes del río Paraguay, Angostura.

**Palabras-Clave:** *Guerra del Paraguay, Paso del Tebicuary, acorazados, fortalezas.*

## INTRODUÇÃO

Com o cerco da fortaleza de Humaitá se estreitando, devido a ocupação de Tagy (ou Tajy), o Presidente Francisco Solano López ordenou ao então Coronel George Thompson que artilhasse a posição de Timbó, acima de Humaitá, na margem direita do Rio Paraguai, em princípios de fevereiro de 1868. De Timbó partia uma estrada, aberta no Chaco e se afastando da margem direita do Rio Paraguai, até Monte Lindo, local situado acima da foz do Rio Tebicuary. No dia posterior a Primeira Passagem de Humaitá, o Marquês de Caxias parte para Tagy e ordena ao Barão da Passagem (Delfim Carlos de Carvalho) que com os navios disponíveis<sup>2</sup> suba o rio até Assunção, com a missão de observar os rios Vermelho e Tebicuary, destruir qualquer embarcação e bombardear a capital inimiga.

Humaitá se mantinha escassamente abastecida devido a logística construída no Chaco, que graças aos dois vapores (*Tacuarí e Iguereí*) que ficaram entre Tagy e Humaitá depois da passagem dos encouraçados, transportavam de uma a outra margem todos os recursos vindos. Outros navios efetuavam a mesma faina em Monte Lindo. Com o acirramento do cerco à Humaitá começou a retirada dessa praça forte. Silvestre Aveiro menciona que: “os canhões de 69 (68<sup>3</sup>?) que estavam em Timbó foram levados a linha do Tebicuary com um sacrifício extraordinário dos batalhões 44 e 48, pois os arrastaram a punho através dos fundos e numerosos pântanos do Chaco, tendo que afrontar todas as dificuldades da passagem do rio Vermelho a punho”<sup>4</sup>. Thompson, sobre a movimentação no Chaco, menciona: “chegamos a Passo Puente, onde estavam as quatro primeiras peças de 8 polegadas, prontas para serem transportadas ao outro lado do rio”<sup>5</sup>. Muitos cursos d’água tiveram

---

2 A esquadilha que forçou o passo de Humaitá recebeu a nomenclatura de “Divisão Avançada”!

3 Na época um modo de medir o calibre dos canhões era mensurar o peso de um projétil sólido em libras.

4 AVEIRO, Silvestre. (Coronel). *Memorias Militares [1864 – 1870]*. Segunda Edição, Ediciones Comuneros, Asunción del Paraguay, 1989., p. 41.

5 THOMPSON, George. *A Guerra do Paraguai: com um esboço histórico do país e do povo paraguaio, e notas sobre a engenharia militar durante a guerra*. Trad.: Homero de Castro Jobim. Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1968., p.210.

de ser vencidos para que a artilharia fosse trasladada até Monte Lindo.

## CONSTRUÇÃO DE FORTÍN

Depois de certo tempo resolveu-se mudar a posição de defesa, porque “*seria muito mais útil levantá-la na foz do Tebiquary, porque ali poderia impedir ao menos a entrada neste rio dos navios de madeira*”<sup>6</sup>. Segundo Juan Crisóstomo Centurión, havia sido enviado para o Rio Tebiquary o Comandante José María Núñez, no comando do batalhão N° 45, e dois esquadrões de cavalaria, todos formados com recrutas, onde levantaram uma fortificação no Passo Real do Tebiquary artilhando a mesma com 6 peças de campanha, além de estabelecer postos de vigilância nos demais passos. Sabendo dessas informações, colhidas dos passados (desertores), foram organizadas duas expedições terrestres em fins do ano de 1867 para reconhecerem os pontos. As tropas de cavalaria puderam observar acampamentos e fortificações ligeiras nas margens dos rios Yacaré e Tebiquary, além de receberem fogo de dois vapores presentes no local, na primeira expedição.

Após o Marechal López se estabelecer em Seibo as tropas começaram a passar o rio e montar acampamento na região de San Fernando, antiga estância do governo acima da foz, ao lado do Passo Real. Grande parte da guarnição de Humaitá foi evacuada e as tropas que guarneciam Mato Grosso foram retiradas, excetuando algumas forças que ficaram de vigilância. Nessa fase de transição até o posterior abandono de Fortín. George Thompson fornece dados importantíssimos sobre os feitos, como testemunha ocular e protagonista que foi dos mesmos. Incumbido de realizar o levantamento topográfico de Fortín descreve a posição da seguinte forma:

No lugar em que desagua no Paraguai, o Tebiquary tem cerca de 500 jardas de largura, e o rio Paraguai ali tem exatamente 330 jardas. Os dois rios formam um ângulo de cerca de sessenta graus no lado norte do Tebiquary, que é terra firme por uma distância de umas 2000 jardas pelo Paraguai acima, e por umas 200 pelo Tebiquary, formando uma ilha chamada Fortín. Por causa do carriçal a ilha somente era acessível por um ponto do lado da terra, onde ficavam estacionadas as canoas para atravessar a água<sup>7</sup>.

A posição não permitia a colocação de baterias aliadas nas proximidades devido o terreno ser todo alagadiço. Quando Thompson visitou a ilha a mesma se encontrava coberta de espesso e alto capim, todos os pormenores foram informados ao Marechal López que sem demora ordenou

<sup>6</sup> THOMPSON, George. Op., cit., p. 206.

<sup>7</sup> THOMPSON, George. Op., cit., p. 211.

que fossem colocadas as baterias imediatamente no ponto, devendo Thompson pedir ao comandante Nuñez tudo o que lhe for preciso. Thompson conseguiu 200 homens, dos quais a maioria rapazes, o trabalho se manteve sem detença, devido ao revezamento dos soldados. A ilha nas grandes enchentes ficava totalmente encoberta pela água, era então necessário construir plataformas elevadas para se assestarem os canhões, “*onde a custa de um trabalho insano conseguiram levantar sobre um solo pantanoso dois montículos artificiais para ai construírem os redutos*”<sup>8</sup>. Uma faixa do capim foi deixado na margem para mascarar os trabalhos aos encouraçados que por ventura aparecessem em exploração, o que se mostrou desnecessário devido aos navios “*somente apareceram quando as baterias já estavam prontas*”<sup>9</sup>.

As baterias do Tebiquary, compunham-se da seguinte maneira: “*a bateria da embocadura do Tebiquary tinha sete canhões de 8 polegadas e dois de 32 libras, e a outra, a 2000 jardas mais acima, no Paraguai, na mesma ilha, dois canhões de 8 polegadas e 3 de 32 libras*”<sup>10</sup>. Além destas duas baterias, para evitar um desembarque de forças, uma terceira foi colocada no local: “*também consegui dois dos meus obuseiros raiados de 32 libras e coloquei-os numa bateria separada, em frente ao Tebiquary, para o caso em que ali fosse tentado um desembarque*”<sup>11</sup>. Após a consolidação das baterias, os trabalhadores voltaram às suas posições no Rio Tebiquary acima. Os soldados do batalhão N° 18, sob o comando de Moreno, vieram tomar conta de Fortín, baixo comando do próprio Thompson. Tendo por subcomandante o Tenente Abalos, a força totalizava 300 homens. O Marechal López criou uma rede de linhas telegráficas que estava disposta da seguinte maneira: “*López estabeleceu linhas telegráficas para o Recodo, porto dos vapores, para passo Portilho, mais acima no Tebiquary, para Fortín e a passo (Real) do Tebiquary. O telegrafo de Monte Lindo a Timbó estava sempre muito ocupado, e as mensagens tinham de cruzar o (rio) Paraguai em canoas, entre Recodo e Monte Lindo*”<sup>12</sup>.

Uma esquadilha composta dos encouraçados *Barroso* e *Bahia*<sup>13</sup> e dos monitores *Rio Grande* e *Alagoas* partiu de Tagy pela madrugada do dia 05 de Junho de 1868. Por volta das 17h00min fundearam abaixo da foz do Tebiquary, onde avistaram “*novas e importantes fortificações*

---

8 REVISTA DO INSTITUTO POLYTECHNICO BRASILEIRO. Tomo II, Typ. do Imperial Instituto Artístico, 1869., p. 120.

9 THOMPSON, George. Op., cit., p. 212.

10 Idem.

11 Idem.

12 Ibidem, p. 215.

13 Os encouraçados *Bahia*, *Silvado* e *Lima Barros*, apesar de serem do tipo monitor não recebiam, durante a guerra, tal denominação. A Armada Imperial só nomeava monitores os seis navios construídos no Rio de Janeiro (*Alagoas*, *Pará*, *Rio Grande*, *Ceará*, *Piauí* e *Santa Catarina*).

*estabelecidas na margem esquerda do rio Paraguai, desde uma península até S. Fernando*<sup>14</sup>. O *Alagoas* avançou para reconhecer as mesmas, fazendo alguns tiros, os quais não foram respondidos, retornando em seguida devido à pouca luminosidade. A noite, pressentindo-se movimentação no local, foi ordenado um bombardeio. Sobre o primeiro reconhecimento naval efetuado, Thompson registou em sua obra: *“surgiram quatro encouraçados e ancoraram a vista da bateria. Chegados ao escurecer, bombardearam a noite inteira, sem, entretanto, causar quaisquer avarias, e na manhã seguinte subiram o rio em missão de reconhecimento*<sup>15</sup>.

Devido à falta de canhões para artilhar as barrancas do Rio Paraguai e do Rio Tebiquary, a bateria de baixo devia bater esse dois pontos ao mesmo tempo, sendo colocada em posição pertinente para essa função, *“devido a isso e a forma do terreno, a bateria era enfiada pelos navios no rio Paraguai, mais abaixo; mas entre os canhões havia obras de terra transversais para protegê-los. Entretanto, somente uma peça, a do vértice do ângulo, poderia disparar exatamente na direção do rio em seu lado jusante*<sup>16</sup>. No dia 06 de Junho, em missão de reconhecimento *“um monitor subiu até a distância de cem jardas da ponta, e deu combate a este canhão, disparando apenas lanternetas contra a guarnição, que estava completamente exposta, pois não havia parapeto. Respondemos, com granadas sólidas de muito pouco efeito sobre o monitor*<sup>17</sup>. Foram reconhecidos além da topografia do terreno e posição das baterias *“duas formidáveis estacas colocadas no rio proximo a margem do Chaco, e verificou-se não haver correntes, torpedos ou outro qualquer obstáculo na ocasião*<sup>18</sup>.

Thompson assinala que *“poucos dias depois regressaram e ancoraram a vista das baterias bombardeando-as continuamente. Comecei então a atirar uma ou duas granadas por hora contra eles, pois nossa munição era escassa, e os vapores dentro em pouco retiraram-se além da curva do rio*<sup>19</sup>. Essa segunda expedição naval levada a cabo pelos navios *Barroso* e *Rio Grande*, segundo o Barão de Jaceguay (Arthur Silveira da Motta), partiu de Tagy no dia 20 de Junho de 1868 por volta do meio dia, pernoitando em Vila do Pilar e no dia 21 pela manhã chegando a foz do Tebiquary. Nada de novo notou-se desde a última expedição, um ajudante de campo do General João Manoel Menna Barreto estava a bordo para observar o terreno adjacente as fortificações. Não demoraram devido à falta de carvão e os problemas na maquinaria do *Barroso*, na volta apenas avistaram uma guarda na

14 COSTA, Francisco Felix Pereira da. *História da Guerra do Brasil Contra as Republicas da Uruguay e Paraguay*. Livraria de A. G. Guimarães e Cia. Rio de Janeiro, 1870. Tomo III, p. 616. Parte do Barão da Passagem ao Almirante.

15 THOMPSON, George. Op., cit., p. 212.

16 Idem.

17 Ibidem, p. 213.

18 COSTA, Francisco Felix Pereira da. Op., cit. Tomo III, p. 617. Parte do Barão da Passagem ao Almirante.

19 THOMPSON, George. Op., cit., p. 213.

barranca Taquaras a qual foi dispersada com tiros de metralha.

### **PASSAGEM PELAS BATERIAS DE FORTÍN**

O Marquês de Caxias ordenou a Segunda Passagem de Humaitá, sendo efetuada em 21 de Julho de 1868, os navios que tomaram parte nessa operação foram os encouraçados: *Silvado*, *Cabral* e o monitor *Piauí*. A divisão avançada contava agora com 5 encouraçados e 4 monitores. “*Caxias determinou-lhe (o Barão da Passagem) que fosse [...] bombardear as novas posições do inimigo em S. Fernando e aprisionar os navios que por ventura se encontrassem nas imediações*”<sup>20</sup>.

No mesmo dia deixaram o ancoradouro do Chaco (porto Dois de Maio) e subiram o rio os seguintes navios: *Bahia*, *Barroso*, *Silvado*, *Alagoas*, *Piauí* e *Rio Grande*. Os demais (*Tamandaré*, *Cabral* e *Pará*) ficaram bombardeando uma bateria abaixo do arroio Guaicurú que ofendia as tropas aliadas no Chaco. Aqueles bombardearam o Timbó até a noite, onde forçaram este ponto subindo o rio, devido a escuridão fundearam abaixo de Tagy e na manhã seguinte (22) foram até esse local e se abasteceram de lenha, já que o transporte de carvão era insuficiente para suprir todos os navios. Às 14h00min suspenderam e avançaram, indo fundear em Vila do Pilar. Novamente na manhã seguinte (23), se puseram em movimento indo ancorar na foz do Tebiquary por volta das 15h00min. Levavam como guia o Sargento paraguaio Assencio Pereira, aprisionado na última abordagem aos encouraçados (9-10 de Julho de 1868).

### **OS NAVIOS FORÇAM O PASSO DO TEBIQUARY**

Silveira da Motta menciona que os encouraçados *Bahia*, *Barroso* e *Silvado* atracados, respectivamente, aos monitores *Alagoas*, *Rio Grande* e *Piauí*, chegaram no dia 23 de Julho a foz do Tebiquary às 14h20min: “*fundeamos a três amarras pouco mais abaixo do Tebiquari (SIC); os outros dois navios fundearam na margem do Chaco; todos largaram os monitores, e estes, mais próximos da bateria, também fundearam; durante o resto do dia foi um bombardeio incansável e, em regra, durante a noite, de quarto em quarto de hora, fazíamos nosso tiro*”<sup>21</sup>. Na manhã seguinte (24) os navios assumem formação e “*o Bahia com um monitor amarrado a bombordo e o Silvado subiram o rio a toda velocidade*”<sup>22</sup>. Thompson fornece dados detalhados da passagem e menciona uma predição

---

20 FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da Guerra entre a Tríplíce Aliança e o Paraguai*. 3º volume. Imprensa do Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1934., p. 438.

21 MOTTA, Arthur Silveira da. (Barão de Jaceguay). *De Aspirante a Almirante – Minha fé de Ofício Documentada*. 2ª Edição, Serviço de Documentação Geral da Marinha. Rio de Janeiro, 1985. Tomo I, p. 326.

22 THOMPSON, George. Op., cit., p. 213.

do Marechal López: *“por cerca de duas semanas antes do dia 24 de Julho, dia de aniversário de López, este me disse repetidas vezes que os couraçados forçariam as baterias naquele dia, o que realmente fizeram”*<sup>23</sup>.

O Barão da Passagem escolheu os navios mais aptos para o cometimento e ordenou a disposição de toda a esquadilha de modo conveniente a auxiliar os navios que forçariam as defesas. O *Bahia* iria na frente atracado com o *Alagoas* a bombordo e o *Silvado* mais atrás guardando uma distância conveniente *“de modo que não embarace o Bahia, se por ventura tivesse de retroceder encontrando obstáculos insuperáveis, e bem assim dar auxílio a qualquer (um) dos dois em algum momento crítico”*<sup>24</sup>. Por obstáculos insuperáveis fica subentendido a possível presença de alguma barreira lançada no canal e por momento crítico provavelmente entende-se o receio de ocorrer a explosão de um torpedo (mina naval) e provocar outro sinistro, semelhante ao episódio do encouraçado *Rio de Janeiro* em Curuzu. Após o abandono de Fortín, Sir Richard Burton visitando as instalações observou no local *“blocos de arenito, destinados provavelmente a fundear torpedos”*<sup>25</sup>.

Os navios foram coadjuvados pelos que haviam ficado mais abaixo, experimentaram muitos danos devido a pequena distância do canal à barranca fortificada. Thompson menciona que *“a maior parte das balas arrebentaram-se em milhares de pedaços, mas causaram grandes avarias, apanhamos um pedaço de uma das couraças do Bahia com dez polegadas de comprimento, que com a força da explosão, saltara até a terra”*<sup>26</sup>. Burton, observando os detalhes defensivos naturais de Fortín, exclama que *“a corrente (correnteza do rio), acima da confluência do Tebicauri (SIC), se estreita a uns 280 metros e sua maior velocidade obriga os navios que sobem a navegarem, como de hábito, perto da margem esquerda, que é baixa e sujeita a enchentes”*<sup>27</sup>. Apesar de o rio possuir certa largura, os navios, devido aos seus calados, tinham que passar pelo canal principal junto às baterias.

O rio era profundo em toda sua largura, mas o canal ficava próximo as baterias. Disparei contra eles alguns tiros de longa distância e então reservei o fogo de modo a ter certeza de que um tiro de cada canhão atingisse perpendicularmente a couraça, tendo para isso arrastado todas as peças para frente, para que cada uma delas atirasse quando os navios passassem. Os couraçados a princípio pareciam vir ao longo do canal, mas ao se acharem muito próximos dos canhões, viraram como se fossem para o lado do Chaco, e então aumentei imediatamente a elevação dos tiros; voltaram para o canal e mal tive tempo de por todos os canhões

23 Idem.

24 COSTA, Francisco Felix Pereira da. Op., cit., Tomo III, p. 661. Ofício do Barão da Passagem ao Visconde de Inhaúma.

25 BURTON, Richard Francis. *Cartas dos Campos de Batalha do Paraguai*. Tradução: José Lívio Dantas. Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 1997, p. 342.

26 THOMPSON, George. Op., cit., p. 214.

27 BURTON, Richard Francis. Op., cit., p. 342.

novamente em ponto em branco na direção pela qual se aproximavam. Passaram a cerca de 18 jardas dos canhões recebendo todos os tiros em cheio<sup>28</sup>.

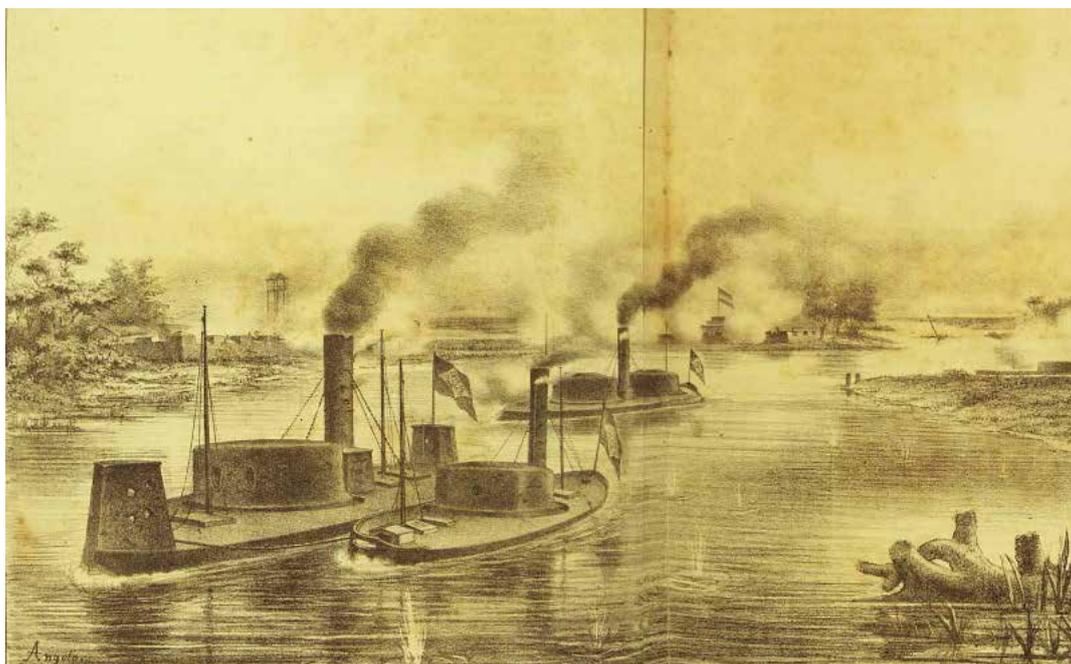


Figura 1 <sup>29</sup>

Como em Humaitá e Curupaity os navios eram forçados a diminuir a marcha e manobrem de modo a contornar a volta brusca do rio, os navios tinham que passar encostados às peças de artilharia montadas nas baterias. O comandante do *Bahia* (Antonio Luiz Von Hoonholtz) menciona como foram recebidos assim que despontaram Fortín: “duas descargas sucessivas acolheram e abalaram este navio, causando-lhe espantosas depressões e bastantes avarias”<sup>30</sup>. Passando a primeira bateria, o par de navios (*Bahia* e *Alagoas*) segue e enfrenta a segunda bateria, ainda recebendo fogo da primeira devido à disposição das mesmas, “o segundo reduto enfiava-nos pela proa enquanto pelo través os canhões de 68 abalavam a couraça com suas balas despejadas em cheio 12 braças de distância”<sup>31</sup>. O monitor seguia a bombordo do *Bahia* para sua proteção.

Em seguida o *Silvado* recebe as salvas da artilharia de Fortín, o comandante deste navio não menciona grandes detalhes em sua parte oficial sobre o feito, porém Silveira da Motta, que no momento ainda comandava o *Barroso* e auxiliava os navios que forçavam o passo, menciona que “o *Silvado*

28 THOMPSON, George. Op., cit., p. 214.

29 Figura 01: Divisão Avançada da Esquadra passando em frente das Baterias do Tebiquary: no dia 23 de julho de 1868, às 3 horas da tarde. Fonte: A Vida Fluminense, de 22 de ago. 1868, p. 400.

30 Parte Oficial de Hoonholtz ao Barão da Passagem, *Diário do Rio de Janeiro*, 10 de ago. 1868., p. 1.

31 Idem.

*desmontou uma peça de 68 e matou todos os serventes de duas peças, inclusive duas mulheres (porta cartuchos)*<sup>32</sup>. Sobre a subida do referido navio, o mesmo autor se expressou nos seguintes termos: *“tanto na subida quanto na descida o Silvado passou muito encostado às baterias; na segunda vez, por causa de mau governo”*<sup>33</sup>. Devido, provavelmente, a pequena elevação e distância das baterias, os encouraçados expedicionários realizaram o forçamento disparando, o que não era comum, pode ser lido que o *Silvado* *“galhardamente com suas torres metralhava as guarnições das peças”*<sup>34</sup>.

Fato curioso mencionado por Thompson é que na subida dos navios *“quando o Bahia passava pelas baterias, três homens puseram a cabeça para fora da torre do couraçado, e um deles abanou um lenço e gritou alguma coisa”*<sup>35</sup>. Assim que os navios passaram, Thompson dirigiu-se ao telégrafo para dar parte do ocorrido ao Marechal e já foi recebido com uma pergunta do mesmo sobre qual sinal o pessoal do navio havia feito. O telegrafista já havia informado sobre o ocorrido, existia uma linha telegráfica que ligava Fortín a San Fernando, local onde estava o Marechal. Thompson então sofre uma reprimenda por ter permitido que os homens fossem *“deixados passar sem resposta e (que) abrissem suas bocas poluídas aos patriotas honestos que lutavam por seu país”*<sup>36</sup>. Os soldados paraguaios disseram que um dos homens que acenaram foi o desertor Recalde. Thompson explicou todos os pormenores ocorridos e o Marechal escreveu que *“ficara satisfeito com minhas explicações”*<sup>37</sup> e *“mostrou-se, no entanto, satisfeito com as avarias causadas nos navios, um dos quais (o Alagoas) ficou o dia inteiro perto de Monte Lindo para ser consertado”*<sup>38</sup>. As partes oficiais consultadas da Armada não mencionam tal personagem a bordo.

Toda a divisão se postava a jusante de Fortín e no momento que a esquadrilha expedicionária avançava para forçar as defesas, os navios de proteção seguiam em sua esteira para cobrir com seus fogos as baterias inimigas, visando facilitar o passo a seus companheiros. Um dos navios que mais se expôs nesta tarefa foi o monitor *Piauí*, seu comandante deixou descrito em parte oficial que colocou o monitor *“em frente a bateria da foz do dito rio, na distância de duas amarras, e rompi o fogo com bombas de 10 segundos”*<sup>39</sup>. A mesma parte menciona a posição dos outros dois navios de proteção, o *Barroso* e o *Rio Grande*: *“o monitor Rio Grande avançou em escarpa no centro, e o Barroso*

32 MOTTA, Arthur Silveira da. (Barão de Jaceguay). Op., cit., Tomo I, p. 327.

33 MOTTA, Arthur Silveira da. (Barão de Jaceguay). Op., cit., Tomo I, p. 327.

34 COSTA, Francisco Felix Pereira da. Op., cit., Tomo III, p. 662.

35 THOMPSON, George. Op., cit., p. 214.

36 Idem.

37 Idem.

38 Idem.

39 Parte oficial do CT Eduardo Wandenkolk ao Barão da Passagem, *Diário do Rio de Janeiro*, 10 de ago. 1868., p. 1.

*encostado à margem paraguaya (SIC) (esquerda do rio) para enfiar a bateria de flanco*”<sup>40</sup>.

A esquadilha protetora fez fogo de maneira direta durante a passagem e logo se postou mais abaixo, disparando espaçadamente e por elevação, como consta no seguinte excerto da parte oficial: “*continuei o fogo de proteção até o momento de avançar e desaparecer o encouraçado Silvado na segunda barranca fortificada, que jogou com quatro peças de grosso calibre; o inimigo convergiu então os fogos do primeiro reduto para o monitor sob o meu comando*”<sup>41</sup>. Logo em seguida os três navios guiados pelo *Piauí*, avariado, se postam do lado direito do Rio Paraguai em uma distância de 4 amarras de Fortín e continuam um bombardeio pausado, mas ininterrupto.

### OPERAÇÕES ACIMA DE FORTIN

Após percorrer certa distância rio acima, as embarcações chegam na parte de baixo de um arroio chamado Recodo que era um canal do Rio Paraguai, onde costumavam-se abrigar vapores paraguaios, segundo os prisioneiros e passados. Os encouraçados avistaram ao longe as chaminés de dois navios postados no arroio, o Barão da Passagem ordena que o *Silvado* guarde a parte de baixo enquanto o *Bahia* se postará na parte de cima. O monitor *Alagoas* deveria entrar no canal para afundar os navios<sup>42</sup>, tal tarefa não pôde ser efetuada devido seu sistema de propulsão ter sido danificado durante a passagem das baterias. Informado disso, o Barão da Passagem ordenou que o *Silvado* protegesse o monitor enquanto remediava suas avarias e que ambos efetuassem bombardeio em direção aos navios e ao acampamento de San Fernando, que podiam divisar ao longe, enquanto ele subiria até a parte de cima do canal, em exploração. Da parte do *Alagoas* tem-se o seguinte excerto: “*fiz dirigir um bombardeio seguido sobre o lugar em que via-se sair a fumaça dos vapores, cujos costados estavam ocultos por uma ilha que forma o riacho, ao mesmo tempo que os maquinistas de bordo ajudados pelo primeiro do Silvado cuidavam de reparar a máquina*”<sup>43</sup>.

A parte oficial de Hoonholtz ao Barão da Passagem descreve o itinerário e o que efetuou ao deixar o par de navios mais abaixo: “*o imenso acampamento de San Fernando, ao qual se apoiavam dois pequenos vapores cujos mastros estavam ornados de ramos e folhagens em honra ao grande dia de S. Solano [...] as bem dirigidas bombas desse navio arrebatando por cima dos vapores os*

---

40 Idem.

41 Parte oficial do CT Eduardo Wandenkolk ao Barão da Passagem, *Diário do Rio de Janeiro*, 10 de ago. 1868., p. 1.

42 Esperava-se nova abordagem aos encouraçados utilizando-se o restante da frota paraguaiá ou que os navios fossem utilizados para reforçar as forças de Timbó e atacar as tropas aliadas postadas no Chaco.

43 Parte oficial do CT Antônio Cordovil Maurity ao Barão da Passagem, *Diário do Rio de Janeiro*, 10 de ago. 1868., p. 1.

*obrigaram a mudar diversas vezes de posição, até completamente se ocultarem por trás do mato*”<sup>44</sup>. Após realizar tal bombardeio e observação até acima do piquete Herradura, o *Bahia* desce o rio e se reúne aos demais ordenando ao *Alagoas* que se atraque pelo lado contrário, para então forçarem rio abaixo o passo do Tebiquary. Silveira da Motta censura esse parco reconhecimento, pois “*se o Chefe Delfim tivesse levado mais além aquele reconhecimento, até onde lhe fosse possível chegar; segundo lhe prescrevera o generalíssimo, teria verificado que por aquela ocasião já se trabalhava ativamente na fortificação de Angostura*”<sup>45</sup>.

### DESCIDA DA ESQUADRILHA

Por volta das 15h30min o *Bahia* desce e se junta ao *Silvado* e *Alagoas*, atraca-se (a estibordo) a esse e com o *Silvado* parte para forçar novamente o passo do Tebiquary. Às 16h00min suspendem na mesma formação inicial e investem o passo “*às 04h10min enfrentamos o reduto de cima que nos recebeu com um fogo horrível das suas baterias a queima roupa, causando-nos desta vez as mais sérias avarias e matando imediatamente o bravo e distinto práctico 2º Tenente Luiz Reppeto e um dos homens do leme, ferindo a outro gravemente*”<sup>46</sup>. Segundo Jaceguay “*era primeira vez que falhava o abrigo da couraça do Bahia*”<sup>47</sup>, encorajado tido como muito seguro para seus tripulantes e empenhado em batalha desde os combates ao forte de Itapirú.

Os destroços e corpos atulharam a casamata de comando e o par de navios ficou sem governo “*justamente no ponto mais perigoso do canal, onde encaharia com a velocidade da carreira, águas abaixo, iria enterrar-se sobre a barranca, da qual distava meia dúzia de braças*”<sup>48</sup>, onde muito provavelmente os dois navios seriam abordados pelas forças paraguaias. Fator primordial para a salvação do par de navios foi que o *Bahia* possuía duas hélices e com a movimentação das mesmas em velocidades diferentes podia-se governar a embarcação, com certa dificuldade. Para tal, o práctico do *Alagoas* (o velho Picardo) é chamado, através de um tubo acústico previamente colocado para comunicação. Chegando ao *Bahia*, Picardo direciona o navio para o canal navegável e com o movimento das duas hélices o par de navios consegue contornar a volta de Fortín e chegar na retaguarda a salvos, mas com muitos danos, tanto no material quanto no pessoal.

44 Parte Oficial de Hoonholtz ao Barão da Passagem, *Diário do Rio de Janeiro*, 10 de ago. 1868., p. 1.

45 MOTTA, Arthur Silveira da. (Barão de Jaceguay). Op., cit., Tomo II, p. 546.

46 Parte Oficial de Hoonholtz ao Barão da Passagem, *Diário do Rio de Janeiro*, 10 de ago. 1868., p. 1.

47 MOTTA, Arthur Silveira da. (Barão de Jaceguay). Op., cit., Tomo II, p.

48 Parte Oficial de Hoonholtz ao Barão da Passagem, *Jornal do Commercio* de 08 de ago. 1868., p. 1.

O *Silvado* desceu muito encostado às baterias devido a seu mau governo, seu comandante relatou que “vinte balas atingiram este navio, que produziram avarias pela maior parte de natureza que não podem ser remediadas com os meios de que dispõe a esquadra”<sup>49</sup>. Thompson aguardava o regresso das embarcações até que o “vigia deu o sinal de que os couraçados estavam voltando. Desceram o rio a toda velocidade, com a correnteza a seu favor, e de tal modo que mal tivemos tempo de preparar-nos, e cada canhão nosso disparou um tiro sobre cada navio inimigo, mas a uma pequena distância e perpendicularmente as couraças”<sup>50</sup>. Na parte oficial de Hoonholtz lê-se: “permita-me V. Ex<sup>a</sup> (o Barão da Passagem) que o felicite sinceramente... pelo vosso prudente alvitre de deixar o Barroso e os dois monitores abaixo das baterias, pois sou levado a crer que não suportariam as descargas a queima bucha, nem tampouco a casamata do Barroso garantiria a vida dos que nela se achassem”<sup>51</sup>.

Importantes danos sofreram os navios que forçaram e mesmo os que apoiaram o forçamento das defesas de Fortín. As estruturas sobre os conveses das embarcações foram no geral escangalhadas, mas os danos de maior envergadura foram os que afetaram as partes vitais dos navios. Ainda na subida, o *Alagoas*, como já descrito, teve sua máquina motora danificada por estilhaços, impossibilitando a caçada aos vapores presentes no arroio Recodo. Já na descida o *Bahia* teve sua casamata de comando invadida por estilhaços, o Barão da Passagem mencionou que “as avarias mais importantes do material tanto do *Silvado* como do *Bahia* deram-se nas couraças acima do lume d’água, sendo algumas chapas deste navio perfuradas”<sup>52</sup>. Jaceguay corrobora, mencionando que “o *Bahia* teve uma (chapa da) couraça do costado perfurada”<sup>53</sup>.

Hoonholtz informa que “16 balas que nos acertaram por bombordo, quatro romperam e atravessaram a couraça quase ao lume d’água, de modo que me foi preciso mandar logo depois de fundeado tapar os rombos com gála – gála”<sup>54</sup>. O mesmo ainda menciona que pela primeira vez na contenda “a experiência encarregou-se de mostrar-nos nesta ousada expedição que não há chapas que resistem aos choques dos projeteis de 68 na distância de algumas braças<sup>55</sup> das bocas dos canhões”<sup>56</sup>, “cujas famosas couraças de 4 ½ polegadas foram partidas e perfuradas por balas esféricas de 68!”<sup>57</sup>. Em perdas humanas, segundo o Dr. Carlos Frederico, médico chefe da Armada, os

---

49 Parte Oficial do CMG Aurélio Garcindo de Sá ao Barão da Passagem, *Diário do Rio de Janeiro*, 10 de ago. 1868., p. 1.

50 THOMPSON, George. Op., cit., p. 214.

51 Parte oficial de Hoonholtz ao Barão da Passagem, *Diário do Rio de Janeiro*, 10 de ago. 1868., p. 1.

52 COSTA, Francisco Felix Pereira da. Op., cit., Tomo III, p. 663- 664.

53 MOTTA, Arthur Silveira da. (Barão de Jaceguay). Op., cit., Tomo I, p. 327.

54 Parte oficial de Hoonholtz ao Barão da Passagem, *Diário do Rio de Janeiro*, 10 de ago. 1868., p. 1.

55 Braça: antiga medida, com variações de país para país, em Portugal e no Brasil consiste em 2,2 m lineares.

56 Parte oficial de Hoonholtz ao Barão da Passagem, *Diário do Rio de Janeiro*, 10 de ago. 1868., p. 1.

57 REVISTA DO INSTITUTO POLYTECHNICO BRASILEIRO. Op., cit., p. 122.

navios tiveram 3 mortos e 5 feridos. Os demais navios não registraram ferimentos entre os membros de suas tripulações.

### A CORRENTE QUE FECHAVA O PASSO DO TEBIQUARY

Fato controverso e misterioso sobre o forçamento do passo do Tebiquary é a existência no momento da subida dos navios de uma corrente passada de margem a margem em frente as baterias. Sistema similar foi usado em Humaitá com muito proveito, antes que as estruturas que mantinham as correntes flutuando fossem destruídas. Também foi atravessada uma corrente em Tagy pelas tropas brasileiras para evitar que os vapores paraguaios abastecessem Humaitá. Através de passados e prisioneiros soube-se que uma grossa amarra fechava a navegação em frente às baterias de Fortín, versão esta confirmada pelo Sargento paraguaio Assencio Pereira. Sobre a fabricação da corrente e seu objetivo Thompson deixou anotado em seu livro:

Tendo em vista fechar a navegação do rio aos encouraçados, fizemos uma corrente de barragem e a esticamos através do rio, em Fortín. Era formada de troncos de Timbó, que flutuam, de aproximadamente 18 pés de comprimento e dezoito polegadas de diâmetro, unidos por meios de argolas de ferro, de sorte a formar uma espécie de cadeia. Não tínhamos ferro suficientemente forte para fazer tais anéis e os construímos de trilhos tirados à via férrea, e cortados em dois, ao comprido. A corrente assim formada tinha de comprimento a quarta parte da largura do rio<sup>58</sup>, e era presa nas extremidades a quatro fortes estacas cravadas no chão. Quando em posição, tomava uma forma curva, pela força da correnteza. Ficava quase inteiramente embaixo d'água por seu próprio peso, e os brasileiros poderiam ter atirado contra ela durante muito tempo com pouca probabilidade de danificá-la. Mesmo que tivessem lançado seus barcos a toda a força das máquinas contra a barragem, não poderiam tê-la rompido, pois os navios, pela própria forma curva da corrente, haveriam de juntar-se gradualmente uns aos outros. E um barco pequeno não podia aproximar-se deste obstáculo, pois em consequência da força das águas, eles estavam em contínuo movimento vertical, o que, por ser a mesma corrente muito pesada, resultava em perigo para as embarcações pequenas. A princípio as pontas dos troncos de madeira não estavam presas por anéis de ferro, e alguns toros se racharam no lugar dos furos. Mandeí então a corrente de volta a Assunção, onde pusera anéis de ferro apertando as pontas dos toros; mas na sua volta, por estupidez das pessoas encarregadas de trazê-la numa noite escura, nossa barragem flutuante desceu o rio a jusante da bateria antes mesmo de termos conhecimento de que se achava a caminho, foi levada pela correnteza e perdeu-se. Embora os couraçados estivessem ao alcance da bateria, não perceberam a passagem da cadeia de troncos, que provavelmente foi levada para algum

<sup>58</sup> Há um erro de tradução, a corrente tinha a quarta parte a mais que a largura do rio!

braço de rio, para grande admiração dos índios<sup>59</sup>.

Para Hoonholtz o objetivo da construção da cadeia flutuante era evitar uma manobra de envolvimento, como ocorreu posteriormente em Angostura. As tropas não poderiam passar embarcadas sob uma bateria, pois estariam nos conveses, como os encouraçados e monitores não dispunham de espaço em seus interior para transporte, a manobra envolvente poderia ser efetuada através do Chaco, como menciona Hoonholtz:

A passagem de um corpo do exército pelo (Rio) Tebiquary, enquanto o outro subiria nos encouraçados a desembarcar pela retaguarda do grande acampamento de S. Fernando, já não era tão fácil empresa, mas ainda assim julgando Lópes (SIC) que tomássemos o alvitre de transpor sós as baterias afim de recebermos na barranca de Santa Maria o 2º exército, que faria sua marcha pelo Chaco para o repassarmos acima de S. Fernando, lembrou-se de fechar-nos o caminho por outro meio, e mandou construir a amarra especial de cerca de 200 braças (440 m) de comprimento, que fez atravessar no ponto convergente dos fogos das duas baterias<sup>60</sup>.

As declarações do prisioneiro Evaristo Chamorro, extraídas em 09 de Junho de 1868, sobre o fato são que *“que tencionou-se atravessar uma corrente para fechar a passagem do rio, sendo essa corrente feita de pedaços de madeira ligados entre si por argolas de ferro, mas que todas as vezes que intentaram colocá-la no rio, é ela levada pela correnteza”*<sup>61</sup>. Em outro interrogatório, o também prisioneiro, 2º Sargento José Fructo Guerreiro prestou a seguinte declaração no dia 11 de julho de 1868, sobre a existência da corrente em Fortín: *“que desse fortim para a margem oposta, existe já uma corrente passada que fecha a comunicação pelo rio”*<sup>62</sup>. Antes da passagem o sargento paraguaio Assencio Pereira asseverou a *“existência de uma grossa corrente passada transversalmente de uma margem a outra”*<sup>63</sup>, tal obstáculo tornaria *“mui (SIC) crítica e até desesperada a posição do encouraçado que fosse detido pela amarra e se demorasse nesse ponto por não ter força para rompê-la, nem espaço para virar águas abaixo”*<sup>64</sup>.

Após o forçamento, o Barão da Passagem assinalou que *“não encontrou-se resistência alguma submarina oposta por correntes ou torpedos, verificando-se apenas a existência de duas formidáveis*

---

59 THOMPSON, George. Op., cit., p. 269-270.

60 REVISTA DO INSTITUTO POLYTECHNICO BRASILEIRO. Op., cit., p. 121.

61 NOTICIAS DA GUERRA. *Correio Paulistano*, 03 de jul. 1868., p. 1.

62 OSORIO, Joaquim Luis; OSORIO, Fernando Luis. História do General Osorio. Tomo I e II, Typographia do Diario Popular, Pelotas, Rio Grande do Sul, 1915. Tomo II, pág 438.

63 COSTA, Francisco Felix Pereira da. Op., cit., Tomo III, p. 659 - 665. Barão da Passagem ao Visconde de Inhaúma, 26 de Jul. 1868.

64 REVISTA DO INSTITUTO POLYTECHNICO BRASILEIRO. Op., cit., p. 122.

*estacas plantadas em um parcel do lado do Chaco*”<sup>65</sup>. Thompson não menciona com clareza por quanto tempo essa corrente permaneceu atravessada no rio. Um sistema similar foi utilizado pelas tropas confederadas durante a Guerra da Secessão para a defesa da cidade de Nova Orleans, a cadeia foi montada próxima aos fortes Jackson e St. Philip em 1862. O sistema paraguaio provavelmente foi copiado de lá. A parte oficial de Hoonholtz menciona que:

Segundo informações dos últimos prisioneiros, e, sobretudo do sargento paraguaio Assencio Pereira, que por ordem do Exm. Sr. General em Chefe se acha a bordo deste navio (Bahia) na qualidade de informante, soubemos que na estreita passagem do rio Paraguay (SIC), imediatamente acima da foz do Tebicuary (SIC), existia uma grossa amarra que interceptava a passagem, tendo um de seus extremos solidamente firmado em fortes estacas mergulhadas do lado do Chaco, e outro seguro a uma grande ancora enterrada na bateria da margem paraguaya (SIC)<sup>66</sup>.

Os navios chegam ao Tebiquary em 23 de Julho e em parte oficial, menciona-se que foi “*verificada a existência da estacada, pelo reconhecimento executado ontem (23) à tarde, logo depois de chegarmos a vista das baterias ordenou-me V. Ex. que tomasse o costado de bombordo o monitor Alagoas, e preparasse o navio de meu comando para seguir na frente a forçar as baterias e investir sobre a corrente, afim de rompê-la, se possível fosse*”<sup>67</sup>. Em relação a ordem de marcha, Hoonholtz menciona em sua parte oficial que “*a designação da sua capitânia para explorar os perigos deste famosos passo e investi-lo na frente, quando entretanto V. Ex. (Delfim) dispunha do encouraçado Silvado, mais poderoso e mais forte do que o Bahia, encheu de verdadeiro entusiasmo a guarnição sob meu comando*”<sup>68</sup>.

Mais adiante na parte oficial de Hoonholtz encontra-se que após os navios forçarem a primeira linha de baterias “*prosseguiu o Bahia galhardamente a sua marcha, amparando sempre a sua sombra o simpático e memorável Alagoas, com o qual transpusemos a toda força e sem novidade as estacadas*<sup>69</sup> e a misteriosa linha de torpedos, cuja existência ainda persiste em afirmar o sargento Assencio Pereira”<sup>70</sup>. Em relação aos torpedos não há provas, nos documentos pesquisados, de que

65 COSTA, Francisco Felix Pereira da. Op., cit., Tomo III, p. 661.

66 CHRONICA DOS PRINCIPAES ACONTECIMENTOS CONCERNENTES Á ATUAL GUERRA DO PARAGUAY (ANNO V, TOMO XV) – 2ª Parte Setembro a Novembro de 1868. Eduardo & Henrique Laemmert, Rio de Janeiro, S. D., p. 17.

67 CHRONICA DOS PRINCIPAES ACONTECIMENTOS CONCERNENTES Á ATUAL GUERRA DO PARAGUAY. Op., cit., p. 18.

68 Parte oficial de Hoonholtz ao Barão da Passagem, *Jornal do Commercio*, 08 de ago. 1868.

69 Grifo nosso.

70 CHRONICA DOS PRINCIPAES ACONTECIMENTOS CONCERNENTES Á ATUAL GUERRA DO PARAGUAY. Op., cit., p. 18 – 19. / *Diário do Rio de Janeiro*, 18 de set. 1868., p 1. / *Jornal do Commercio*, 8 de ago. 1868., p 1.

estavam disseminados pelo canal, mas como menciona o Barão da Passagem: “talvez não tenham produzido os seus efeitos por causa da enchente do rio”<sup>71</sup>. Com o adendo de que em Angostura foram utilizados no canal principal e seu uso se estendeu até as ações navais no Rio Manduvirá em abril de 1869<sup>72</sup>.

Na biografia de Hoonholtz encontra-se, acrescido em sua parte oficial, alguns parágrafos que mencionam a existência e o modo como foi rompida a amarra. Primeiramente o autor descreve como estava montada a obstrução e o perigo que a mesma proporcionava as embarcações e, em seguida, descreve o modo pelo qual procedeu:

A 1ª fase das nossas operações consistiu em meter o aríete<sup>73</sup> do *Bahia* sobre a parte central da curva, dando-lhe um choque a toda força. O navio tremeu... parou a marcha. Falei logo pelo tubo acústico ao Comandante do *Alagoas* para dar, simultaneamente toda força. Assim conjugadas nossas máquinas, começou a bordo uma violenta trepidação em todo o bojo do valente couraçado, enquanto se punha de novo a caminhar, impelindo contra a corrente o seio da cadeia. Afinal, chegou o momento crítico: a cadeia, retesada para cima, começou a oscilar no sentido vertical, ao longo do aríete... E, enquanto isso, a bateria do nosso través não cessava o fogo, sem mais resultado do que martelar sobre as chapas de blindagem e escangalhar as nossas gaiutas e borda falsa. Ocorreu-me repentinamente gritar para o 1º tenente Cândido Brasil<sup>74</sup>, comandante da torre da grossa artilharia, que arremessasse 2 bombas de 150 (libras) para dentro da furna onde estava fixa a extremidade da corrente que nos detinha o passo. Feliz inspiração! As duas bombas estouraram simultaneamente desmoronando a bateria a cavaleiro do túnel, e destruindo o extremo da longa cadeia que, impedida como estava pelo aríete do *Bahia*, o acompanhou por uns momentos e, desvencilhando-se do dito aríete, seguiu águas abaixo, deixando-nos livre a difícil passagem.<sup>75</sup>

Na parte oficial do monitor *Alagoas* não há a menor menção ao rompimento da corrente<sup>76</sup>. Algumas citações sobre esta amarra reforçam a tese de que a mesma estava esticada no momento da passagem dos navios, lê-se que “O Sr. Barão da Passagem oficiou ao Almirante, comunicando-lhe que

---

71 COSTA, Francisco Felix Pereira da. Op., cit., Tomo III, p. 661.

72 Para mais informações vide: *O Rio de Janeiro vai a Pique: os “torpedos” na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai*. In Memória do VII Encontro Internacional de História sobre as operações Bélicas na Guerra da Tríplice Aliança. Uruguaiana - RS, 2015.

73 O comandante nomeia a proa do encouraçado de aríete, o navio não possuía tal implemento usado em abalroamentos. Informação obtida através de comunicação digital com o Historiador Naval George Gratz.

74 João Cândido Brasil foi elogiado por Hoonholtz, em sua parte oficial, pelo comando da torre do encouraçado *Bahia*.

75 TEFFÉ, Tetra de. *Barão de Teffé: militar e cientista, biografia do Almirante Luiz Von Hoonholtz*. Serviço de Documentação Geral da Marinha, Rio de Janeiro, 1977., p. 226.

76 Na Primeira Passagem de Humaitá, na parte oficial do comandante do monitor *Alagoas*, publicada por Pereira da Costa, os parágrafos referentes aos severos danos sofridos pelo monitor são também suprimidos, os quais podem ser observados no periódico *Jornal do Ceará* de 14 de abr. 1868.

*a amarra passada no rio em Tebicuary (SIC) pelo sistema americano tinha sido destruída, e estavam em Tayi perto de duzentas braças dela*”<sup>77</sup>. Na biografia de Hoonholtz também se encontra que Delfim oficiou ao Almirante que “*a amarra atravessada no Rio Tebicuari (SIC) pelos engenheiros ingleses tinha sido destruída. Estavam em Tagi perto de 200 braças dela [...]*”<sup>78</sup>.

Em suas memórias o depois Capitão de Fragata, paraguaio, Romualdo Nuñez menciona:

Em maio recebi um telegrama do Marechal que anunciava a chegada próxima do (vapor) *Rio Apa*, com troncos encadeados, fui incumbido de colocar um oficial e embarcações na costa, próximo as baterias do Tebiquary, para estender a corrente no dia seguinte, cruzando o rio. Despachei o alferes Blas Rivarola, com suficientes embarcações, cordas e soldados, com instruções do modo como proceder para que a correnteza não levasse a cadeia de troncos. Chegou o navio e o recebi Rivarola. Não fez como lhe foi ordenado e a correnteza carregou a corrente, passando a corrente de troncos por entre os encouraçados, o que noticiei ao Marechal e este me chamou por telegrama<sup>79</sup>.

Posteriormente a perda da corrente, Nuñez foi aprisionado e só depois de alguns dias, depois de prestar muitos esclarecimentos, o mesmo é posto em liberdade devido a sua reconhecida atuação no teatro do Mato Grosso no início da contenda.

Em documento escrito pelo próprio Hoonholtz ao Instituto Polytechnico Brasileiro, o qual era sócio, descreve que havia enviado no dia 31 de Julho de 1868 vasto material (continha a planta de Fortín e o desenho da corrente) sobre as últimas ocorrências em que havia tomado parte na campanha e especialmente sobre as fortificações do Tebiquary, por algum motivo tal material nunca chegou ao destino. Devido a um pedido do redator chefe da revista do instituto, Hoonholtz reescreve todo o material, o qual descreve Fortín, o posicionamento da esquadra, o desenho da corrente e enaltece a disposição das tropas inimigas na construção dessas defesas. O autor, ainda sobre o forçamento, menciona que “*só alguns dias depois deste feito tivemos a satisfação de apanhar esta monstruosa amarra, que viera águas abaixo e encalhara numa volta do rio; analisando-a então com vagar podemos ver que se rompera pelos dois extremos, dos quais estava a manilha partida enquanto no outro fora o cavirão arrancado com a própria manilha e chapeamento da viga*”<sup>80</sup>. Hoonholtz dá a

77 CHRONICA DOS PRINCIPAES ACONTECIMENTOS CONCERNENTES Á ATUAL GUERRA DO PARAGUAY. Op., cit., p. 39.

78 TEFFÉ, Tetra de. Op., cit., p. 229.

79 NUÑEZ, Romualdo. Memorias Militares. In: SAGUIER, Bareiro; MARSAL, Villagra. *Testimonios de la Guerra Grande: muerte del Mariscal Lopez*. Tomo II. Edición 1, Paraguay, 2008.

80 REVISTA DO INSTITUTO POLYTECHNICO BRASILEIRO. Op., cit., p. 122.

sua descrição da amarra:

Compunha-se de 65 grossas vigas e madeiros, cada uma com 14 pés de comprimento sobre 2 de diâmetro; em cada extremo havia uma chapa de ferro solidamente encavilhada em forma de anel e por dentro dela passava um grosso cavirão que atravessava a viga no sentido do diâmetro da espessura e suportava uma enorme manilha fabricada de trilhos de caminho de ferro. Cada uma destas manilhas engatava na do madeiro imediato e assim sucessivamente se formava a amarra, que, apesar da consistência assombrosa era contudo flutuante pela propriedade especial da madeira escolhida que nela empregaram.<sup>81</sup>

Corroborando sobre o provável rompimento da cadeia, no diário do Almirante Visconde de Inhaúma foi registrado que “o Barão da Passagem achara fixa em terra abaixo do Tebicuary (SIC) uma amarra segura a grossas estacas, e que reconhecendo-a, achara o chicote no rio, pelo que supunha que na sua viagem para cima os encouraçados a tivessem partido”<sup>82</sup>. Burton, caminhando onde outrora se encontrava as baterias de Fortín, menciona e descreve “restos de uma linha de estacas, que pretendia retardar a presença dos couraçados diante da bateria, entulhavam o chão. Compunham-se de enormes troncos de madeira de lei atados com ferro e ligados com pinos, aros e correntes, e era suficientemente elástica, pois se curvava corrente abaixo, para ceder diante do navio que tentasse a passagem”<sup>83</sup>.

Continuando na exploração da biografia de Hoonholtz<sup>84</sup>, encontra-se que o Almirante remeteu parte da corrente ao “Depósito Naval do Rio de Janeiro. Ao regressar, Onoltz (SIC) apresentou ao Instituto Politécnico o fiel desenho dessa cadeia e a descrição completa dos ingentes esforços do encouraçado Bahia para abrir a difícil passagem desse canal”<sup>85</sup>. Sobre a guia histórica do encouraçado Bahia, consta que o mesmo “forçou as baterias de Tebicuari (SIC), debaixo de vivo fogo de artilharia, rompendo a grande custo a formidável cadeia que fechava o canal, e foi elogiado em Ordem do dia nº 165, de 2 de agosto do dito ano (1868)”<sup>86</sup>. Durante toda a guerra diversos itens bélicos foram enviados ao império brasileiro e segundo consta na biografia “na década de vinte (1920) havia no Museu Histórico uma sala denominada Sala Barão de Teffé, onde se ostentava seu

---

81 Idem.

82 FROTA, Guilherme de Andrea; LIMA, Marcos Vinícius Ribeiro de. *Diário Pessoal do Almirante Visconde de Inhaúma durante a Guerra da Tríplice Aliança (dezembro de 1866 a janeiro de 1869)*. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1ª Edição, 2008, p. 7 – 8 de Ago. 1868.

83 BURTON, Richard Francis. Op., cit., p. 342.

84 Também aparece em uma publicação de 1880, sobre os expoentes Fluminenses, que Hoonholtz foi elevado a Capitão de Fragata por ter afrontado a amarra e os torpedos do Passo do Tebiquary.

85 TEFFÉ, Tetra de. Op., cit., p. 229.

86 Idem.

*busto em gesso e onde se viam as correntes do Tebicuari (SIC) entre troféus de guerra e inúmeros outros objetos que a ele pertenciam. Hoje (1977) não existe mais tal sala*<sup>87</sup>.

### ABANDONO DE FORTÍN

Após novamente forçarem o passo, rio abaixo, a esquadilha permaneceu próxima a foz, bombardeando. No dia seguinte (25) empreendeu uma viagem com destino a Tagy, detendo-se antes de chegar em Vila do Pilar para o monitor *Rio Grande* explorar uma grande lagoa (Laguna Timbó), na margem direita do Rio Paraguai. Após isso, desceram até Vila do Pilar e receberam a informação que Humaitá havia sido evacuada, a esquadilha, então, ruma para Tagy e alguns dos navios vão bombardear Timbó. Após a evacuação de Humaitá desempenhou-se vários combates no Chaco. No Tebiquary “*os couraçados retornaram várias vezes para bombardear, mas não tentaram passar novamente*”<sup>88</sup>. Esses bombardeios e reconhecimentos eram levados a cabo por diversos navios que rivalizavam com as baterias. Com esses combates as tropas paraguaias supriam-se em parte de ferro, pois “*aqui, do mesmo modo que em Curupaity, dava-se uma caneca de milho por uma bala de artilharia ou um poncho cheio de estilhaços de granadas, mandados à Assunção para serem fundidos*”<sup>89</sup>. Com a rendição das forças de Humaitá no Chaco, o exército aliado ruma para a linha do Tebiquary, se aproximando do mesmo após haver atravessado o arroio Yacaré.

Logo que Humaitá foi evacuada, o Marechal dispôs a preparação de uma nova fortificação rio acima de Fortín, em local denominado Angostura. Nesse momento, grande parte dos materiais e canhões já haviam rumado para a nova linha de defesa, seja por terra ou por água com o auxílio dos vapores nacionais remanescentes. Em Fortín, ficou encarregado da defesa da posição o comandante Moreno com o 18º batalhão e três peças de artilharia de calibre 32. Nos locais onde existiam outras peças foram colocados capas de couro, simulando ainda estarem instaladas, até o momento que Moreno recebeu ordens de abandonar a posição e evadir-se, jogando as peças ao rio. No dia 01 de setembro “*o encouraçado Mariz e Barros, aproximando-se do Tebiquary e não sendo hostilizado, reconheceu que estava abandonado; seu comandante levou o fato ao conhecimento de nosso almirante*”<sup>90</sup>. Inháuma corrobora a informação em seu diário e menciona que os encouraçados *Mariz e Barros* e *Herval* estavam já ancorados em frente onde outrora estavam montadas as baterias de Fortín.

87 Idem.

88 THOMPSON, George. Op., cit., p. 214.

89 THOMPSON, George. Op., cit., p. 213.

90 *O Publicador* de 09 de out. 1868.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação da posição defensiva do Passo do Tebiquary, com o estabelecimento de Fortín, serviu de modo a obstar a subida de forças embarcadas até Assunção, fazendo parte do processo de retraimento das tropas paraguaias perante a superioridade bélica aliada. A construção de Fortín tem início, provavelmente, em março, já que na expedição à Assunção, após a passagem de Humaitá, nada ali foi encontrado e até julgou-se impossível erigir de pronto alguma obra de fortificação importante, devido à natureza do terreno. De Fortín tentou-se prolongar ao máximo a manutenção de Humaitá, até que não mais foi possível e vantajoso sustentar tal posição.

Com relação à corrente atravessada em frente à existem duas vertentes de fatos, o primeiro diz respeito a veracidade da informação e o segundo menciona o contrário. O resultado da primeira expedição combinada (naval/terrestre) efetuada em princípios de junho (depois de duas expedições terrestres) foi que *verificou-se não haver correntes, torpedos ou outro qualquer obstáculo* no local, o que pode-se deduzir que o comando aliado já possuía informações sobre a intenção de fechar o rio aos navios. No mesmo mês, em interrogatório, soube-se que a corrente passada de margem a margem sempre se rompia devido a força das águas. Ainda em junho, uma segunda expedição naval não notou alterações nas defesas do local. No seguinte mês (julho) perpetrou-se a segunda abordagem aos encouraçados, em Tagy. O Sargento Assencio Pereira, aprisionado na ocasião, afirmou que a corrente estava passada no Passo do Tebiquary. O estrategema organizado pelo Marquês de Caxias, de enviar os navios abordados simulando-os aprisionados, chama atenção pela necessidade de reconhecer de perto as defesas de Fortín a ponto de tão arriscada comissão que se planejou efetuar.

Em outro interrogatório no mesmo mês corroborou-se a informação sobre a presença da corrente. Visando ativar as operações navais na foz Tebiquary e reforçar a divisão avançada quanto a uma nova surpresa de abordagem, a segunda passagem de Humaitá é ordenada. Quando os navios chegam em Fortín, em 23 de julho, Hoonholtz verifica a existência da corrente, no dia seguinte o Barão da Passagem ordena o forçamento, *se possível*, das defesas. O *Silvado* deveria deter sua marcha de modo a evitar atrapalhar o par de navios que ia à frente, caso algum *obstáculo insuperável* fosse encontrado. Hoonholtz menciona claramente que transpôs as estacadas sem novidades, porém o Barão da Passagem oficia a Inhaúma informando que *nenhum obstáculo referente a correntes ou torpedos foi encontrado*.

Ainda no mês de julho, Hoonholtz escreve que alguns dias depois do forçamento do Passo do Tebiquary, observou parte da corrente em uma volta do Rio Paraguai e, em outro documento, que em Tagy já estava essa corrente. Provavelmente foi para lá rebocada, totalizando a maior parte que outrora estava esticada no canal e que provavelmente foi rompida no momento do forçamento. No dia 31 desse mês ele envia ao Rio de Janeiro documentos com desenhos e planos da mesma, que segundo o autor são extraviados, posteriormente são reescritos e publicados em 1869. Em princípios de agosto, Inhaúma registra em seu diário que o Barão da Passagem lhe havia informado que encontrou *o chicote de uma cadeia* preso as estacas do Chaco e que supunha *ter os encouraçados partido* a mesma no momento da subida. Thompson menciona, em formato de nota no fim de sua obra, que devido a corrente sempre se romper, decorrente da força das águas, foi enviada à Assunção para ser reforçada, e que na volta, por displicência dos condutores, ela desceu rio abaixo passando entre os encouraçados e se perdendo. A versão de Romualdo Nuñez oficial que fora incumbido de enviar subordinados para o estabelecimento da cadeia quando a mesma viesse de Assunção corrobora com a versão de Thompson, porém em maio de 1868 não há indícios da presença de encouraçados próximos a Fortín, todavia, logo no início de junho uma expedição de encouraçados esteve presente no ponto.

Os encouraçados estiveram na foz do Tebiquary, após o estabelecimento de Fortín, nos dois reconhecimentos praticados em junho e nos três dias em que se efetuaram o forçamento do passo em julho, antes de uma divisão da esquadra chegar ao local em missão de bombardeio após a rendição de Humaitá. Fato controverso é que se a corrente foi enviada para ser reforçada com aros de ferro, por que um pedaço seu ficaria preso nas estacas do Chaco? O mais sensato seria que toda a estrutura recebesse o reforço. Burton visitando Fortín descreve parte da estacada flutuante jogada ao chão e, segundo sua descrição, já com os reforços. Provavelmente foi retirada das estacas do Chaco, ou um pedaço também ficou do lado de Fortín, como afiançara Hoonholtz, que segundo consta, a cadeia se partiu pelas duas extremidades devido ao choque da proa do encouraçado e os impactos dos projéteis disparados.

Para se ter mais indícios sobre a existência da amarra no momento do forçamento é necessário levar essa pesquisa a locais como a Biblioteca Nacional – RJ, Museu Histórico Nacional – RJ e pesquisar sobre a existência e o destino dos objetos pertencentes a antiga sala Barão de Teffé. Tais localidades por se concentrarem em uma cidade turística torna oneroso o trabalho do pesquisador autônomo. Outra fonte importante de dados é o Arquivo Nacional de Assunção – PY e Ministério

da Defesa – PY, onde se encontram uma grande quantidade de documentos. Para se ter a prova que podemos dizer incontestável sobre o fato é necessário analisar os livros de bordo dos encouraçados que estiveram naquele teatro de operações, parte dos quais se encontram no Arquivo Nacional – RJ.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### *Periódicos Consultados*

- DIVISÃO AVANÇADA DA ESQUADRA, PASSANDO EM FRENTE DAS BATERIAS DO TEBIQUARY. *A Vida Fluminense*, Rio de Janeiro, 22 de ago. 1868., p. 400.
- MINISTERIO DA MARINHA. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 08 de ago. 1868., p. 1.
- MINISTERIO DA MARINHA: notícias da esquadra. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 10 de ago. 1868., p. 1.
- MINISTERIO DA MARINHA: notícias da esquadra. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 18 de set. 1868., p. 1.
- NOTICIAS DA ESQUADRA. *O Publicador*, Paraíba, 09 de out. 1868., p. 3.
- NOTICIAS DA GUERRA. *Correio Paulistano*, São Paulo, 03 de jul. 1868., p. 1.
- PASSAGEM DE HUMAITÁ PELO MONITOR ALAGOAS. *Jornal do Ceará*, Ceará, 14 de abr. 1868., p. 5.

### *Bibliografia*

- AVEIRO, Silvestre. (Coronel). *Memorias Militares [1864 – 1870]*. Segunda Edição, Ediciones Comuneros, Asunción del Paraguay, 1989.
- AZEVEDO, Carlos Frederico dos Santos Xavier. *História Médico-Cirurgica da Esquadra Brasileira nas Campanhas do Uruguay e Paraguay de 1864 a 1869*. Typographia Nacional. Rio de Janeiro, 1870.
- BARROS, Aldeir Isael Faxina. *O Rio de Janeiro vai a Pique: os “torpedos” na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai*. In *Memória do VII Encontro Internacional de História sobre as Operações Bélicas na Guerra da Tríplice Aliança*. Uruguaiana – RS, 2015.
- BURTON, Richard Francis. *Cartas dos Campos de Batalha do Paraguai*. Tradução: José

Lívio Dantas. Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 1997.

- CENTURIÓN, Juan Crisóstomo. *Memorias o Reminiscencias Históricas sobre la Guerra Del Paraguay*. 4 Tomos. Imprenta de Obras, de J. A. Berra-Bolívar, 455. Buenos Aires, 1897.
- CHRONICA DOS PRINCIPAES ACONTECIMENTOS CONCERNENTES Á ATUAL GUERRA DO PARAGUAY (ANNO V, TOMO XV) – Segunda Parte – Setembro a Novembro de 1868. Eduardo & Henrique Laemmert, Rio de Janeiro, S. D.
- COSTA, Francisco Felix Pereira da. *História da Guerra do Brasil Contra as Republicas da Uruguay e Paraguay*. 4 volumes. Livraria de A. G. Guimarães e Cia. Rio de Janeiro, 1870.
- FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da Guerra entre a Triplíce Aliança e o Paraguai*. 5 volumes. Imprensa do Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1934.
- FROTA, Guilherme de Andrea; LIMA, Marcos Vinicius Ribeiro de. *Diário Pessoal do Almirante Visconde de Inhaúma durante a Guerra da Triplíce Aliança (dezembro de 1866 a janeiro de 1869)*. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1ª Edição, 2008.
- GRATZ, George Antonio. The Brazilian Imperial Navy Ironclads, 1865 – 1874. In PRESTON, Antony. *Warship*, London: Conway Maritime Press, 1999 – 2000.
  - MOTTA, Arthur Silveira da. (Barão de Jaceguay). *De Aspirante a Almirante – Minha fé de Ofício Documentada*. 2 volumes, 2ª Edição, Serviço de Documentação Geral da Marinha. Rio de Janeiro, 1985.
  - NUÑEZ, Romualdo. Memorias Militares. In: SAGUIER, Bareiro; MARSAL, Villagra. *Testimonios de la Guerra Grande: muerte del Mariscal Lopez*. Tomo II. Edición 1, Paraguay, 2008.
  - OSORIO, Joaquim Luis; OSORIO, Fernando Luis. *História do General Osorio*. 2 Tomos, Typographia do Diario Popular, Pelotas – Rio Grande do Sul, 1915.
  - REVISTA DO INSTITUTO POLYTECHNICO BRASILEIRO. Tomo II, Typographia do Imperial Instituto Artistico, 1869.
  - SANTOS, Lery. *Pantheon Fluminense: esboços biographicos*. Typ. G. Leuzinger & Filhos, Rio de Janeiro, 1880.
  - TEFFÉ, Tetra de. *Barão de Teffé: militar e cientista, biografia do almirante Luiz Von Hoonholtz*. Serviço de Documentação Geral da Marinha, Rio de Janeiro, 1977.
  - THOMPSON, George. *A Guerra do Paraguai: com um esboço histórico do país e do povo paraguaio, e notas sobre a engenharia militar durante a guerra*. Tradução: Homero

de Castro Jobim. Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1968.

- THOMPSON, George. *The War in Paraguay: with a historical sketch of the country and its people and notes upon the military engineering of the war.* London, Longmans, Green, 1869.



**A REVISTA DO EXÉRCITO BRASILEIRO E O  
PENSAMENTO MILITAR PÓS-GUERRA DO PARAGUAI**

**Carlos Roberto Carvalho Daróz<sup>1</sup>**

**Resumo**

Ao longo da história, os conflitos de grande porte produziram modificações e transformações substanciais na sociedade e nas instituições militares, atuando como vetores de modificação da tecnologia bélica, da estratégia, das táticas, da arte da guerra e do pensamento militar. A Guerra do Paraguai (1864-1870) foi o maior conflito já ocorrido na América do Sul e obrigou o jovem Império brasileiro a transformar seu pequeno e despreparado exército em uma força numerosa, capaz de vencer as forças paraguaias de Solano López. Além da transformação ocorrida no exército e na sociedade, a guerra promoveu uma modificação no pensamento militar brasileiro. O presente artigo tem por objetivo analisar as mudanças ocorridas no pensamento do Exército Brasileiro após a Guerra do Paraguai, na década de 1880, por meio dos escritos publicados na *Revista do Exército Brasileiro*, periódico criado por um grupo de oficiais em 1882 como espaço de discussão de diversos temas inerentes às suas funções e de outras questões de interesse nacional.

**Palavras-Chave:** Pensamento militar, Guerra do Paraguai, Exército Imperial

**Abstract**

Throughout history, large-scale conflicts have produced substantial changes and transformations in society and military institutions, acting as vectors for the modification of war technology, strategy, tactics, the art of war and military thinking. The War of Paraguay (1864-1870) was the largest conflict ever in South America and forced the young Brazilian Empire to transform its small and unprepared army into a large force capable of defeating Solano López's Paraguayan forces. Besides the transformation occurred in the army and in society, the war promoted a modification in Brazilian military thinking. The aim of this article is to analyze the changes that occurred in the Brazilian Army after the War of Paraguay in the 1880s, through the writings published in the *Brazilian Army Magazine*, a periodical created by a group of officers in 1882 as a discussion space of various

---

<sup>1</sup> Professor do curso de especialização em História Militar da Universidade do Sul de Santa Catarina. Mestre em Operações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, mestrando em História do Brasil pela Universidade Salgado de Oliveira e especialista em História Militar pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Escritor e autor de livros de História Militar.

themes inherent to their functions and other issues of national interest.

**Keywords:** Military thinking, War of Paraguay, Imperial Army

## O NASCIMENTO DO EXÉRCITO IMPERIAL BRASILEIRO

O império ultramarino português era, por sua extensão e dispersão geográfica, bastante vulnerável a ameaças externas. Em seus três primeiros séculos de história, o Brasil sofreu invasões francesas e holandesas, a ação de corsários em sua costa, e enfrentou uma guerra limitada no sul do território contra os espanhóis.<sup>2</sup>

Desde o final do século XVIII o território brasileiro era defendido por forças militares divididas em duas linhas. As forças da 1ª linha eram constituídas por soldados profissionais, pagos com o soldo e reunidos em regimentos.<sup>3</sup> A 2ª linha era formada pelas milícias, compostas por soldados em sua maioria nascidos no Brasil e recrutados nas freguesias de origem. As tropas de 2ª linha eram bem mais numerosas do que as de 1ª linha e incluíam soldados de diversas origens – brancos, negros libertos, mestiços, mas eram comandadas por oficiais brancos.<sup>4</sup> A reputação das tropas de milícia brasileiras no período colonial não era das melhores, o que é compreensível face o treinamento deficiente e a organização precária. Por outro lado, Martinho de Melo, Secretário da Marinha e Ultramar, afirmou que “as principais forças que irão defender o Brasil são as do mesmo Brasil”.<sup>5</sup>

A vinda da Família Real para o Brasil em 1808, em consequência da invasão francesa a Portugal, e a instalação da sede do Estado português no Rio de Janeiro tiveram reflexos imediatos no campo da defesa. D. João VI encontrou as instituições militares debilitadas e estagnadas e, diante deste cenário, nomeou para a pasta dos Negócios Estrangeiros e da Guerra D. Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de Linhares, que fora aluno da Universidade de Coimbra. Por intermédio do novo secretário, o regente tratou de implementar melhorias no sistema defensivo do Brasil, criando o Conselho Supremo Militar, impulsionando a fabricação de armas e de pólvora e contratando espingardeiros alemães. Criou a Academia Real Militar, organizou o Arsenal de Guerra, construiu o Quartel-General

---

2 Cf. José Murilo de Carvalho (1999, p.155-156) a “guerra com os índios e a defesa da colônia contra a ameaça de outras potências, sobretudo a Espanha, a Holanda e a França, eram tarefas custosas que deixavam poucos recursos para investir na exploração dos novos territórios, pelo menos até a descoberta do ouro ao final do século XVII. Por um período de 60 anos (1580-1640), a autonomia da metrópole desapareceu sob o domínio espanhol. Durante esse período, os holandeses ocuparam a parte mais rica da colônia. Libertar-se da Espanha e expulsar os holandeses foram tarefas adicionais que exauriram ainda mais a metrópole.”

3 WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. *Formação do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994, p.308.

4 DARÓZ, Carlos Roberto Carvalho. A milícia em armas: o soldado brasileiro da guerra de independência. *Revista Brasileira de História Militar*, v. 11, p. 30-51, 2013, p.31.

5 RIOS, José Arthur. O soldado luso-brasileiro. *Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil*, v. Especial, n.87, p. 14-27, 2001, p.21.

e reorganizou as unidades do Exército.

A partir de 1815, após a expulsão das tropas de Napoleão de Portugal, chegaram ao Brasil novas unidades do exército português. A Divisão de Voluntários d' El Rei foi enviada para a Cisplatina, a fim de reforçar as tropas de 1ª e 2ª linhas que, sob as ordens do General Joaquim Xavier Curado, combatiam os platinos no sul do país. Para a Corte veio, em 1817, a Divisão Auxiliadora, composta por quatro batalhões de infantaria, um de caçadores e uma brigada de artilharia. Além dessas forças, chegaram batalhões destinados à Pernambuco, Bahia e Piauí. Tais unidades seriam, pouco tempo depois, os principais elementos de resistência à independência do Brasil.<sup>6</sup>

A recusa de D. Pedro em regressar a Portugal, deixando claro o seu posicionamento de insubmissão às Cortes de Lisboa, levou as tropas portuguesas da Divisão Auxiliadora a traçarem um plano para conduzi-lo à força para a Europa. Ciente da ameaça, D. Pedro mobilizou a milícia, composta em sua maioria por brasileiros, que garantiu a defesa do regente. Após o “dia do fico”, a mesma divisão provocou desordens no Rio de Janeiro, o que levou D. Pedro a enviá-la para Niterói e, mais tarde, visando à consolidação de sua posição, o regente expulsou a Divisão Auxiliadora, determinando seu retorno para a Europa.<sup>7</sup>

Após a declaração de independência, em 7 de setembro de 1822, as poucas tropas regulares portuguesas estacionadas no Brasil procuraram resistir à nova situação, particularmente nas regiões onde o controle a partir do Rio de Janeiro era mais difícil. Teve início, então, uma guerra entre os portugueses e o novo exército imperial brasileiro, estabelecido com base na milícia, mas também com a adesão de oficiais e soldados portugueses que optaram pela causa da independência.

Um novo exército surgiu para atender à defesa do novo Império. Embora tivesse desempenhado papel essencial no breve conflito contra os portugueses e assegurado a independência, o imperador tinha consciência das limitações de seu exército, embora guardasse uma visão otimista sobre o futuro da força

O exército não tinha nem armamento capaz, nem gente, nem disciplina: de armamento está pronto perfeitamente; de gente vai-se completando conforme o permite a população, e de disciplina em breve chegará ao auge, já sendo o mais exemplar do mundo <sup>8</sup>

6 DARÓZ, Carlos Roberto Carvalho. A milícia em armas ..., p.35.

7 ALEXANDRE, Valentim. O processo de independência do Brasil. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kitti (Orgs.). *História da expansão portuguesa: do Brasil para a África (1808-1930)*, v.4. Círculo de Leitores, Lisboa, 1998, p.7-39, p.34.

8 ESTADO-MAIOR do Exército. *História do Exército Brasileiro*. v.2, Brasília: 1972, p.435.

No período após a abdicação de D. Pedro em favor de seu filho ainda menor de idade, em 1831, o Império precisou enfrentar uma série de rebeliões de caráter local, ocorridas em diferentes pontos de seu território. Os regentes que governavam o país precisaram empregar o poder militar para sufocá-las e manter a unidade territorial do Brasil.

Para salvaguardar seu poder político, por meio de um caráter militar, o Império criou, em 1831, a Guarda Nacional, instituição presente em todas as províncias do país ligada às oligarquias regionais, que se constituía em um mecanismo de controle da população eficaz e de baixo custo.<sup>9</sup> Com missão definida em lei de “defender a Constituição, a liberdade, a independência e a integridade do Império; para manter a obediência às leis, conservar ou estabelecer a ordem e a tranquilidade pública [...]”<sup>10</sup>, a guarda foi utilizada pelo governo como um contraponto ao exército imperial, fazendo com que a simples existência das duas instituições com finalidades análogas contribuísse para o desprestígio da força terrestre.

A legislação militar e o modelo organizacional do exército ainda remontavam às suas origens portuguesas, o oficialato possuía vínculos com as elites por meio de relações familiares e o recrutamento era realizado à força. O descaso do Império para com o exército tinha suas origens no período regencial, quando a força terrestre passou a ser vista com desconfiança pelas autoridades imperiais, em razão da participação de oficiais e soldados em motins, rebeliões, tumultos e revoltas. Pequeno e desprestigiado pelo próprio Império, o exército carecia de ideário e identidade próprios. A Guerra do Paraguai traria mudanças irreversíveis a esse cenário.

## **DA GUERRA DO PARAGUAI SURGE UM NOVO EXÉRCITO**

Quando os paraguaios apresaram o navio brasileiro *Marquês de Olinda*, que fazia a linha entre Montevidéu e Corumbá, em 12 de novembro de 1864, a situação do exército imperial brasileiro não era das mais favoráveis para enfrentar um inimigo agressivo como se apresentaram os paraguaios. O descaso do governo e a falta de interesse da sociedade para com os assuntos militares haviam deixado o exército em situação de vulnerabilidade. Os soldos eram baixos e estavam estagnados desde 1825; o recrutamento era, frequentemente, realizado à força, arregimentando desocupados e desqualificados; e o efetivo total da força era claramente insuficiente para atender as necessidades

---

<sup>9</sup> CARVALHO, José Murilo. *Teatro de sombras: a política imperial*. São Paulo: Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988, p.39.

<sup>10</sup> BRASIL. Lei de 18 de agosto de 1831, Artigo 1º. *Coleção de Leis do Império 1830-1831*, p.50.

defensivas do Império.

Diante da vigorosa ofensiva paraguaia, ficou evidente que com seu tamanho reduzido o exército imperial não teria condições de fazer frente à ameaça, o que levou o governo brasileiro a criar o Corpo de Voluntários da Pátria, com o propósito de arregimentar a maior quantidade possível de homens.

Imaginando que o conflito não se estenderia por muito tempo e vendo na remuneração e benefícios uma forma de ascensão social, cerca de 10 mil voluntários se apresentaram como Voluntários da Pátria, o que permitiu ao governo suspender o recrutamento de Guardas Nacionais, instituição em que muitos dos seus membros, ligados às elites locais, resistiam à convocação.<sup>11</sup>

O fervor patriótico inicial, contudo, se desvaneceu com o longo, custoso e sangrento desenrolar da guerra, cuja razão de baixas beirava os 40%. A diminuição do entusiasmo popular tornou o número de voluntários cada vez mais escasso, levando o governo a converter o recrutamento de voluntário para coercitivo, exigindo dos presidentes de províncias cotas de “voluntários” que deveriam recrutar e enviar para a guerra. Dessa forma, presidiários, índios, pobres das cidades, migrantes rurais, imigrantes e escravos começaram a ser recrutados a força e deslocados para o Paraguai.<sup>12</sup>

Seis anos depois o exército retornou do Paraguai vitorioso e transformado. O convívio dos militares com os ex-escravos nos campos de batalha, até então qualificados como incapazes de partilhar e conviver com os padrões de civilidade do Império, fez-se sentir com grande intensidade no pós-guerra, levando muitos militares a ingressarem nas hostes abolicionistas.

Mesmo obtido a vitória no conflito, a imposição do poder civil sobre o militar, aspecto bastante característico da monarquia brasileira<sup>13</sup>, desagradou o oficiais, que, atentos as mudanças de toda ordem e aos problemas da vida brasileira, não mais desejavam ficar à margem das questões sociais e políticas do país, como uma espécie de representantes legítimos da nação. Nesse sentido, os militares exigiam uma maior participação na vida política do país e a modernização e a expansão do exército.

Os anseios e expectativas dos militares, no entanto, não encontraram eco no governo imperial, cujo reduzido orçamento destinado à pasta da Guerra, decorrente do déficit econômico resultante do

11 DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.114.

12 Para saber sobre o recrutamento forçado, e o recrutamento de Guardas Nacionais e de escravos, ver IZECKSOHN, Vitor. *O Cerne da Discórdia*. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2002 e SOUSA, Jorge Prata. *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

13 Para saber sobre o rígido controle civil sobre os militares no Segundo Reinado, ver CASTRO, Celso. *Os militares e a República*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

conflito, não permitia a implantação das reformas pretendidas, gerando grande inconformismo entre o corpo de oficiais.

### **A REVISTA DO EXÉRCITO BRASILEIRO E O PENSAMENTO MILITAR**

O inconformismo do exército no pós-guerra era de dupla natureza, e influiu fortemente no pensamento militar da época: filosófico-política, pela qual a força procurava determinar seu papel na sociedade em tempo de paz, e técnico-profissional, que buscava a modernização, o treinamento e a profissionalização da instituição.<sup>14</sup> Sob o ponto de vista dos oficiais, não havia razões que pudessem justificar o pequeno efetivo do exército e nem a falta de medidas para modernizá-lo.

Em meio a esse ambiente de inquietude militar, em 1881, um grupo de oficiais solicitou ao Ministro da Guerra, conselheiro Franklin Américo de Menezes Dória, a autorização para publicar uma “revista do exército, puramente científico-militar, onde não tivesse entrada a discussão dos atos oficiais consumados”.<sup>15</sup> Concedida a permissão pelo ministro, em 1882 foi publicado o primeiro exemplar da *Revista do Exército Brasileiro*, uma publicação técnica na qual os oficiais poderiam debater e expressar seu pensamento acerca do exército, principalmente manifestando seu desejo de renovação, profissionalização e transformação da força terrestre.

Sob a direção dos majores Alfredo Ernesto Jacques Ourique e Antônio Vicente Ribeiro Guimarães, e do capitão Francisco Agostinho de Mello Souza Menezes, o periódico foi encampado pelo Ministério da Guerra e considerado como complemento da Biblioteca Militar. Editada anualmente, em sua primeira edição, publicada em janeiro de 1882, contava com 300 assinantes, e, apesar de haver sido idealizada por oficiais, desde os primeiros exemplares contou com a colaboração das praças, como o artigo *Armas de antecarga e armas de retrocarga*, de autoria do 2º sargento Heráclito de Oliveira, publicado exemplar de nº 2.

Apesar de nomeado como uma revista, o periódico possuía características de um livro, com cerca de 400 páginas, e era elaborado de forma colaborativa, com articulistas pertencentes ao exército, incluindo desde sargentos até oficiais no posto de tenente-coronel, além de uns poucos civis ligados aos temas de defesa. Em seu primeiro exemplar, a publicação afirmava seu caráter endógeno, ou seja, voltado essencialmente para o público interno

---

14 MOTTA, Jeovah. *Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998, p.147.

15 EDITORIAL. *Revista do Exército Brasileiro – Ano Segundo*. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1883, p.1.

A Revista do Exército Brasileiro vem preencher, bem ou mal, uma lacuna bastante sensível – a falta de um órgão que sirva, ao mesmo tempo, de transmissor das ideias e de laço de união entre os membros do exército. [...] É ele [o programa da revista] bastante amplo para encerrar em seus limites todos os assuntos militares, facilitando escolha à colaboração de todos os membros do exército.<sup>16</sup>

Embora de caráter declaradamente técnico-profissional, a revista expressava o pensamento militar dos postos intermediários e subalternos do exército, abrangendo questões nacionais, acompanhamento das modernizações nas forças armadas estrangeiras e, de forma sutil, questões ideológicas, que defendiam as reformas na força terrestre e, de certa forma, confrontavam o Império. Apesar da gama de assuntos abordados pela revista, é possível observar que o tema central era a necessidade de profissionalização e modernização do exército, acompanhando a tendência das forças armadas de outros países, sobretudo europeus, tornando-o apto a defender a Pátria contra qualquer investida estrangeira.

A principal temática da *Revista do Exército Brasileiro* na penúltima década do século XIX era de cunho técnico-profissional. Nesse sentido, diversos artigos, escritos por oficiais subalternos e intermediários do exército eram dedicados à forma como eram desenvolvidas as técnicas e táticas militares, como, por exemplo, o longo tratado *Primeiras lições de esgrima de espada*<sup>17</sup>, de autoria do alferes de infantaria S.J. Gonçalves; *Memórias da Guerra do Paraguai*<sup>18</sup>, do capitão reformado Manuel Calmon e no qual se destacavam as lições aprendidas no conflito, e *Notas sobre a artilharia de costa*, elaborado pelo capitão de artilharia Arthur de Moraes Pereira, no qual eram problematizadas questões essencialmente técnicas

Com o canhão de 26 cm, atirando projetis de 3,6 calibres de comprimento, pesando 276 kg, alcança-se, com a carga de projeção de 87 kg, a velocidade inicial de 518 m [por segundo], sendo a pressão n'alma do canhão<sup>19</sup> de 2557 atmosferas.<sup>20</sup>

Outro tema técnico-tático bastante presente na revista era o emprego militar das ferrovias, novidade introduzida na arte da guerra por ocasião da Guerra Civil Americana (1865-1870) e da

16 EDITORIAL. *Revista do Exército Brasileiro – Ano Primeiro*. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1882, p.5.

17 *Revista do Exército Brasileiro*, diversas edições.

18 CALMON, Manuel. *Memórias da Campanha do Paraguai*, *Revista do Exército Brasileiro – Ano Quarto*. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1885, p.5.

19 Termo técnico empregado na artilharia para designar o interior do tubo do canhão.

20 PEREIRA, Arthur de Moraes. *Notas sobre a artilharia de costa*. *Revista do Exército Brasileiro – Ano Quarto*. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1885, p.135.

Guerra Franco-Prussiana (1870-1871). No artigo nomeado *Reconhecimento militar das estradas de ferro*, publicado em 1885, o major de estado-maior L. Chagas Dória pontuava que

A experiência dos últimos acontecimentos militares tem bem demonstrado que era verdade e até no Brasil já foi ela pressentida [...] providenciado para que oficiais do Corpo de Engenheiros [...] fossem praticar na repartição geral dos telégrafos do Estado e junto às diretorias de estradas de ferro em construção, a fim de desempenharem qualquer emergência nos deveres que lhes cabem [grifo nosso].<sup>21</sup>

Conforme se pode observar na publicação, os oficiais do exército estavam atentos às modernidades dos conflitos recentes, ainda que a rede ferroviária brasileira ainda fosse incipiente.

Os problemas, questões e potencialidades nacionais também eram abordados pela Revista do Exército Brasileiro, como a série de artigos elaborada por um dos diretores da revista, o major de engenharia Jacques Ourique, intitulada *Colônias e estradas militares*<sup>22</sup>, na qual o oficial analisava os aspectos geográficos e estratégicos de diversas localidades no interior do país, inclusive na Amazônia. Outros trabalhos com abordagem que privilegiava o estudo das potencialidades brasileiras foram publicados, como *Estrada de União a Palmas*<sup>23</sup>, do capitão de estado-maior Bellarmino de Mendonça, e *Análise das terras dos campos do Rio Grande do Sul*<sup>24</sup>, que estudava o potencial agrícola do estado meridional do Brasil.

Mirando no que de mais moderno havia no mundo no que diz respeito à condução da guerra, a Revista do Exército Brasileiro realizava o acompanhamento das inovações introduzidas nos principais exércitos do mundo, na seção INFORMAÇÕES, na qual eram transcritos artigos das revistas estrangeiras congêneres. Trabalhos como a *Reorganização do exército do Egito*, a *Nova organização da artilharia da Itália*, *As estradas de ferro e telégrafos da Áustria*, a *Ordenança da infantaria francesa*<sup>25</sup> e *Considerações militares sobre a defesa estratégica da República Argentina*

---

21 DÓRIA, Chagas. Reconhecimento militar das estradas de ferro, *Revista do Exército Brasileiro – Ano Quarto*. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1885, p.222.

22 OURIQUES Alfredo Jacques. Colônias e estradas militares, *Revista do Exército Brasileiro – Ano Quarto*. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1885, p.201.

23 MENDONÇA, Bellarmino. Estrada de União a Palmas, *Revista do Exército Brasileiro – Ano Quinto*. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1886, p.54.

24 ANÁLISE de terras dos campos do Rio Grande do Sul, *Revista do Exército Brasileiro – Ano Quarto*. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1885, p.180.

25 Os artigos *Reorganização do exército do Egito*, *a Nova organização da artilharia da Itália*, *As estradas de ferro e telégrafos da Áustria*, *a Ordenança da infantaria francesa*, transcritos de revistas dos países de origem, encontram-se publicados na *Revista do Exército Brasileiro – Ano Segundo*. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1883. O artigo *Considerações militares sobre a defesa estratégica da República Argentina*, escrito pelo coronel J.E. Czetz, do exército argentino, foi publicado na *Revista do Exército Brasileiro – Ano Quinto*. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1886.

eram presentes nas páginas do periódico.

Apenas como exemplo, transcrevemos aqui um artigo publicado no exemplar nº 5 da revista abordando a situação do corpo de oficiais do exército alemão pós-Guerra Franco-Prussiana:

INFORMAÇÕES – Transcrição da revista militar europeia: Segundo a *Deutsch Heeres Zeitung*, o exército vai envelhecendo muito, especialmente a demora resultante na promoção é notável nos postos de primeiro-tenente, capitão e oficial superior [...].<sup>26</sup>

Apesar do acompanhamento da situação militar no estrangeiro, vozes na revista asseveravam que o exército não deveria ter o devido cuidado em buscar um modelo próprio, adequado à situação do país, como o tenente-coronel Sena Madureira, que, mais tarde, desempenharia papel destacado na proclamação da República:

A comissão tinha de optar, ou por uma organização semelhante às fortes organizações militares da Europa, guardada a proporção devida à diferença da quota da população e dos recursos do país, ou por uma organização especial adequada às necessidades de uma nação nova, sem tradições antigas, de um território tão vasto quanto destituído de habitantes, onde a presença da tropa de linha infelizmente ainda se supõe indispensável em muitos pontos para fazer do império da lei uma realidade.<sup>27</sup>

Para além dos assuntos técnico-profissionais, os editores da revista consignaram várias críticas ao governo e à sociedade, particularmente pela falta de compreensão e de ação no sentido de modernizar o exército. Com relação ao aumento de efetivo pretendido, Sena Madureira posicionou-se da seguinte forma:

Não se tendo ainda discutido nas duas casas do parlamento, nem sido convertida em lei do Estado a proposta reorganizadora de nossas fileiras, julgamos não ser fora de propósito externar as dúvidas que nutrimos sobre a excelência de suas principais disposições e as vantagens que resultariam, para o país e para o próprio exército, de sua adoção definitiva. [...] A determinação do algarismo que deve atingir o efetivo do exército permanente depende da cifra da população do país, dos recursos deste, do caráter, dos hábitos e do espírito militar de seus habitantes, das tradições em honra entre eles, da extensão e configuração de suas

<sup>26</sup> INFORMAÇÕES. *Revista do Exército Brasileiro – Ano Quinto*. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1886, p.119.

<sup>27</sup> MADUREIRA, Antônio de Sena. A reorganização do exército. *Revista do Exército Brasileiro – Ano Primeiro*. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1882, p.200.

fronteiras, da maior ou menor facilidade da defesa destas, da índole, aspirações políticas, da organização militar e dos recursos, em suma dos estados vizinhos.<sup>28</sup>

No editorial do nº 4 da revista, a urgência de reformas na instituição foi claramente exposta, com uma forte crítica à sociedade e à classe política:

Em um país como o nosso, que julga que um exército só se faz mister quando o inimigo lhe bate arrogante às portas, que não aquilata ainda devidamente o merecimento militar, [...], certo, que os quatro anos da nossa revista só devem exprimir a experiência de um século de lutas, de prejuízos e de desconfortos indizíveis.

Nesse mesmo ano, o capitão de cavalaria Martinho da Silva expressou suas idéias acerca da reorganização do exército e da impossibilidade de se improvisar uma transformação durante um conflito:

Não há de ser quando soar a hora em que a honra da Pátria imponha-nos o dever de defendê-la, que possamos prepará-lo [o exército], como se ele pudesse então ser improvisado, e, desta sorte assegurar a nossa integridade.<sup>29</sup>

Mas, se os editores da revista dirigiam suas reclamações à sociedade e à classe política, também, pelo menos uma vez, criticaram o corpo de oficiais, ainda que de forma disciplinada, ao reclamarem da diminuição do número de assinantes e da falta de apoio no seio do oficialato, segundo eles, pela falta de estímulo institucional para o autoaperfeiçoamento profissional:

Hoje podemos afirmar que no exército brasileiro não se lê. Pelas assinaturas da nossa revista, pode-se calcular a percentagem dos oficiais que estudam em 10% [...] O oficial brasileiro não lê porque não o estimulam a ler, porque não tem necessidade de ler.<sup>30</sup>

Diante de tantos questionamento e inconformismos, selecionamos um texto que, embora inserido em um artigo sobre assunto técnico-logístico, *Fardamento—roupas brancas e acessórios*,

---

28 MADUREIRA, Antônio de Sena. A reorganização do exército ..., p.199.

29 SILVA, Martinho. Reorganização do exército. *Revista do Exército Brasileiro – Ano Quarto*. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1885, p.42.

30 EDITORIAL. *Revista do Exército Brasileiro – Ano Quarto*. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1885, p.3.

traduz de forma inegável o caráter da *Revista do Exército Brasileiro* na década que antecedeu a proclamação da República e caracterizou o pensamento militar de significativa parcela do exército:

Esqueçamos, abandonemos a idolatria do passado; suprimamos tudo que não é exigido para o serviço da guerra; e, embora com o desagrado da tradição, vamos avante [...].<sup>31</sup>

A Guerra do Paraguai deu origem a um exército novo, vitorioso e cômico de sua importância para a sociedade. Um pensamento militar inovador se consolidava no meio militar em busca de modernização e profissionalização do exército, e a *Revista do Exército Brasileiro* contribuiria para difundir essa nova ideologia.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Guerra do Paraguai modificou de maneira irreversível o exército, que, após a vitória e de retorno ao Brasil, estava mais ciente das questões nacionais e passou a reivindicar maior atenção por parte do Governo Imperial.

A *Revista do Exército Brasileiro*, em que pese o apoio institucional, constituiu uma iniciativa de baixo para cima na hierarquia militar, registrando a visão interna de significativa parcela do oficialato no pós-guerra. A análise dos artigos nela publicados permite verificar como foi utilizado esse espaço para discussão de ideias e estudo de problemas de interesse dos oficiais, particularmente no que diz respeito aos anseios de modernização e profissionalização da instituição.

A mudança do pensamento militar, contudo, não foi compreendida e assimilada pelo Império, e as reformas pretendidas somente chegariam ao exército com a República, nas gestões dos ministros Medeiros Mallet e Hermes da Fonseca.<sup>32</sup> Não por acaso, muitos oficiais do exército se lançaram às causas abolicionista e republicana, levando a instituição a uma condição de protagonista na proclamação da República, em novembro de 1889. A partir de então, o exército passou a estar intrinsecamente associado à história política brasileira.

31 FARDAMENTO-Roupas brancas e acessórios. *Revista do Exército Brasileiro – Ano Terceiro*. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1884, p.27.

32 Durante suas gestões como ministros da Guerra, os marechais João Nepomuceno de Medeiros Mallet (1898-1902) e Hermes da Fonseca (1906-1908) promoveram reformas estruturais no exército que incluíram, dentre outras medidas, a modernização do ensino militar, a reformulação do estado-maior, a criação de serviços técnicos e administrativos, a implantação do serviço militar obrigatório e a aquisição de armamento na Europa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDRE, Valentim. O processo de independência do Brasil. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kitti (Orgs.). *História da expansão portuguesa: do Brasil para a África (1808-1930)*, v.4. Círculo de Leitores, Lisboa, 1998, p.7-39.
- ANÁLISE de terras dos campos do Rio Grande do Sul, *Revista do Exército Brasileiro – Ano Quarto*. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1885.
- BRASIL. *Lei de 18 de agosto de 1831*, Artigo 1º. Coleção de Leis do Império 1830-1831.
- CALMON, Manuel. Memórias da Campanha do Paraguai, *Revista do Exército Brasileiro – Ano Quarto*. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1885.
- CARVALHO, José Murilo. *Teatro de sombras: a política imperial*. São Paulo: Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- DARÓZ, Carlos Roberto Carvalho. A milícia em armas: o soldado brasileiro da guerra de independência. *Revista Brasileira de História Militar*, v. 11, p. 30-51, 2013.
- DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- DÓRIA, Chagas. Reconhecimento militar das estradas de ferro, *Revista do Exército Brasileiro – Ano Quarto*. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1885.
- EDITORIAL. *Revista do Exército Brasileiro – Ano Primeiro*. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1882.
- EDITORIAL. *Revista do Exército Brasileiro – Ano Segundo*. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1883.
- EDITORIAL. *Revista do Exército Brasileiro – Ano Quarto*. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1885.
- ESTADO-MAIOR do Exército. *História do Exército Brasileiro*, v.2, Brasília: 1972.
- FARDAMENTO-Roupas brancas e acessórios. *Revista do Exército Brasileiro – Ano Terceiro*. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1884.
- MADUREIRA, Antônio de Sena. A reorganização do exército. *Revista do Exército*

- Brasileiro – Ano Primeiro*. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1882.
- MENDONÇA, Bellarmino. Estrada de União a Palmas, *Revista do Exército Brasileiro – Ano Quinto*. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1886.
  - MOTTA, Jeovah. *Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.
  - NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
  - OURIQUES Alfredo Jacques. Colônias e estradas militares, *Revista do Exército Brasileiro – Ano Quarto*. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1885.
  - PEREIRA, Arthur de Moraes. *Notas sobre a artilharia de costa*. *Revista do Exército Brasileiro – Ano Quarto*. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1885.
  - SILVA, Martinho. Reorganização do exército. *Revista do Exército Brasileiro – Ano Quarto*. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1885.
  - RIOS, José Arthur. O soldado luso-brasileiro. *Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil*, v. Especial, n.87, p. 14-27, 2001.
  - WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. *Formação do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

# **A FORMAÇÃO CONTINUADA NA MARINHA: A ESCOLA DE GUERRA NAVAL, FORMANDO OU CONSAGRANDO UMA ELITE?**

Sylvio dos Santos Val <sup>1</sup>

## **Resumo**

Este artigo trata da formação continuada dos oficiais da Marinha do Brasil destacando o papel da Escola de Guerra Naval (EGN) a escola da Estado Maior da Marinha que consagra e legitima os eleitos, a elite da Marinha selecionada pela Escola Naval

**Palavras-Chave:** Marinha do Brasil – Educação – Escola de Guerra Naval

## **Abstract**

This article deals with the continuing training of Brazil's naval officers highlighting the role of the Naval War College (EGN) the general staff school of the Navy who consecrates and legitimizes the elect, an elite Navy selected by the Escola Naval (Navy College)

**Keywords:** Brazilian Navy – Education – Navy General Staff School

## **INTRODUÇÃO**

Enquanto a instrução é o preparo de um ofício, o treino de uma expertise, de um profissional, a educação, em qualquer medida, é a construção da identidade coletiva – se é que podemos realmente caracterizar uma identidade positiva na dimensão entrópica da individualidade. Assim pensando, a educação militar não foge à regra, e sua dimensão não se encerra numa dimensão específica.

Celso Castro (1990, p.40) em seu estudo etnográfico, identifica no Exército a expressão dessa identidade na formação do “espírito militar” através do estudo da preparação dos cadetes na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN)<sup>2</sup>. Ampliando suas opções referenciais, o autor se referencia nos escritos de Barros (1978) sobre a socialização militar, a fim de analisar a cultura militar na qual são disciplinados os cadetes do Exército, futuros oficiais. O trabalho de Castro sobre a AMAN demonstra como são preparados os cadetes com o objetivo de moldar uma conduta que se adequasse ao futuro oficial de Exército, o qual é concebido como militar-cidadão<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> Professor de História, Doutor em Ciência Política (PGCP, UFF)

<sup>2</sup> Cf. CASTRO, 1990.

<sup>3</sup> Ibid. p. 41.

Em síntese, trata-se de verificar como a Academia singulariza o espírito militar da instituição (Exército) no “espírito das armas”. Esse espírito das armas se expressa nas especialidades ensinadas na Academia, e que encarnam a própria hierarquia de Exército<sup>4</sup>. Isso se reproduziria na escala das carreiras nessa Força, e na conseqüente ordenação de acesso ao generalato pelos primeiros escalões<sup>5</sup>.

Os próprios cadetes são percebidos enquanto agentes de socialização dos demais, pelos rituais de iniciação e passagem dos cursos, onde os métodos do Exército não apenas são aceitos, mas também ratificados. Segundo Castro (1990) o “espírito militar” no Exército é construído, em boa medida, por esse espírito das armas, servindo de referencial preciso – porém não absoluto – adequado aos diferentes níveis de singularidade dentro do Exército, em oposição aos outros militares (Forças Armadas), ou entre cidadãos (militar, civil)<sup>6</sup>. Nesse item em particular, Castro acaba por concluir que:

Os espíritos ou identidades militares não são, portanto, molduras fixas às quais os indivíduos conformam-se, mas um equilíbrio dinâmico entre tendências opostas, embora complementares, para a fissão e a fusão; e uma certa tensão na definição dos espíritos é inerente ao sistema (CASTRO, 1990, p.104).

Para o melhor estudo até o momento sobre a Marinha do Brasil, Silveira (2001, p.40), expõe como se daria essa busca da construção de uma identidade institucional, ao estabelecer a distinção entre uma lógica institucional, definidora das normas e ideologia que orientam a corporação, e a lógica ocupacional ou operacional, que é moldada pela realidade da gestão e operação da força militar enquanto tal, dentro do Estado ou como campo de ação social e de poder.

Ao estudo da formação dos oficiais da Marinha do Brasil pela Escola Naval constata que durante o período de formação dos cadetes

...ocorre aqui a passagem de uma *lógica institucional*, centrada na tradição e no heroísmo militar, para a *lógica ocupacional* [operacional], onde a modernização e a profissionalização calcadas num tipo específico de educação e treinamento são acentuadas. (SILVEIRA, 2001, p.42).

Esse encontro ou colisão de lógicas se constituiria no “fator organizacional” da Marinha. A perspectiva de duas lógicas, ocupacional (operacional) e institucional, opostas, mas não incongruentes,

4 A simbologia do poder está expressa na ordem de prioridade entre as especializações, estabelecida nos escalões de mais proximidade ao combate, que pela ordem são: infantaria, cavalaria artilharia, engenharia, intendência, comunicações, e material bélico.

5 CASTRO (1990, p. 27).

6 Ibid. p. 102-03.

ajudaria a moldar a identidade militar no setor naval. Os elementos descritos por Celso Castro estariam presentes, mas a dinâmica da Marinha seria mais determinada, e localizada num corpo de especialistas privilegiado .

Dentre os três principais Corpos (Armada, Fuzileiros e Intendência) o maior destaque é para o primeiro, pois, a Armada possui a responsabilidade e competência de navegar, atividade básica da Força, cuja missão está relacionada à manutenção da soberania estatal nas suas águas jurisdicionais. Os Corpos de Saúde e Engenharia ocupam o segundo lugar em termos de prestígio e ascensão ao posto de oficiais-generais (SILVEIRA, 2001, p.42).

A partir desses estudos, poder-se-ia indagar se o espírito militar pode ser descrito da mesma maneira, em todas as Forças Armadas, e em todas as suas organizações formadoras, da mesma forma que se inscreve na Escola Naval, ou se cada Força armada teria em si mesma um espírito militar diferente. Permeia a discussão se o espírito militar se inscreve a partir de organizações formadoras como a AMAN, a Academia da Força Aérea (AFA) ou na Escola Naval; ou se pode ser diferenciado e ter graus de variação conforme as diferentes etapas, cursos ou academias pelos quais o oficial deve passar para ascender na carreira militar<sup>7</sup>.

Este artigo procura investigar precisamente o papel da escola de estado maior , a Escola de Guerra Naval, na formação da identidade corporativa da elite militar, aqueles que comandarão da Força, os escolhidos entre a elite, a Escola Naval.

### **OFICIALATO: ORIGENS E ORDEM MILITAR**

A Escola Naval é academia de nível superior que forma os oficiais regulares da Marinha do Brasil. O ministro almirante Guilhem (1935-1945) introduziu a formação para o Corpo de Fuzileiros na Escola Naval, e profissionalização dos Intendentes. Porém, apenas em 1943 a formação específica para Fuzileiros foi efetivamente implantada, e em 1960 a carreira militar finalmente estruturada em três corpos distintos: Corpo de Armada, Fuzileiros Navais e Intendentes.

O currículo da Escola Naval é regulamentado pela Formação Diversificada da Escola Naval (FEDEN), introduzida em 1979, após sucessão de reformas iniciadas em 1956, “voltada para um perfil de ciências exatas”<sup>8</sup>. Entre 1959 e 1979 ocorreu uma série inédita de contínuas modificações na

---

<sup>7</sup> Silveira (2001, p.19)

<sup>8</sup> Contra almirante Leonardo Puntel, Diretor da Escola Naval, em palestra proferida na FGV, RJ - “O Livro Branco da Defesa Nacional” (23/05/2011). Sem falar na eliminação de aspectos excludentes na formação. Até a década de 1940, os candidatos a Escola Naval necessitavam de um “patrono” (ou padrinho) para o ingresso, e apenas na década de 1950

preparação dos oficiais na Escola Naval, que tiveram por causas: as mudanças na tecnologia militar naval; e a crise que a Marinha enfrentou na década de 1960, com a diminuição drástica do número de candidatos para a Escola Naval.

A primeira alteração, de 1956, além de mudanças graduais na forma de seleção e acesso, instituiu a matemática, especialização em engenharia, física (ênfase em física nuclear) e geografia que refletia, em alguma medida, a força da sazonalidade, como criação do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e influente figura de Álvaro Alberto<sup>9</sup>.

A queda no número de aspirantes tornou-se particularmente crítica em 1970, quando se decidiu instituir vários grupos de trabalho, para encontrar soluções aos problemas da formação do oficial e da carência de aspirantes, com a retirada da Escola do vestibular do Centro de Seleção de Candidatos ao Ensino Superior do Grande Rio (CESGRANRIO) em 1973<sup>10</sup>. O relatório final instituiu a FEDEN. A partir de então, o currículo passou a ter um núcleo móvel e um fixo<sup>11</sup>.

Com a diversificação do curso superior da Marinha, procurou-se um meio termo na formação do oficial, mesclando-se a formação generalista – que é o “oficial eclético” típico das escolas de elites – ao perfil tecnológico demandado pela marinha militar moderna<sup>12</sup>. Segundo Silveira<sup>13</sup> a FEDEN não se converteu em uma unanimidade. Marinho(1995)<sup>14</sup> o considera inchado e exagerado, apesar de ter introduzido na graduação disciplinas tecnológicas, como informatização e eletrônica; e o almirante Pimentel de Oliveira, Diretor de Ensino da Marinha (em 2001) pondera que a formação deve buscar atingir objetivos tanto institucionais quanto pessoais.

Desde 1984, com a introdução do Manual da Liderança, a Marinha vem se dedicando a repensar a Academia como escola de líderes; e em qual ênfase se deveria dar a formação continuada do oficial, tendo em vista que a formação não se encerra na graduação, mesmo considerando-se que a Escola Naval é uma “instituição total”, pois é formadora da elite da força, consolidando e liderança e a ascendência do oficial de Escola, e dentre esses os da Armada, destinados a povoar os mais altos

---

foi abolido a exigência do enxoval para o aspirante que entrasse no primeiro ano, pago pelo aluno (ROUQUIÉ, Alain. **O estado militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Record, 1985; p. 301).

9 No final de 1957 fui surpreendido com a designação para cursar engenharia nuclear nos EUA. Soube depois que o almirante Álvaro Alberto havia convencido o ministro da Marinha a enviar seis dos seus engenheiros, dois por ano, para fazer esse curso e o completarem com um ano de estágio nos reatores nucleares do Laboratório Nacional de Argonne (Cf. VIANNA, 2013).

10 O grupo de trabalho de 1973 chegou a sugerir que se introduzissem como opções, os cursos em Engenharia Mecânica e Elétrica, e de Administração (com ênfase em Ciências Sociais). MARINHO, 1995, p. 7.

11 MARINHO, 1995, p. 7.

12 “Na impossibilidade do Oficial eclético, formar-se-ia a Turma eclética.” (MARINHO, 1995, p. 8).

13 Cf. SILVEIRA, 2001.

14 Cf. MARINHO, 1995.

postos da hierarquia e da estrutura da Marinha<sup>15</sup>.

O Quadro de Oficiais da Marinha (em 2012)<sup>16</sup>, revela hegemonia dos oficiais de armada nos postos de almirante (oficial-general na Marinha) desse corpo, que não se explica apenas do ponto de vista quantitativo do pessoal, senão histórico-cultural. Os fuzileiros são 37% da força (23.000 efetivos), estão resumidos a 1/6 dos postos de almirante de esquadra, 2,5% dos de vice almirante, e 11% nos de contra almirante. A engenharia já suprimiu os quadros complementares e auxiliares, porém, permanece a distinção entre os oficiais engenheiros navais e as demais especialidades; dos seis almirantes engenheiros, apenas um contra almirante nomeado em 2010, é engenheiro formado da vida civil e não proveniente da Armada.

A preparação técnico-militar do pessoal de bordo (Armada), assim como exercício nos estágios iniciais da carreira, não pressupõe gestão e sim liderança na concepção militar naval. Como observa Silveira<sup>17</sup>, esse tem sido um problema de formação percebido, mas de solução controversa na Força.

É fato que as operações navais e estratégicas são pensadas a partir dos navios (fator belonave), contudo, a vida da Marinha não se restringe ao seu “manejo”, e operar um comando não confere ao oficial toda a perspectiva necessária à sua ascensão. A Marinha tem subdivisões territoriais e jurisdicionais, os nove Distritos Navais, de inúmeras funções administrativas, que apenas parcialmente envolve operações de navios, a não ser de aspectos logísticos, posto que subordinados ao Comando de Operações Navais<sup>18</sup>. Sem o esquecer de mencionar a azáfama de administrativa que, além das unidades de combate, incluem as organizações militares (OM) que são aquelas ligadas à tecnologia (institutos, laboratórios), engenharia, industriais (arsenais e DGMM), médicas (hospitais), de pessoal, de ensino (academias, centros de instrução e adestramento) e normativas (tribunais, corregedoria).

Os Aspirantes da Escola Naval compõem o que aqui é nomeado de – corpo principal – constituído do Corpo da Armada (CA), Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) e Corpo de Intendentes da Marinha (CIM), para quem os anos de academia (Colégio Naval, de nível médio, e Escola Naval, de

---

15 Cf. SILVEIRA, 2001, p. 161.

16 Cf. BRASIL PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DEC. 7.679/2012 (DECRETO DO EXECUTIVO) 14/02/2012.

17 SILVEIRA, 2001, p. 160.

18 Presidência da República, art. 84, inciso IV e VI da Constituição, e tendo em vista o disposto nos art. 3º da Lei Complementar n.º 69, de 23 de julho de 1991 (BRASIL. **Lei Complementar n. 69, de 23 de julho de 1991.** Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Brasília, DF: Presidência da República, 1991. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp69.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp69.htm)>. Acesso em: 2 abr. 2013.), e art. 4º do Decreto n.º 967, de 29 de outubro de 1993 (BRASIL. **Decreto n. 967, de 29 de outubro de 1993.** Estabelece a Estrutura Básica da Organização do Ministério da Marinha. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1993. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1993/decreto-967-29-outubro-1993-449345-norma-pe.html>>. Acesso em: 22 mar. 2013.).

nível superior) são contados cumulativamente para efeito de ascensão militar, ainda que não para o tempo estatutário de carreira.

As aptidões gerenciais, administrativas e mesmo a visão estratégica, não são treinadas na academia militar (Escola Naval); necessárias em diferentes campos da atuação naval, limitadamente são introduzidas na carreira antes dos cursos presenciais da EGN – o principal deles, o Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores (C-EMOS), é exclusivo de oficiais oriundos da Escola Naval<sup>19</sup>.

A EGN (escola de comando) entra como etapa da preparação acadêmica quando os oficiais já se encontram em postos adiantados de carreira (capitão de corveta, e capitão de fragata); ou percorridos cursos de formação técnica (QTE), voluntário, portanto excludente, pois restringe estatutariamente a ascensão a capitão de mar e guerra e, conseqüentemente a almirante ainda na ativa<sup>20</sup>. Essa liderança continua mais balizada nos totemismos descritos por Goffman<sup>21</sup>, percebidos por Castro<sup>22</sup> ou os destacados por Silveira<sup>23</sup> de que a lógica institucional do corpo de elite (Escola Naval) e de suas características mais pronunciadas – comando, lealdade, bravura, condução dos navios e homens, o almejo ao almirantado, intelectualidade e diplomacia – permeiam o corporativismo baseado no pessoal da Armada<sup>24</sup>.

### **A ESCOLA DE GUERRA NAVAL E A “SELEÇÃO DOS ESPÍRITOS”**

Em sua trajetória na Marinha do Brasil um oficial deve cumprir várias etapas de cursos e estudos. Ele deve passar por três academias em sua carreira na instituição.

O Colégio Naval, que corresponde ao nível médio, e cujos alunos vêm de colégios militares ou civis, tem por finalidade o ensino básico voltado para a profissão naval.

A Escola Naval, que é o curso superior da Marinha de Guerra, onde são formados os três grandes segmentos da Marinha – os Corpos de Armada (os marinheiros), Fuzileiros (infantaria), e Intendentes (administração) – que são as profissões militares básicas da instituição, qual seja, a sua elite militar imbuída do *espírito de corpo* da Marinha.

A Escola de Guerra Naval (EGN) tem o duplo papel de peneirar os oficiais – através dos cursos por correspondência – para uma nova instância ; os líderes militares da Marinha, através de

19 BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Marinha. **Portaria n. 314/MB**, de 10 de dezembro de 2007. Plano de Carreira de Oficiais da Marinha do Brasil. 1. ed. 8. rev. Brasília, DF, 2007a. p. 102.

20 Ver BRASIL, GT-QTE, 2007.

21 GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

22 Cf. CASTRO, 1990.

23 Cf. SILVEIRA, 2001.

24 SILVEIRA, 2001, p. 176-179.

seus cursos regulares/presenciais aplicados na sede da Escola.

A EGN para a Marinha brasileira surge como agente definidor do *perfil institucional* da Marinha, que se define pelo atributo de *comandante*. O comando militar de qualquer gênero necessita de um corpo operacional que o capacite a orientar-se sobre a realidade, e a tomar decisões<sup>25</sup>. Os estados-maiores desempenham funções e estão estruturados de acordo com a visão que se foi construindo do campo de batalha e de seu desenvolvimento. Seus oficiais são preparados nas escolas de estado-maior para compreender as operações militares que, classicamente, se desenvolvem em quatro áreas: o Comando (o poder de dar as ordens), Informações (conhecer seu inimigo), Operações (planejamento e execução da estratégia militar), e a Logística (ciência do deslocamento e abastecimento da forças *para e no* campo de batalha). Cada uma dessas áreas foi desenvolvida e vinculada a uma seção de estado-maior, com subseções para cada um de seus desdobramentos. As estruturas de estado-maior são diferenciadas de acordo com os países de origem, e os diferentes tipos de Forças Armadas e de estados-maiores presentes (da Marinha, Exército, Aeronáutica, Estado-Maior Conjunto, Estado-Maior Geral, Estado-Maior Combinado).

As escolas de estado-maior não formam apenas os oficiais destinados à “gestão” da guerra como uma espécie de “burocratas de campo de batalha” - função que, em si não deve ser subestimada em sua complexidade. Elas são autênticos *think tank* que ampliam a capacidade das instituições militares como instrumentos de poder<sup>26</sup>.

A Escola de Guerra Naval estava vinculada ao Estado Maior da Armada e, até 1997, à direção geral do ensino da Marinha para que se dinamizasse a integração da formação do oficialato, desde a base até o comando. A escola é o órgão destinado ao preparo dos oficiais para o estado-maior, fornecendo-lhes uma visão de conjunto quanto ao papel da Marinha como agente militar de Estado, e ensinando-lhes como a Marinha pode melhor desenvolver os poderes Naval e Marítimo. Incentivando os oficiais a buscarem o melhor aprimoramento técnico para as diversas tarefas de apoio de estado-maior e de comando, a EGN capacita-os a exercer as funções de *comando* e a *tomar decisões*, requisito fundamental para o oficial superior, o *comandante* – e ao futuro Almirante.

---

25 Sem dúvida, o Estado-Maior alemão foi a nêmeses desse tipo de organização militar. Cf. CORELI BARNET *Os Generais de Hitler*; RJ, Zahar, 1991: p. 90-155; LIDEL HART, *O Outro Lado da Colina*, RJ, BiBliex, 1980: p. 26-91; e BARY LEACH, *O Estado-Maior Alemão*, RJ, Rennes, 1972: p. 06-39.

26 Frequentemente o senso comum, mesmo no mundo acadêmico, compreende mal a função dessas instituições. As duas principais estratégias de guerra naval dos EUA desenvolvidas na II. Guerra Mundial surgiram antes do conflito. A estratégia de engajamento de forças por meio de aeronaves baseadas em porta-aviões escoltados por cruzadores rápidos, e a conquista de ilhas em sequência (*island hopping*) foram elaboradas no U.S Navy War College, entre 1920 e 1939. Cf. VLAHOS, Michael “*Wargaming, The Enforcer of Strategic Realism: 1919-1942*” In *Naval War College Review* 39, Navy War College, Rodh Island, p. 17, No.2, mar-abril, 1986.

### O Regulamento da EGN esclarece suas funções e peculiaridades <sup>27</sup>:

Para a execução de seu propósito, cabe a EGN as seguintes tarefas:

- I- ministrar, atualizar, uniformizar e ampliar os conhecimentos dos oficiais, naquilo que se relaciona com a Segurança Nacional, o Poder Marítimo, a Guerra Naval e a Administração;
- II- Disseminar, por meio de seus cursos, a Doutrina Naval emanada do EMA (Estado Maior da Armada);
- III- Investigar, estudar, experimentar e opinar sobre os novos métodos, teorias, planos, e doutrinas; e
- IV- Proceder estudos sobre assuntos de interesse da Marinha , quer por determinação específica do EMA quer por iniciativa própria .

O item (I) do regulamento sugere que a Escola projeta-se em várias direções, deslocando-se de assuntos navais para a Segurança Nacional, ampliando o campo de conhecimentos dos oficiais e preparando-os para o exercício da *chefia de estado* <sup>28</sup>. E o item (IV) aponta para a função da EGN de estimular a análise das questões ligadas tanto à doutrina quanto à direção da Marinha .

A Escola de Guerra Naval atua como centro de reflexão da Marinha – o seu *elo pensante* – e não somente testando e implementando o conhecimento, as doutrinas consagradas pela instituição, como criando novos conhecimentos e princípios, dentro do que estabelece o Estado Maior da Armada (EMA). Outras agências Navais podem prover a Marinha, o Comando da Marinha ou mesmo o EMA de informações e conhecimentos indispensáveis à cúpula. No entanto, à EGN é destinada a tarefa de disseminar, organizar e transmitir esses conhecimentos, de preparar os oficiais de elite no seu uso, de sugerir “*ao chefe do EMA os cursos, no país e no estrangeiro*” para os quais serão destinados os oficiais designados pela Marinha , bem como apontar os “*nomes de oficiais*” que, segundo sua avaliação “*estejam mais capacitados*” para tais Cursos <sup>29</sup>.

### RITUAL DO COMANDO, SAGRAÇÃO DA ELITE

A composição do alto oficialato segue a tendência por nós constatada nos capítulos cinco e seis. A maioria dos oficiais gerais da Marinha são oriundos dos corpos principais formados na Escola Naval. Estes corpos não somente predominam nos demais postos do generalato naval, como podemos observar na tabela abaixo, mas também compõem quase três quartas partes da oficialidade

<sup>27</sup> Cf. Regulamento da EGN, 1992: p. 3.

<sup>28</sup> “Chefia de estado”, ou chefia de estado-maior, é a atribuição dada aos comandantes dos estados-maiores de qualquer nível. A maior chefia de estado na Marinha do Brasil é a do Comandante do Estado Maior da Armada.

<sup>29</sup> Cf. Regulamento da EGN, 1992: p. 48.

A formação continuada na Marinha: a Escola de Guerra Naval, formando ou consagrando uma elite?

da Marinha<sup>30</sup>.

### Quadro 1-Corpos e Quadros nos Cursos Presenciais da EGN-2013

Cursos	Total	Corpo da Armada	Corpo de Fuzileiros	Corpo de Intendentes	Outros*
C-PEM	39	16	04	05	14
C-EMOS	127	81	22	14	10**
Total	166	97	26	19	24
Total de Escola Naval			142		
Percentual de Escola Naval			85,5%		
Percentual Armada			58,5%		

Fonte: EGN, 2013.

**\*Outros: engenheiros, médicos, oficiais das demais forças armadas, de Marinhas Amigas, servidores civis, Ministério das Relações Exteriores.**

**\*\*Apenas o corpo principal e elementos de marinhas amigas.**

O Corpo da Armada, isoladamente, representa 58% dos alunos presenciais, e quase 64% dos alunos do C-EMOS, que é preferencial ao Corpo Principal, da Escola Naval (CA, CIM e CFN). Os oficiais do corpo principal em função C-QTE (Quadro Técnico Especial), ou no período dos seus cursos, podem realizar os cursos Curso Superior (C-Sup), na modalidade à distância, e C-PEM, presencial; porém é vedado à concorrência e o acesso ao C-EMOS, pelo menos enquanto no exercício de suas funções técnica e tecnológicas<sup>31</sup>. Apesar do C-PEM ser um dos requisitos de acesso à promoção ao posto de Almirante (oficial-general) desde 1986, o C-EMOS está nos requisitos obrigatórios aos capitães de corveta e fragata que anseiam chegar a capitão de mar e guerra, o último antes do posto do almirantado. E na Marinha, as comissões determinantes na ascensão são, na ordem comando, direção (OM de terra), *imediatice* (imediate a bordo ou em OM terra), Direção, e Vice-Direção (OM de terra), embarque em navios ou unidades de fuzileiros navais, ou designação para Comissão Permanente no Exterior (CPE), ocupados de preferência por oficiais da Armada<sup>32</sup>

Cabe ressaltar que ser do quadro “de Escola” é *condição necessária, mas não suficiente para garantir* a ascensão de um oficial ao *comando*. A formação acadêmica de “altos estudos” na EGN serve como instrumento de ratificação do ritual de instituição. Ela é reafirmada como etapa necessária à consagração ao reforçar, e não enfraquecer, os mecanismos de escolha dos *eleitos* originados na

30 Cf. Boletim de Oficiais Corpos e Quadros de Marinha (B.O.Q.C.M), 1995 .

31 PCOM, p. 202. O Oficial QTE deve retornar à sua de origem para qualificar-se aos cursos da EGN.

32GT-QTE (2007, p.11). Agregam-se a essas missões, de ajudante de ordens de autoridades do Executivo (na ordem Presidente, Vice-Presidente e Ministros de Estado).

Escola Naval.

Ao completar-se a etapa acadêmica nos cursos regulares/presenciais da EGN – “o processo de transformação que se realiza nas ‘escolas de elite’ – tem fim o ritual de consagração que “tende a produzir uma elite consagrada, isto é, não somente distinta e separada”, como reconhecida “e se reconhecendo como digna de sê-lo”<sup>33</sup>. Essa consagração em elite é o resultado do longo preparo de um ritual institucional, dentro e fora da EGN, o qual articula quatro itens formadores : o Saber, o Rigor, o Sigilo e a Responsabilidade.

Nos cursos à distância da EGN, o ritual da instituição reforça a disciplina dos espíritos iniciada desde a Escola Naval, através do *Saber* e do *Rigor*. O *valor pessoal* (formação acadêmica) repousa no *saber*. Este *saber* consiste na aquisição gradual de variados conhecimentos, cujos conteúdos fixados são uma forma de *iniciar o eleito* num ritual futuro. São aprofundados os conteúdos ditos *necessários* (doutrinas, regras e regulamentos, princípios organizativos, noções de conduta, interdisciplinaridade, saberes técnicos), formando uma *coleção de saberes* que farão a *primeira separação* dos *eleitos*.

O *Rigor* é a capacidade exigida do eleito de assimilar e aplicar os conteúdos colecionados na sua rotina comum, os quais contam como *capital simbólico* para o *valor de desempenho* do oficial . Esse *rigor* apresenta duas propriedades: o “*como e o que saber*” e o exercício de uma “*visão abrangente*” dos conteúdos apreendidos. A primeira propriedade situa-se no nível primário - acumular *saberes* e aprender corretamente o *método* de acumular. Na fase dos cursos à distância da EGN - principalmente no Curso Básico e Superior- é mais importante acumular *saber* do que demonstrar que *sabe aprender* . O “*saber o quê*” torna-se mais importante que aprender o “*saber como*”.

A “*visão abrangente*” é a dimensão aplicada do conhecimento adquirido. É a capacidade do oficial de *ampliar* seu currículo, nele introduzindo conhecimentos estranhos à sua formação básica e ao seu exercício de carreira. Quando o oficial está na etapa dos cursos não regulares da EGN, a dimensão *acumulativa* do *rigor* é mais importante que a aplicada. A capacidade do oficial de operar uma *dimensão aplicada* de seu conhecimento é observada diretamente na atividade profissional, enriquecendo os valores de *desempenho* e *relacional* .

Toda a tarefa executada numa escola de Estado Maior como a EGN se localiza em aprimorar os oficiais em comandar, o que implica em dominar os princípios básicos operacionais da estratégia militar. Modernamente, esses princípios de condução ou entendimento da estratégia militar foram

33 Cf. BOURDIEU *La Noblesse d'État*, 1989: p. 141

agrupados no Comando sob a égide do C3IC que quer dizer Comando, Controle, Comunicação, Inteligência e Computação<sup>34</sup>.

O Comando é o poder de dar ordens que demanda uma espécie de Controle (capacidade de receber relatórios e retornar ordens), transmitir as ordens acuradamente (Comunicação), conhecer o inimigo (Inteligência), e dispor de um sistema para entender o que acontece na realidade em tempo hábil (Computação) – modernamente *up to time* (tempo real). Nenhum destes termos pode ser colocado em parâmetros de hierarquia – justamente o contrário. Eles são apresentados aos militares como uma cadeia de elos que não podem ser rompidos. Contudo sob o ponto de vista do *ritual da instituição do comando*, pode-se agrupá-los em dois níveis distintos.

Os princípios de *Comunicação & Computação* são dimensões estritamente formais. A Comunicação se restringe aos códigos restritos para transmissão de ordens e relatórios entre os diversos níveis de decisão. A Computação é a análise e classificação dos dados e informações da realidade que serão repassados para os sistemas decisórios. Em ambas não se formulam julgamentos ou decisões sobre o que é mais importante. As propriedades requeridas são eminentemente o *saber* (conhecer as normas) e o *rigor* (atuar com eficiência). O *sigilo* reside quase todo na estrutura decisória pois é nela que se reconhece *o que se quer* (objetivos de guerra) e isso determina *o peso* do que *vai surgindo* e como influirá nas linhas de ação.

Comando, Inteligência e Controle dependem de níveis de subjetividade que não escapam nem mesmo aos militares. O *poder de dar ordens* do Comando não implica apenas na capacidade física de transmitir o que se quer, ou ser *identificado* como autorizado a ordenar. É necessário ser *reconhecido* como tal. Esse reconhecimento é formal – dado pela patente e os códigos de identificação – e subjetivo – a *confiança* de quem recebe a ordem de que o emitente está qualificado a emitir decisões eficientes. Neste ponto, o Controle não é apenas *estar no domínio da situação*, mas antecipar a profundidade e alcance do comando. A hierarquia é um aspecto formal muito eficiente para circundar dúvidas em momentos críticos, garantir lealdades, e obter resultados instantâneos. Porém, esta é limitada se o Comando não compreende a recepção de suas ordens: o porquê se os diferentes níveis entram em crise e se perde-se a confiança nas decisões. O *ritual do comando* envolve a aceitação dessa subjetividade.

A Inteligência é o ponto nodal do *ritual do comando*. Conhecer o inimigo é antes de tudo *conhecer a si mesmo*. O que se reconhece no outro é em muito determinado pelo que se sabe de si.

---

34 PROENÇA Jr. *O Básico D Estratégia Militar*, Curso apresentado ao III. Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, BNDE, 14 de outubro de 1996.

Ao julgar as *informações* segundo o que se sabe o que se quer os comandantes se valem de doutrinas operacionais, conhecimentos históricos e avaliações psicossociais. E quanto maior o nível de comando, menos esses níveis são secundáveis por fórmulas exatas<sup>35</sup>. O julgamento é apoiado na confiança em um *saber* além na dimensão do *rigor*, desenvolvida num peculiar senso de *responsabilidade*. A maneira de realizar esse preparo através do ritual da instituição não se limita, portanto, à prática dos expedientes racionais mas do confinamento do oficial dentro de uma experiência holística .

Quando os oficiais chegam à etapa dos Cursos regulares da EGN, o *Saber* e o *Rigor* são secundados pelos rituais do *Sigilo* e da *Responsabilidade* que operam uma *transformação* nos eleitos. Na Escola, os alunos terão acesso a fontes *reservadas* (arquivos sigilosos da Escola, Marinha e outras instituições), aprendendo a buscar e operar informações *restritas* que estão fora do alcance de outros oficiais de mesma patente. São ambientados em informações estratégicas necessárias - e , algumas vezes, indicadas apenas à eles. O *saber* deixa de ser um processo de acumulação e passa a ser *seletivo*. É criado um ambiente *exclusivo* ao redor do qual as implicações do *Sigilo* - a reserva, o segredo - demandam uma maior *Responsabilidade* dos agentes consagrados.

Essa dimensão da *Responsabilidade* envolve duas qualidades básicas : o “dever” e a “lealdade”. Essas qualidades acompanham a ascensão do oficial superior desde a sua trajetória na carreira até o Curso de Estado-Maior, ou o Curso de Política e Estratégia Marítimas. Elas continuam a ser exigidas nas viagens de estudo a locais restritos, nas atividades que envolvam os cursos regulares da Escola, e na participação em “grupos de estudos” reservados da Marinha e do CEPE. Demonstra-se ao oficial que ele desfruta de privilégios e da *confiança* da instituição, enquanto ele observar a *lealdade* aos seus compromissos, a *noção de dever* para com a instituição e o cuidado no uso de saberes restritos que lhe são destinados<sup>36</sup> .

Os *saberes restritos* próprios da dimensão do *Sigilo*, são inerentes apenas aos cursos regulares da EGN e operam os *saberes especiais*: os “conhecimentos perigosos” e os “saberes secretos”. Os *perigosos* são aqueles que representam mais risco para os que os manipulam. Ao ter acesso ao “arquivo sigiloso”, o oficial pode estar assumindo um grau de responsabilidade maior do que pode sustentar, pois às vezes não reconhece o grau de segredo envolvido na fonte <sup>37</sup>. Os “saberes secretos” – e não

35 Lidel Hart disse com muita propriedade que os soldados se preparam hoje para as guerras de amanhã com as táticas de ontem (HART, Sir Basil Lidel *Estratégia* , RJ, Bibleix, 1980). Em outros termos, aplicamos conhecimentos mais por aproximação que por adequação

36 Cf. ETZIONI, Amitai *The Moral dimension: Toward a New Economics*. New York, Free Press, 1988.

37 Na Escola de Guerra Naval, as fontes do arquivo sigiloso são marcadas apenas como “Documento Reservado”, não se obtendo informação instantânea do grau de sigilo envolvido no documento. Isso se justifica, talvez, pelo fato de que os encarregados das “chaves” do arquivo são subalternos . Ao obter acesso, inadvertidamente, é claro, a uma

menos importantes – são simplesmente os reservados da maioria, mas que não são necessariamente perigosos, pois o agente que os manipula também experimenta seus graus de segredo. O acesso a esses saberes não se limita pela patente ou cargo na Marinha, mas por uma classificação prévia relacionada à construção do *Sigilo*. Um Capitão-de-Corveta do C-EMOS pode receber uma credencial de acesso *secreto* para consultar o arquivo sigiloso, enquanto um Capitão-de-Mar-e-Guerra aluno do C-PEM pode não receber a mesma credencial, apesar de todos os alunos deste curso ter a possibilidade de receber uma credencial maior, de acesso *ultrassecreto*. As propriedades do “dever” e “lealdade”, observadas ao exercício *profissional* e no da vida acadêmica da EGN entram como categorias que avaliam a Responsabilidade dos agentes.

Ao constituir “*os alunos em elite*” na forma de um “*grupo separado e, assim, em elite socialmente estabelecida*”, o Curso de Política e Estratégia fecha o ciclo da consagração<sup>38</sup>. O *valor pessoal* passa a ser o exercício de habilidades próprias do que se quer do Comando, da chefia-de-estado: *a criatividade, o autodidatismo, a mobilidade em campos diversos de conhecimento, o poder de decidir*. A ênfase da formação da EGN nesta etapa recai na construção de cenários (pelo treinamento de exercícios hipotéticos), na capacidade de se instruir (trabalhos individuais), e lidar com múltiplas referências de enfoques e palestrantes. O Rigor perde sua dimensão acumulada, passando a ser apenas um *pressuposto* na seleção dos *eleitos*. Assume uma dimensão aplicada que é o requisito básico para construir um *saber avançado*; um saber que cria e não apenas repete – e que distingue *uns dos outros*.

Desse modo “*a distinção publicamente instituída*” seleciona os *eleitos* e “*os volta para as práticas impostas pelo sentimento da diferença*” - práticas que “*tendem a reforçar a diferença*”<sup>39</sup>.

## CONCLUSÃO

A EGN acaba por praticar um ritual que consagra aqueles que combinam a *melhor origem* (os *eleitos* do quadro principal, os “de Escola”), o *melhor desempenho* (síntese entre os *valor de desempenho e pessoal*), e estejam *melhor situados (valor relacional)* nos requisitos *morais, éticos e corporativos* da Marinha. Cabe ressaltar que o valor relacional é apenas identificado pelo pesquisador

---

dessas fontes, fui surpreendido por um aluno Capitão-de-Corveta que relatou o fato imediatamente ao encarregado da biblioteca recolhendo o documento e as cópias. Mais tarde descobriu-se que o documento foi classificado “indeviadamente”.

38 Cf. BOURDIEU, *La Noblesse d'État*, 1989: p. 257

39 Cf. BOURDIEU (1989, p. 257-8)

em entrevistas, ou através da observação das listas de sobrenomes dos oficiais do alto escalão. Ele não consta de qualquer regulamento ou documento escrito, e nem aparece nas regras das comissões incumbidas de promover os oficiais, nem nos julgamentos e avaliações formais da Marinha. Contudo, ninguém, extraoficialmente, negaria o peso do parentesco ou das relações de amizade e confiança desenvolvidas ao longo da carreira do oficial. Igualmente pesam os fatores normativos apontados por Amitai Etzioni como a dimensão moral da organização<sup>40</sup>. Este trabalho constata a importância do valor relacional na carreira burocrática da Marinha, e deixa para futuras pesquisas a análise de seu peso efetivo ao lado dos valores de desempenho e pessoal.

O segundo estudo de Bourdieu (*A Nobreza de Estado*)<sup>41</sup>, serviu de auxílio a este trabalho no sentido de estabelecer uma *identificação do processo de produção* dessa elite naval. Estudando a Escola de Guerra Naval como uma *escola de elites* pode-se percebê-la como o *elo do ato de instituir* não apenas estrato superior – portanto um fragmento – como também, mas também esclarecer os termos do *monopólio dos símbolos de consagração* dessa elite.

Bourdieu trata neste trabalho das grandes escolas que formam a elite da administração francesa. As *escolas de elite* são essas organizações que empreendem *rituais de instituição*, “conferindo à esta palavra o sentido ativo que assume, por exemplo, na expressão ‘instituição de um herdeiro’”<sup>42</sup>, assim *consagrar* um conjunto sistemático de *rituais de instituição*. Através deles procuram acumular um determinado *capital* necessário à *legitimação* de uma classe de indivíduos, de um segmento social, *num ritual de separação próprio*. Essa legitimação se faz por *atos de consagração escolares* dentro de um aparato institucional. Tais *atos de consagração* têm duas propriedades complementares entre si. Ao mesmo tempo, legitimam produtores ou monopolistas desse *capital simbólico*, e os escolhidos para recebê-lo e perpetuar o *ciclo*. Esses rituais visam a *disciplinar os espíritos* – praticar uma *conversão* desse “*corpo de eleitos*” – *imprimindo-lhes conduta* certa para lidar com esse *capital próprio*. *Consagra-se o ritual da instituição* que os produz, e a todos aqueles que se servem desse mesmo *rito, congregando-os* num espírito especial – o *esprit de corps*<sup>43</sup>.

Essas *escolas de elite*, não o são apenas por praticarem este tipo de ritual, mas por que elas mesmas são a expressão social de um *ritual de sucesso*, ao consolidarem o processo em que a

40 Cf. ETZIONI, Amitai *The Moral dimension: Toward a New Economics*. New York, Free Press, 1988; cap. 1.

41 Tradução livre de PIERRE BOURDIEU, *La Noblesse d'État*, Paris, Galimard, 1989.

42 Cf. BOURDIEU *A Economia das Trocas Simbólicas*, SP, EDUSP, 1996: p. 97.

43 “*Esse ‘espírito de corpo’ é a condição de constituição do capital social, esse recurso coletivamente possuído que permite, a cada um dos membros do grupo integrado, participar do capital individualmente possuído por todos os outros*”. Cf. BOURDIEU, *La Noblesse d'État*, 1989, op. cit. p. 258 - grifos do autor.

instituição também confirma sua *excelência* pela excelência de sua *clientela* <sup>44</sup>. Instala-se um “*ciclo virtuoso*” de consagração *legitimado pelo sistema*, garantindo-se a apropriação e o domínio desse *capital simbólico* pela instituição de seus *eleitos*. Assim como afirmou Bourdieu para as grandes escolas francesas, empregam eficientemente “*os atos escolares de consagração*”, porque são também reconhecidas como *instrumentos consagradores* por aqueles que a elas *se convertem*. Afinal, esses rituais “*são tão eficientes por que eles se aplicam quase que sempre apenas a convertidos*” <sup>45</sup>. E “*os eleitos*” - e *convertidos* - “*trazem também sua contribuição a uma cooptação*” ao elegerem também seus eleitores “*pelo fato de oferecerem a sua escolha*” <sup>46</sup>.

De outro lado, é preciso que a *grande escola* “*propugne*” eficientemente sua capacidade de realizar um *ethos* social – ser *legitimada* fora de seus *muros*. Para que os que buscam a condição de *eleitos* compreendam esse *ciclo* como válido socialmente, a conversão deve começar no *ato de escolha* da instituição, confirmada na adesão – e antes mesmo do ingresso e da própria seleção daqueles que serão *disciplinados*. Desde as escolas *preliminares*, os agentes são *separados* e preparados para as *escolas superiores*, levando consigo *toda a sua formação* que os *distingue* em sua trajetória acadêmica e *profissional*, e que os *separara* dos demais *eleitos*. O *poder simbólico* está, dessa forma, *especialmente* delimitado. Nesse sentido, uma instituição serve como demarcação de um *campo social de poder*, ao criar espaços sociais *ascéticos de saber*, de *sábios* e *aprendizes* – os legítimos possuidores ou proprietários *de um capital social determinado*.

## REFERÊNCIAS

- CASTRO, Celso O Espírito Militar: Um Estudo de Antropologia Social na AMAN. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1990.
- BOURDIEU, Pierre *A Economia das Trocas Simbólicas*, SP, EDUSP, 1996.
- \_\_\_\_\_ *La Noblesse d'État*, 1989.
- BRASIL PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DEC. 7.679/2012 (DECRETO DO EXECUTIVO) 14/02/2012

---

<sup>44</sup> “*A convicção de estar predestinado que produzem ou reforçam os veredictus escolares, freqüentemente anunciados na linguagem do ‘dom’ e que contribuem grandemente para determinar as ‘vocações’, é uma das vias através das quais se cumprem as predições da instituição*” ( Cf. BOURDIEU, *La Noblesse d'État*, 1989: op. cit. p. 33 ).

<sup>45</sup> Cf. BOURDIEU, *La Noblesse d'État*, 1989: p. 149-50.

<sup>46</sup> Ibid. 1989, p. 197.

- BRASIL. **Lei Complementar n. 69, de 23 de julho de 1991**. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Brasília, DF: Presidência da República, 1991. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp69.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp69.htm)>. Acesso em: 2 abr. 2013.), e art. 4º do Decreto n.º 967, de 29 de outubro de 1993 (BRASIL. **Decreto n. 967, de 29 de outubro de 1993**. Estabelece a Estrutura Básica da Organização do Ministério da Marinha. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1993. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1993/decreto-967-29-outubro-1993-449345-norma-pe.html>>. Acesso em: 22 mar. 2013.).
- BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Marinha. **Portaria n. 314/MB**, de 10 de dezembro de 2007. Plano de Carreira de Oficiais da Marinha do Brasil. 1. ed. 8. rev. Brasília, DF, 2007a. p. 102.
- BRASIL Regulamento da EGN, 1992.
- BRASIL Regulamento da EGN, 1992.
- BRASIL EGN, Boletim de Oficiais Corpos e Quadros de Marinha (B.O.Q.C.M), 1995 .
- BRASIL Ministério da Defesa , Comando da Marinha Plano e Carreira de Oficiais da Marinha (PCOM), 2011.
- ETZIONI, Amitai *The Moral dimension: Toward a New Economics*.New York, Free Press, 1988
- GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- HART, Sir Basil Lidel *Estratégia* , RJ, Bibliex, 1980..
- MARINHO *A Formação Diversificada na Escola Naval* Monografia apresentada ao C-PEM.RJ, EGN, 1995
- PROENÇA Jr. *O Básico D Estratégia Militar* , Curso apresentado ao III. Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, BNDE, 14 de outubro de 1996
- ROUQUIÉ, Alain. **O estado militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Record, 1985

- SILVEIRA, Claudio de Carvalho *A Formação dos Oficiais da Marinha do Brasil: Educação, Profissão e Pensamento Estratégico* Tese de Doutorado, UNICAMP, Campinas, SP, 2001.
- VIANNA, Antonio Didier *Competitividade e a Indústria Brasileira : Por que o Brasil não é Competitivo?* RJ, Ed. Jagatirica Digital, 2013. <http://www.amazon.com/Competitividade-Ind%C3%BAstria-Brasileira-competitivo-Portuguese-ebook/dp/B00DPV388W-acesso> em 23 de março de 2013.
- VLAHOS, Michael “*Wargaming, The Enforcer of Strategic Realism: 1919-1942*” In *Naval War College Review* 39, Navy War College, Rodh Island, p. 17, No.2, mar-abril, 1986 .



# A REVOLUÇÃO FARROUPILHA: O MASSACRE DE CERRO DOS PORONGOS<sup>1</sup>

Kárita Gill Sinotti, Leonardo Betemps Kontz e Odilon Leston Júnior<sup>2</sup>

## Resumo

O estudo apresenta uma análise sobre um episódio da Revolução Farroupilha, no Período Regencial brasileiro, contemporâneo de outras revoltas que aconteceram, como a Cabanagem no Pará, Revolta dos Malês na Bahia, Balaiada no Maranhão, entre outras e mostrando como foram tratadas e resolvidas pelo governo central. Mais especificamente, tratamos da Revolução Farroupilha que aconteceu no atual estado do Rio Grande do Sul, entre 1835 e 1845, e em especial os acontecimentos e motivos da Batalha do Cerro dos Porongos, de 14 de novembro de 1844, onde ocorreu a chacina dos negros que serviam ao exército farroupilha gaúcho. Analisamos alguns dos mais renomados autores e suas obras referentes ao tema, mostrando documentos que possibilitaram uma leitura crítica sobre se houve ou não conluio entre o general David Canabarro e o então barão de Caxias para que houvesse a Batalha do Cerro dos Porongos. Vemos também a importância desta batalha para o final da guerra civil gaúcha.

**Palavras-Chave:** Revolução Farroupilha, Porongos, Negros, David Canabarro.

## Abstract

The study that presents an analysis on an episode of the Farroupilha Revolution, in the Brazilian Regency Period, contemporary of other riots that happened, like Cabanagem in Para, Malês riot in Bahia, Balaiada in Maranhão, among others, and showing how they were treated and resolved by the central government. More specifically, we treat the Farroupilha Revolution that happened in the current state of Rio Grande do Sul, between 1835 and 1845, and in particular the events and motives of the Cerro of Porongos battle that happened at November, 14 of 1844, where occurred the black slaughters who served the Farroupilha army. We analyze some of the most renowned authors and their

<sup>1</sup> Publicado originalmente na Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, n. 27 (enero-marzo 2015). En línea: <http://www.eumed.net/rev/ccss/2015/01/porongos.html>

<sup>2</sup> Universidade Federal de Pelotas E-mail para contato: leonardobetemps@hotmail.com

works on the subject, showing documents that made possible a critical reading of whether or not there was conspiracy between General David Canabarro and the Baron of Caxias, for there was the Cerro Porongos battle. We also see the importance of this battle to the end of gaucho civil war.

**Keywords:** Farroupilha Revolution, Porongos, Blacks, David Canabarro.

## INTRODUÇÃO

O artigo analisa o conturbado Período Regencial, retratando um dos acontecimentos mais controversos eventos da Revolução Farroupilha e como ele propiciou o final da guerra civil, que por quase dez anos tomou conta da então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Na primeira parte, passaremos a análise da historiografia, mostrando como destacados autores: Alfredo Varela em “História da Grande Revolução”, Walter Spalding em “A Revolução Farroupilha”, Henrique Oscar Wiedersphan em “O Convênio de Ponche Verde”, Dante de Laytano na “História da República Rio-Grandense”, Morivalde Calvet Fagundes em “História da Revolução Farroupilha”, José Plínio Fachel em “Gente de Guerra e Fronteira”, Moacyr Flores em “República Rio-Grandense: Realidade e Utopia” e “Negros na Revolução Farroupilha: traição em Porongos e farsa em Ponche Verde”. Veremos como estes autores se posicionaram sobre o tema, suas considerações e fatos apresentados.

Na segunda e última parte, baseados no período histórico em que se encontravam, na bibliografia disponível e nos documentos estudados, faremos o fechamento do trabalho de como se deu a Batalha no Cerro de Porongos, se houve ou não Traição por parte do general David Canabarro e como estes acontecimentos influenciaram o final da Revolução Farroupilha e a chamada “Paz de Ponche Verde”

## A CONJUNTURA DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA

O período regencial é marcado por uma série de reformas na forma de conduzir o Brasil, foi um dos mais agitados da nossa história, a elite imperial tentava garantir a unidade territorial do Brasil, manter a ordem interna, não romper com as elites nacionais e ainda aplicar uma forma liberal de governo. Entre as classes e grupos dominantes não havia um ponto comum, sobre como deveria

funcionar o governo de um modo mais conveniente a todos. O papel do Estado não estava exatamente definido, tinha que defender os interesses gerais dominantes, mas para isso precisava sacrificar os interesses de um setor social específico, como por exemplo, os pecuaristas gaúchos.

Dentro do grupo dos moderados havia posições diferentes, como a dos “exaltados” ou “farroupilhas”, e contrários a eles estavam os “absolutistas” ou “caramurus”. Os exaltados defendiam uma efetiva autonomia das províncias e as liberdades individuais alguns deles eram republicanos, como Cipriano Barata e Borges da Fonseca. Os absolutistas eram em grande parte portugueses com cargos burocráticos, membros do exército e altos comerciantes, a princípio defendiam o retorno de D. Pedro I ao trono, e formaram, depois, o partido conservador.

As reformas promovidas pelos regentes concentravam e ampliavam o poder do governo central, o que ia de encontro ao desejo das elites provinciais que clamavam por maior autonomia. Desde 1828 a autonomia municipal diminui e as câmaras perdem poder, assim como os juizes de paz.

Ora, o exercício do poder público por autoridades designadas pelos presidentes de províncias, ou seja, pelo governo central – em detrimento das autoridades locais escolhidas pelos proprietários, eleitores qualificados da região –, afigurou-se como uma ameaça à ordem privada, isto é, à ordem em geral. (ALENCASTRO; 1998: 17)

O exército, no começo do período regencial, era mal organizado e visto com desconfiança pelo governo e formado em grande número por oficiais portugueses. Seu problema maior estava não nos oficiais portugueses, mas na sua base, formada por gente insatisfeita, mal paga que podia a qualquer momento aliar-se ao povo nas rebeliões urbanas. Para resolver tal problema, ou dar maior segurança à ordem pública o governo em agosto de 1831 criou a Guarda Nacional que substituiu as antigas milícias.

A Guarda Nacional deveria ser formada por cidadãos confiáveis e era sua função manter a ordem nos municípios onde fosse formada, em algumas ocasiões era chamada para enfrentar rebeliões fora do município e proteger as fronteiras do Brasil, nesses casos era subordinada ao exército. O comando da Guarda Nacional coube ao Padre Diogo Feijó que ficou conhecido como o defensor da ordem pública.

Compunham obrigatoriamente a Guarda Nacional, como regra geral. Todos os cidadãos com direito a voto nas eleições primárias que tivessem entre 21 e 60 anos. O alistamento obrigatório para a Guarda Nacional desfalcou os quadros do exército pois quem pertencesse à primeira ficava

dispensado de servir no segundo. (FAUSTO; 2008: 164)

Em agosto de 1834, o governo lançou o Ato Adicional, que tentava conciliar os interesses das três facções políticas. O Ato Adicional criou as Assembléias Provinciais, extinguiu o Conselho de Estado, concedeu autonomia às províncias e substituiu a Regência Trina pela Regência Una e eletiva.

Enquanto as rebeliões agitavam o país, as tendências políticas no centro dirigente iam se definindo. Apareciam em germe os dois grandes partidos imperiais – o Conservador e o Liberal. Os conservadores reuniam magistrados, burocratas, uma parte dos proprietários rurais, especialmente do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, e os grandes comerciantes, entre os quais muitos portugueses. Os liberais agrupavam a pequena classe média urbana, alguns padres e proprietários rurais de áreas menos tradicionais, sobretudo São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul. (FAUSTO; 2008: 171)

Nas eleições realizadas em 1835 para regente o Padre Diogo Feijó, candidato dos moderados, foi eleito, mas renunciou pouco mais de dois anos depois. Foi acusado de não conseguir reprimir de modo eficiente as rebeliões que eclodiram pelo Brasil. Com a renúncia de Feijó assume como regente Araújo Lima, que começa um regresso à centralização política e ao reforço da autoridade. A retirada de algumas das atribuições das províncias foi uma das primeiras leis aplicadas na Regência de Araújo Lima.

## ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA DE PORONGOS

Neste capítulo passaremos a analisar o posicionamento dos mais destacados e controversos autores que estudaram sobre o polêmico episódio do Cerro dos Porongos.

Alfredo Varela em “História da Grande Revolução” disse que em certa altura da Revolução imperava a vontade de um homem, Canabarro, Beco Jardim que também fazia parte da “minoria” o descreveu como “não violento”, mas um homem “creador” e lhe atribui toda a culpa pela traição em Porongos.

Não sendo a separação da província, (advertiu) podiam pedir o que quisessem, pois tinha poder para tratar e que só por preencher formalidades se mandaria um enviado à Corte. (VARELA, 1933: 228)

O generalíssimo teria sido notificado que Caxias combinara que as ações militares seriam apenas para constar porque não podia parar sem que a paz estivesse feita, assim Bento Gonçalves foi

negociar com Caxias, tirando melhor proveito possível de uma situação já quase perdida.

Procuraria zeloso preservar do programa radicalismo de 1832 e 1835, senão a idéia matriz, o que nele, para todos os filhos do sul, era a idéia prima irmã dessa. [...] Na sua proposta Bento Gonçalves restabeleceu a negociação nos termos que a mesma se iniciara em, 1841, com a mediação de Revela; termos a que o caudilho depois fugiu, dando, com falsia, responsabilidade da iniciativa a Paulino da Fontoura. (VARELA, 1933: 231)

Bento procurou saber se o governo imperial reconheceria as dívidas internas e externas do Estado, garantiria a liberdade dos libertos que pegaram em armas e aos oficiais, Caxias respondeu que aceitava a proposta e já a enviaria para a Corte. Porém a minoria não queria que Bento Gonçalves fosse o grande responsável pela paz e após intrigas, ele produz um relatório oral e escrito sobre sua conversa com Caxias, o apresenta ao governo farrapo e se retira das negociações e da política.

Vêde com que nobreza, com que fidalguia, se declara o heroe continentista: “Quanto a mim, cumpre-me declarar a V. ex.<sup>a</sup> que dedicando-me todo a libertar nossa Pátria e sustentando nossa Independência, protesto não abandonar a nossa causa, enquanto tiver companheiros que a isto se dediquem. Mas, destituído de seguir caprichos, respeitarei sempre qualquer deliberação que tome a maioria do Povo e Tropa, submetendo-me, embora seja contra a minha opinião individual; pois não quero que se formos infortunados, se diga que por um capricho, concorri a infelicidade de meus Patrícios”. (VARELA, 1933: 236)

Especificamente sobre Porongos, Varela conta detalhadamente o processo da marcha que levou Moringue ao acampamento farrapo em novembro de 1844, foi cuidadoso envolvendo em trapos os freios e demais adereços metálicos da gente montada para que não fossem percebidos “no silêncio espaçoso da noite campeira”. Não foi de todo afirmam depoimentos: uma partida farrapa havia notificado Canabarro a tempo, que Moringue estava a caminho, porém ele não deu ouvidos ao aviso.

O lugar segundo Varela era uma desordem, em nada se parecia com um campo de gente de guerra na hora do ataque se via desordem, medo e pânico. Canabarro no momento do ataque de moringue estava recolhido à sua barraca junto com Papagaia.

Incansável a sua vigilância, parecia impossível apanhá-lo desprevenido, e foi, essa, “a primeira surpresa” em sua já larga vida militar, segundo afirma o próprio barão [...]

Caxias diz que David se escapou salvo e livre, “por não ser conhecido nos indecentes trajes

em que se achava”. A palavra sublinhada assim está no sobredito papel. (VARELA,1933: 247)

Neto e outros estranharam o acontecido no Cerro dos Porongos, para ele pareceu um “complexo de inexplicáveis sucessos” Canabarro haveria sido avisado da possibilidade do ataque e nada fez a respeito. O prejuízo às forças farroupilhas foi desastroso; perderam cavalos, peças de artilharia, munições, arreios e claro homens.

“Mandados permanecer nos lugares em que foram surpreendido e mortos, um grito uníssono de traição se fez ouvir em toda a campanha”, e parece que esta circunstância induziu Chico Pedro a obra infernal que há poucos anos ficou patente. Com a intriga, a calúnia tinham ido abaixo os ídolos da religião farrapa [...] David e Lucas, e contra eles afiou as setas de sua insídia o astucioso legalista. Mui oculto forjou o documento, com a suposta assinatura de Caxias, em que lhe dava instruções para o golpe de Porongos, ataque arruinativo, que não seria o efeito de uma vera surpresa e sim de um desleal concerto entre o ganhador de fácil vitória e dois traidores da boa causa. (VARELA,1933: 498)

Varela aponta que segundo Apollinario Portoalegre, estava convicto da traição em Porongos, foi contestado por Alfredo Rodrigues, replicou, treplicou. Luiz Gomes, importante homem da legalidade e amigo de Varela, já doente pediu ao filho:

“Diz ao dr. Varela que o Canabarro era incapaz de proceder assim”. Impressionadíssimo com a leitura daquele opúsculo e também com o fidalgo rasgo de Luiz Gomes, voltei ao exame dos papéis de Almeida, que tanto contribuiram para infundir em mim a suspeita. [...] Foram, no entanto, as cópias de suas cartas, em eterna pesquisa da verdade, [...] que me deram a quase convicção de que David era um criminoso, ficando eu capacitadíssimo de tal, depois de ouvir 4 contemporâneos insuspeitos, [...] José Custódio Alves de Sousa, Manuel Alves da Silva Caldeira, João Amado e José Gomes Jardim, Beco de alcunha. (VARELA,1933: 499-500)

Todos eles condenando Canabarro, sendo que foi Gomes Jardim, que pertencia ao círculo da minoria, quem acabou com as dúvidas de Varela. Gomes Jardim tinha uma das opiniões mais favoráveis sobre o caudilho, ainda assim sobre o evento de Porongos fazia declarações bastante acusadoras.

No entanto, afirmava “não acreditar que Canabarro se vendesse. Acreditava que querendo este a todo transe fazer a paz, decidira desfazer-se daqueles que se opunham. Provam-no essas operações (addiu) que ele determinou, dividindo e enfraquecendo as forças”, etc. “Até hoje brigariam, se não fosse a traição. (VARELA,1933: 500)

Walter Spalding em “A Revolução Farrroupilha”, deixa claro sua posição contrária a traição, diz que a “surpresa de Porongos foi o maior desastre de todo o período revolucionário. Segundo ele Neto, Canabarro, João Antônio da Fontoura entre outros estavam acampados aguardando para seguir marcha evitando confrontos com os imperiais, já que as negociações de paz haviam começado, mas não havia suspensão de armas, Canabarro procurava evitar a luta e esperava que os imperiais fizessem o mesmo. Caxias e Bento Manoel pensavam como Canabarro, mas Moringue sedento por glórias não compartilhava dessas idéias e não dava folga aos Farrapos.

Spalding comenta que o evento de Porongos não pode ser considerado como um combate, mas foi de sérias conseqüências para a República, segundo ele, por Canabarro o destino da Revolução seria resolvido através das armas, não fosse pela intervenção de outros o Tratado de Paz fracassaria. Canabarro teria ficado mais furioso com a armação de Moringue do que com a “surpresa” em Porongos.

Para se ver que tudo aquilo era trama infernal do coronel Moringue, bastaria aquela frase de Caxias: “É sem dúvida a primeira vez que David Canabarro é surpreendido, o que até agora parecis impossível pela sua incansável vigilância”. E dizemos bastaria, porque o caráter nobre e generoso do grande cabo-de-guerra do Brasil não se exporia jamais ao ridículo, dizendo de Canabarro o que disse, porque um dos traços mais distinguidos do ilustre barão era a veracidade e a sinceridade. (SPALDING,1939: 72)

Canabarro jamais teria perdoado Moringue e não admitia que se falasse nele em sua presença, durante a Guerra do Paraguai quase saiu briga, quando num conselho de oficiais Moringue mencionou o evento de Porongos.

Canabarro foi um grande e nobre guerrilheiro. Teve fraquezas, como seu enfeitiçamento por “Papagaia”, que o deixou como que inerte. Mas dessas e de outras se redimiou. De sua capacidade militar deu inúmeras mostras e provou-a a saciedade, quase por completo, a Chico Pedro, na tremenda guerra contra o ditador paraguaio Solano López. (SPALDING,1939: 73)

Especificamente quando trata do evento de Porongos se refere a ele sempre como a “Surpresa de Porongos” relata que dia 14 de novembro as forças farroupilhas foram surpreendidas por Moringue, e sob o comando de Canabarro e junto as tropas deste, encontravam-se os cavalarianos de Neto e os centauros de João Antônio da Silveira. Spalding conta como Moringue, em suas memórias, descreve a “surpresa”.

[...] certo pelos seus bombeiros da posição do exército do general David Canabarro e dos

demais generais rebeldes Neto e João Antônio, se encaminhou a batê-los da seguinte forma, no dia 10 de novembro de 1844 o coronel Abreu com a força de 1170 praças [...] Consegui em 4 noites de marchas forçadas na madrugada do dia 14 de novembro nos campos do Arroio Grande e Cerro dos Porongos, bater o general-em-chefe David Canabarro, e mais os dois ditos generais Neto e João Antônio, e outros oficiais superiores da rebeldia com uma força de mais de 1200 homens, tomando-lhe o estandarte da República, toda a bagagem, todo o armamento de infantaria e muitos de cavalaria, toda a munição de guerra, e mais de 1000 cavalos, destes 500 arreados, ficando o campo estivado com mais de 100 mortos e entre eles alguns oficiais, além dos mortos e feridos mais de 300 prisioneiros, e entre eles o ministro da fazenda alheia Viana e o coronel Rolão e 33 oficiais, escapando-se Canabarro e 2 generais por bem montados e os cavalos das forças legais estarem abombados das violentas marchas de noite e embocadas de dia; da legalidade só feridos de cavalaria e algumas contusões. (SPALDING, 1939: 217-218)

Spalding fala que Moringue não diz nada no texto acima sobre a “carta falsa” que escreveu posteriormente para desmoralizar Canabarro.

Henrique Oscar Wiedersphan em “O Convênio de Ponche Verde”, é contrário a tese de traição de Canabarro, o autor trata o acontecido no Cerro dos Porongos como uma surpresa, teriam as forças farroupilhas sido inesperadamente atacadas pelo exército de Moringue sem ter tempo, nem condição de resistir.

Planejada e executada de acordo com o comando-em-chefe imperial, a surpresa fora facilitada pela displicência como Canabarro se comportara, descuidando muito das medidas de segurança, apesar das advertências de Neto, às quais fizera ouvidos moucos (WIEDERSPHAN, 1980: 67)

Canabarro estaria mais preocupado com um possível enfrentamento com o força imperial do Tenente coronel Francisco Felix da Fonseca Pereira Pinto. Assim Caxias teria cercado os farroupilhas pelo lado de Bagé caso Canabarro, avisado a tempo, tentasse fugir ou partir para o combate. Não havia Caxias concedido nenhuma suspensão de armas.

Moringue vinha à frente do 8º batalhão de caçadores e de três corpos de cavalaria da Guarda Nacional, aproximadamente 1170 homens, tomou no caminho as providências para que sua marcha não fosse notada. Mesmo tendo uma partida republicana se encontrado e trocado tiros com uma pequena vanguarda do Tenente Fidélis em 11 de novembro, Canabarro não deu importância ao fato e cedeu 300 homens ao Portinho. Assim ficou no acampamento de Porongos com cerca de 700.

Wiedersphan mostra um texto de Othelo rosa onde este comenta que embora não houvesse nada oficial o evento de Porongos ocorreu em um armistício implícito.

A respeito desta surpresa em Porongos há uma série de coincidências que chegariam a atingir Canabarro, ao ponto de suscitarem sérias suspeitas de haver sido a mesma executada em conluio dele com o Barão de Caxias e até com Antônio Vicente da Fontoura, embora se tenha posteriormente conseguido desfazer tais suspeitas de modo cabal e definitivo. (WIEDERSPHAN, 1980: 70)

O autor diz que o ofício onde Caxias dava a Moringue notícia que poderia atacar, pois Canabarro não oferecia resistência, não passou de um golpe de Moringue para desmoralizar Canabarro. Estratégia de um plano de guerra psicológica para enfraquecer os farroupilhas.

Dante de Laytano na “História da República Rio-Grandense”, não chega nem a defender a não traição de David Canabarro, quase não toca no assunto, quando cita os generais da República, especificamente David Canabarro, não se refere ao evento de Porongos e quando trata dos negros rio-grandenses, não faz qualquer menção ao massacre, mas comenta que foram libertos e que através do Tratado de Paz, a monarquia reconheceu esta emancipação.

Combate de Porongos – Chico Pedro, Fidelis Pais e Manduca Rodrigues, com suas colunas legalistas, se atiraram, em Porongos de surpresa sobre os revolucionários. Teixeira, com o 4º Regimento de Linha, tentou defender-se do ataque.

Esse combate de 14 de novembro, em Porongos, significou uma derrota dos republicanos (LAYTANO,1983: 127)

Morivalde Calvet Fagundes em “História da Revolução Farroupilha”, dedica um capítulo ao Canabarro e seus amores onde conta que era rude na aparência, mas excelente de coração, enaltece sua carreira militar e comenta que só tomou parte da Revolução Farroupilha após a proclamação da República.

Um capítulo é destinado à pergunta: Houve traição em Porongos?

Na madrugada de 14 de novembro, segundo Fagundes, enquanto Canabarro estava descuidado e confiante, pela primeira vez em sua carreira, foi pego de surpresa. O pânico tomou conta do acampamento causando uma fuga desordenada a pé ou à cavalo, em pêlo. Ao lado de Canabarro estavam Neto e João Antônio e cerca de 1.000 homens. Segundo os relatos oficiais dos imperiais, ficaram no campo, 100 mortos, 14 feridos graves, 333 prisioneiros, entre eles 35 oficiais e o ministro da fazenda José Francisco Vaz Viana. Foi deixado pra traz um grande despojo; bagagens, armamentos

e munição de infantaria e cavalaria, mais de 1.000 cavalos e o arquivo completo de Canabarro.

Canabarro teria escapado ileso porque não foi reconhecido nos indecentes trajes que se encontrava e segundo o Barão de Caxias teria sido essa a primeira surpresa em sua longa carreira militar.

Já houve quem quisesse atribuir a Canabarro uma mancomunação com Caxias, para acabar de uma vez com a revolução. [...]

A respeito, Souza Doca, em suas notas à obra do marechal Luiz Manuel de Lima e Silva, tio do Duque de Caxias, intitulada Guerra com as províncias unidas do Rio da Prata, assim se manifesta:

Foi David Canabarro um dos maiores servidores da República rio-grandense. Exerceu com brilhantismo o comando em chefe do Exército Farroupilha, reunindo, por essa ocasião, todos os poderes em suas mãos. Foi de uma honestidade a toda prova. [...]

Entretanto, mesmo entre seus companheiros e contemporâneos, a atitude de Canabarro deixou dúvidas, [...] Almeida muitos anos depois, ainda se perguntava: Fomos ou não Traídos. (FAGUNDES, 1984: 374)

Gomes Jardim teria dito que não acreditava que Canabarro se vendesse, mas sim que querendo a todo custo a paz resolveu se desfazer dos que à ela se opunham. O capitão Felisberto Cândido Pinto Bandeira, divergia de Gomes Jardim apenas num ponto, a maioria não queria a paz, Canabarro teria se deixado derrotar em Porongos para obter com a paz fortuna e posição, já que era muito ambicioso de dinheiro.

David Canabarro ocupava o território designado pelo barão de Caxias, até ser atacado por Francisco Pedro de Abreu, em Porongos, onde a infantaria republicana, formada por negros, foi dizimada, porque, na véspera, David Canabarro ordenara que lhe tirassem o cartuchame.

[...] circulou uma cópia de instruções dadas pelo Barão de Caxias a Francisco Pedro de Abreu, o Moringue, onde constava que a infantaria farroupilha estaria desarmada. Os soldados imperiais deveriam massacrar os negros, poupando apenas os índios e brancos, que poderiam ser úteis no futuro, bem como pôr a salvo a bagagem de Canabarro. (FAGUNDES, 1984: 375)

José Plínio Fachel em “Gente de Guerra e Fronteira” diz que entre os farroupilhas os interesses sociais, políticos e econômicos era diversos. Bento Manuel, mudava de lado conforme melhor se convinha, Domingos de Almeida, importante personagem republicano, quando viu a possibilidade de fim da escravidão mandou seus escravos para o Uruguai tentando evitar perda financeira e pediu

anistia ao Império tanto no início quanto no final da guerra em 1844. Havia também os mais radicais que queriam de fato a abolição e mudanças econômicas significativas como Teixeira Nunes, Amaral Ferrador e Mariano de Matos.

Estavam divididos em dois partidos, o da “Maioria”, mais radical, do qual faziam parte: Bento Gonçalves da Silva, Domingos José de Almeida, Mariano de Matos, Antonio de Souza Neto e Gomes Jardim. E o da “Minoria”, mais reformista e que buscava se reconciliar com o Império, dele faziam parte: Antonio Vicente da Fontoura, Francisco Ferreira Jardim Brasão, Martins da Silveira Lemos, Onofre Pires, Paulino da Fontoura, João Antonio de Oliveira e David Canabarro.

Os dois grupos tinham visões diferentes sobre os rumos que a nova república deveria tomar, o primeiro propunha o fim da escravidão, criticava a monarquia e a Igreja católica. O segundo era mais homogêneo, queriam manter o escravismo, defendiam o catolicismo e a reintegração da província ao Império.

Em 1842 quando o barão de Caxias assume a presidência da província e a chefia militar, os farroupilhas gaúchos estão brigando entre si (maioria versus minoria), tem início então a decadência definitiva da República.

Caxias foi espremendo as tropas rebeldes, reprimiu o apoio uruguaio aos rebeldes, seduziu a Minoria com anistias, cargos e indenizações, concentrou metade do exército e da armada brasileira no Rio Grande do Sul, negociou também com membros da Maioria, foi implacável com os lanceiros negros, investiu fortemente na compra de cavalos e mantimentos (agradando aos comerciantes) e alterou a política fiscal. Essa política dos imperiais foi muito eficiente, aprofundou a divisão entre os inimigos e cooptou novos parceiros. [...] Para o Império, por razões financeiras e estratégicas, era melhor negociar com os farroupilhas. Financeiramente gastava cerca de metade de toda a arrecadação com a guerra, era um bom negócio “indenizar” ou “comprar” a paz. (FACHEL, 2010: 13)

Em 1844 a situação estava insustentável, Vicente da Fontoura e David Canabarro estavam no poder, ambos da minoria. Começaram as negociações de paz com Caxias, sob termos diferentes dos defendidos por Bento Gonçalves. Em 14 novembro de 1844 na batalha do Cerro de Porongos os farroupilhas são derrotados de forma decisiva. O evento ficou conhecido também como a Traição ou o Massacre de Porongos.

Canabarro negou que tivesse feito o acordo com os imperiais, afirmou que a carta era falsa,

um instrumento para dividir mais aos republicanos.

O fato é que massacraram aos lanceiros negros, desarmados por ordem de Canabarro, e que a maioria dos brancos saiu ilesa. Obviamente o próprio General saiu livre do episódio, assim como outros oficiais. O resultado da batalha mostrou incompetência militar e/ou suspeição de traição, provocando a ação de tribunais militares.

A carta poderia ser falsa, o acordo de Porongos uma intriga, mas o massacre aos negros foi real. (FACHEL,2010: 18)

Moacyr Flores em “República Rio-Grandense: Realidade e Utopia” comenta que o acontecido em Porongos provocou um desabafo indignado em Bento Gonçalves que considerou Canabarro um orgulhoso. Bento já imaginava que uma grande derrota viria quando os 400 homens, que defendiam uma área ocupada por 1400 imperiais, foram divididos em pequenos grupos, o exército reduzido a cargueiros (mulas), não havia mais infantaria, deixaram de procurar os inimigos onde estavam e podiam ser derrotados e Canabarro ainda falava “vou sovar Caxias, vou sovar Bento Manoel e desprezo esses inimigos e mui especialmente o Moringue”.

Domingos José de Almeida ficou em dúvidas se houve traição em Porongos. Os oficiais de Canabarro recusaram-se a prestar esclarecimentos. O historiador Alfredo Ferreira Rodrigues considerou uma trama com Caxias, na qual Canabarro desarmou a infantaria que foi atacada por Francisco Pedro de Abreu. Ferreira Rodrigues defendeu Canabarro, argumentando que o ofício de Caxias, para que poupasse os brancos e índios, não prendesse Canabarro e Lucas de Oliveira, era apócrifo, criado por Francisco de Abreu para desmoralizar Canabarro, o único chefe farroupilha a lutar. Seria um plano para terminar logo a guerra. [...] No combate de Porongos morreram apenas os negros da infantaria, perto de uma centena, que acampavam isolados dos brancos. Destruía-se assim a principal força republicana, permitindo que brancos e índios fugissem. (FLORES, 2002: 437-438)

Flores trata do tema de forma mais detalhada em “Negros na Revolução Farroupilha: traição em Porongos e farsa em Ponche Verde”, neste livro o autor dedica um capítulo à “Traição em Porongos”. O autor começa o capítulo desmitificando o chamado “Tratado de Ponche Verde”, que segundo ele, não existiu o que houve de fato foi um acordo de anistia, que foi mascarado e feito acreditar pela população ser um tratado de paz para encobrir a traição em Porongos. O documento que circulou estava assinado por oficiais farrapos e foi sim enviado ao barão de Caxias, que não o assinou, portanto não existiu o tal “Tratado de Paz de Ponche Verde”.

Ulhoa ficou indignado com a proposta de Machado e não aceitou a permanência dos negros como escravos, que lhe apontou a porta de saída e ainda disse que os senhores receberiam indenização por seus escravos desde que mostrassem a devida documentação. Estes termos apresentados pelo governo imperial foram aceitos em 1845, pondo fim à guerra civil. Apenas nações soberanas firmam acordos de paz e neste caso, o Brasil não reconhecia o Rio Grande como tal, era sim uma província rebelada. Bento Gonçalves por firmar posição sobre a questão da continuidade da federação e liberdade dos negros, foi afastado das negociações por Caxias que passou a tratar com Canabarro acertando Vicente da Fontoura como emissário republicano.

Segundo Flores, a loja maçônica Humanidade e Justiça, em 1840, em Alegrete teria iniciado o tenente-coronel Joaquim Guedes da Luz, o general David Canabarro e outros com o objetivo de tratarem da paz na província.

Assim, o governo, a maçonaria, Joaquim Guedes da Luz e David Canabarro estavam motivados para estabelecerem a paz, menos o maçom Bento Gonçalves da Silva que impôs condições. A paz só veio com o pedido de anistia dos chefes farroupilhas, concedida pelo então barão de Caxias em nome do Imperador Pedro II. Os chefes farroupilhas ocultaram a concessão de anistia e a entrega dos soldados negros ao Império, com a ata do falso tratado de paz de Ponche Verde.

Em suas memórias, Manuel Alves da Silva Caldeira afirma textualmente: “Canabarro entra em negociações de paz com Caxias, e o resultado foi Canabarro entregar a República em Porongos! Ficando Caxias com a glória de pacificar o Rio Grande do Sul” (FLORES, 2010: 59)

Canabarro teria sido avisado da aproximação de Moringue, só isso já eliminaria a possibilidade de surpresa em Porongos e ainda juntando o ofício de Caxias ao cel. Moringue, ordenando o ataque ao Cerro dos Porongos deixando claro que Canabarro e Lucas de Oliveira sabiam do ataque e que havia sido combinada a entrega dos negros.

Em momento nenhum o barão de Caxias ou Canabarro disseram que a carta era falsa, acusaram ou desmentiram Moringue. Há ainda notícias que o documento era do conhecimento de várias pessoas e está ainda publicado na íntegra em “Ofícios do Barão de Caxias, 1842-45” editado pela Imprensa Militar do Rio de Janeiro.

Na ordem do dia nº 169 Caxias conta que Moringue ao atacar o acampamento de Porongos, Canabarro, Neto e João Antônio se deixaram surpreender, não apresentando a menor resistência, fugindo vergonhosamente. Os 280 homens de infantaria e 100 soldados mortos eram ex-escravos dos

imperiais recrutados pelos farroupilhas.

A reelaboração da memória do vergonhoso massacre de Porongos apresenta os lanceiros negros como sendo os únicos mortos, sem referência aos infantes que foram desarmados por ordem de Canabarro e mortos pelos soldados do coronel Abreu. Os homens no Cerro dos Porongos estavam em acampamentos separados: dos brancos, dos índios e dos negros, os imperiais atacaram especificamente o acampamento dos negros, os índios e brancos escaparam deixando arreios, armas, munições deixando os infantes desarmados enfrentar sozinhos os imperiais. Canabarro, apesar de prometer, nunca prestou esclarecimentos sobre o acontecido em Porongos. Segundo Flores, não é possível desfazer a suspeita de traidor ou de político, neste caso no sentido de ter prazer em desfazer de seus adversários e se tornar o pacificador.

Em ofício de 9.11.1844, o barão de Caxias ordenou que os prisioneiros de Porongos, fossem levados o quanto antes para Pelotas, escoltados pelo 7º Batalhão, e recolhidos à Presiganga “pois a experiência tem nos mostrado que de pouca ou nenhuma vantagem é ter com eles indulgência”. (FLORES, 2010: 65)

No seu diário Vicente da Fontoura relatou que em 02 de dezembro de 1844, enquanto esperava para embarcar para a Corte no porto de São José do Norte, 200 prisioneiros da batalha de Porongos estavam no Brigue Águia. Provavelmente ex-escravos já que somente o acampamento dos negros foi atacado por Moringue. Também escreveu que 20 prisioneiros chegaram em mais um vapor, estes da derrota de Arroio Grande onde os farrapos perderam o coronel Teixeira Nunes, comandantes dos lanceiros.

Após, a simulação do Convênio de Ponche Verde, em ofício de 4.3.1844, ao Ministro da Guerra, o barão de Caxias informou que os escravos iriam seguir para a Corte, conforme o combinado. [...]

Portando, os negros aprisionados em Porongos e em Arroio Grande seguiram como prisioneiros para o rio de Janeiro, conforme ordens recebidas pelo barão de Caxias. (FLORES, 2010: 65)

## CONCLUSÃO

A época da regência foi conturbada em todo o território nacional. O Império, além de tentar aplicar suas reformas liberais, procurava conciliar os interesses das elites provinciais e grupos nacionais, o que se tornava muito complicado devido as diferenças entre eles. Assim, alguns setores

acabaram tendo seus interesses sacrificados em prol do ideal governista, os Liberais Moderados assumiram o poder após a abdicação de D. Pedro I. Mesmo entre eles não havia unidade, estavam de um lado os “exaltados” ou “farroupilhas” e de outro os “absolutistas” ou “caramurus”.

Já na Revolução Farroupilha a articulação da revolta foi feita por membros da elite pecuarista gaúcha, eram charqueadores, estancieiros, caudilhos <sup>1</sup>. Embora tenha havido participação popular, não foram eles os idealizadores e nem estava na liderança do movimento. Os farroupilhas gaúchos estavam divididos em dois partidos, o da “Maioria” (mais radical) que contava com Bento Gonçalves, Neto, Domingos de Almeida, entre outros e o partido da “Minoria” (reconciliador) de David Canabarro, Vicente da Fontoura, Onofre Pires.

Os farroupilhas contrários às políticas de impostos e administrativa do Império buscavam maior autonomia e valorização por serviços militares prestados ao Império, entre eles havia alguns republicanos e abolicionistas.

Os negros já vinham sendo usados na guerra, mas só após a proclamação da República foi criado de fato o 1º Corpo de Lanceiros Negros que tiveram um papel fundamental para o andamento da Revolução Farroupilha e foram decisivos para o seu final.

Como vimos ao longo do trabalho a questão dos lanceiros negros foi controversa durante toda a guerra civil gaúcha, alguns como: Teixeira Nunes, Amaral Ferrador e Mariano de Matos eram verdadeiramente abolicionistas, porém grande parte da liderança dos farroupilhas era formada por homens que dependiam do braço escravo pra o trabalho e não aceitavam a possibilidade da abolição.

Quando teve início as negociações para a paz o destino dos soldados negros foi um empecilho para que o governo imperial, representado pelo barão de Caxias, e os chefes da República Rio-Grandense chegassem a um acordo. Bento Gonçalves, que de início era o negociador junto ao barão, não aceitava proposta que não garantisse a liberdade dos escravos que pegaram em armas pela República, porém Bento é afastado das negociações pelo partido da minoria.

É nesse contexto que na madrugada de 14 de novembro de 1844 no Cerro dos Porongos, que fica no atual município de Pinheiro Machado, acontece uma batalha que define o destino da República. As tropas acampadas em Porongos foram atacadas pelas forças do coronel Moringue, resultou desse ataque mais de 300 prisioneiros, apreensão de equipamentos de guerra, cavalos, arreios e documentos pessoais de Canabarro. Nesta batalha aconteceu o massacre dos soldados negros que “atrapalhavam” as negociações de paz.

Desta forma ambas as correntes historiográficas possuem argumentos plausíveis sobre a existência ou a inverossimilhança do tratado firmado entre Caxias e Canabarro.

Todavia o acúmulo de erros cometidos pelo comandante Farroupilha e a não autorização dos negros farroupilhas pertencerem às forças armadas brasileiras no término do conflito demonstram a passividade dos líderes farroupilhas com o regime escravagista brasileiro e o interesse destes comandantes em manterem seus privilégios obtidos pelo tratado de Ponche Verde.

## REFERÊNCIAS

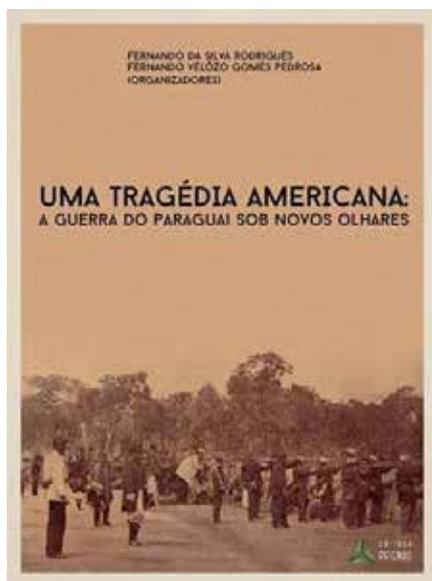
- ALENCASTRO, Luis Felipe de. Vida Privada e ordem privada no Império. In: História da Vida Privada no Brasil: Império – a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. P.11-93.
- ANDRADE, Manuel Correia de. A Guerra dos Cabanos.
- BASILE, Marcello. Revoltas regenciais na Corte: o movimento de 17 de abril de 1832. Anos 90, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p.259-298, jan./dez. 2004. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/viewFile/6358/3809>
- BITTENCOURT, Circe. Dicionário de Datas da História do Brasil. São Paulo: Contexto, 2007. Disponível em <http://books.google.com.br/>
- ESTRELA DO SUL. Alegrete, 1843. Edição fac-similada da Livraria do Globo, 1930.
- FACHEL, José Plínio Guimarães. Revolução Farroupilha. Pelotas: EGUFPEL, 2002.
- FACHEL, José Plínio Guimarães. A Revolução Farroupilha. in Gente de Guerra e Fronteira. No prelo, 2010.
- FAGUNDES, Morivalde Calvet. História da Revolução Farroupilha. 3ª ed. Caxias do Sul: EDUCS, 1989.
- FAUSTO, Boris. História do Brasil. 13ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

- FERNANDES , Juarez de Assis; Barros, Clarissa F. do Rêgo. “A Revolta dos Malês na História: uma análise sobre a resistência dos escravos e o saber histórico frente a implementação da Lei 10639/2003”, História Agora: A revista de História do Tempo Presente. Número 5. Disponível em [http://www.historiagora.com/dmdocuments/Historia5\\_A\\_Revolta\\_dos\\_Males\\_na\\_Historia.pdf](http://www.historiagora.com/dmdocuments/Historia5_A_Revolta_dos_Males_na_Historia.pdf)
- FLORES, Moacyr. Negros na Revolução Farroupilha: traição em Porongos e farsa em Ponche Verde. 2ªed. Porto Alegre: EST, 2010.
- FLORES, Moacyr. Modelo Político dos Farrapos. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1978.
- FLORES, Moacyr. República Rio-Grandense: Realidade e Utopia. Porto Alegre: EDI-PUC, 2002.
- GOLIN, Tau. Bento Gonçalves, o Herói Ladrão. Santa Maria: LGR, 1983.
- GORENDER, Jacob. A Escravidão Reabilitada. São Paulo: Ática, 1990.
- História da Vida Privada no Brasil: Império/coordenador geral da coleção Fernando A. Novais; organizador do volume Luiz Felipe Alencastro. São Paulo: companhia das Letras, 1997.
- LAYTANO, Dante de. História da República Rio-Grandense (1835-1845). 2ª ed. Porto Alegre: Sulina, 1983.
- LEMOS, Maria Teresa Toríbio Brittes et al, Violência e Movimentos Sociais: Opressão; Repressão e Resistência. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. Disponível em <http://books.google.com.br/>
- MAESTRI, Mário. O Escravo no Rio Grande do Sul: trabalho, resistência e sociedade. 3ªed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- MAURO, Frédéric. O Brasil no tempo de Dom Pedro II: 1831-1889. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- MOTTA, Flávia de Mattos. Crime e Rebeldia Escrava no Rio Grande do Sul (1820-1845).

Porto Alegre: UFRGS, 1985.

- O AMERICANO, Alegrete, 1842/3. Edição fac-similada da Livraria do Globo, 1930.
- O MENSAGEIRO. Porto Alegre, 1835/6. Edição fac-similada da Livraria do Globo, 1930.
- PADOIN, Maria Medianeira. A Revolução Farroupilha. In: História Geral do Rio Grande do Sul – Império. Passo Fundo: Méritos, 2006.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. A Revolução Farroupilha. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. História do Rio Grande do Sul. 2ª ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982.
- PICCOLO, Helga. O Processo de Independência do Brasil. In: História Geral do Rio Grande do Sul – Império. Passo Fundo: Méritos, 2006.
- REIS, João José. Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- REYNALDO, Venildo Jose Bezerra. A Revolta dos Balaios: Para Entender a Balaiada. Disponível em <http://www.webartigos.com/articles/19542/1/PARA-ENTENDER-A-BALAIADA/pagina1.html>
- SOUZA, Adriana Barreto de. Duque de Caxias: o homem por trás do monumento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- SPALDING, Walter. A Revolução Farroupilha. São Paulo: Nacional, 1939.
- VARELA, Alfredo. História da Grande Revolução. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1933.
- WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. O Convênio de Ponche Verde. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/Sulina; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1980.

# Livro em Destaque



**RODRIGUES, Fernando da Silva; PEDROSA, Fernando Velozo Gomes (Orgs.). Uma tragédia americana: a Guerra do Paraguai sob novos olhares. Editora Prisma, 2015.**

Organizado pelos professores e especialistas em História Militar: Fernando da Silva Rodrigues e Fernando Velozo Gomes Pedrosa, este livro apresenta o resultado do trabalho de pesquisadores brasileiros, argentinos, paraguaios e uruguaios, sobre variados aspectos da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), incluindo um amplo leque de temas e de abordagens, que vão desde os aspectos políticos e estratégicos da guerra, às questões das pensões devidas aos voluntários da pátria desmobilizados. Tratando também dos impactos da tecnologia, da condução das operações, do papel da imprensa na guerra, da participação de crianças nos exércitos, da iconografia e da memória.

Conforme afirmam os organizadores: “O intuito dos trabalhos foi o de preencher lacunas e superar contradições, imprecisões e mitos que ainda persistem em relação ao assunto e que dificultam a compreensão desse fato histórico comum aos quatro países vizinhos na América do Sul, que atualmente ainda buscam caminhos de integração.”

## **Ficha Técnica**

Editora: Prisma - 2015.

Título: Uma tragédia americana: a Guerra do Paraguai sob novos olhares.

---

Organizadores: Fernando da Silva Rodrigues e Fernando Velôzo Gomes Pedrosa.

ISBN: 978-85-5507-100-3

Formato: 16 x 23 cm

Páginas: 584



# I SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA MILITAR



**I SIMPÓSIO NACIONAL DE  
HISTÓRIA MILITAR**

**26 a 28 de abril de 2016**  
**Museu Naval**  
**Rua Dom Manuel 15 - Praça XV - RJ**

Inscrições Gratuitas  
Informações: (21) 99461-6217 / snhmi2016@gmail.com

Ficha de Inscrição para Simpósios Temáticos,  
Painéis e Ouvintes  
[facebook.com/groups/1718319085056528/](https://www.facebook.com/groups/1718319085056528/)

**Promoção**

  
Escola Superior de Guerra

  
Universidade Estadual de Londrina

  
Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha

**Patrocínio**

  
Instituto Pandiá Calógeras  
Ministério da Defesa

**Apoio**

Diretoria de Patrimônio Histórico e Cultural do Exército

Grupo de Pesquisa em Estudos Culturais, Política e Mídia  
Universidade Estadual de Londrina / CNPq

Crédito da imagem: Embarque da Força Expedicionária Brasileira - Foto: Acervo DPHDM

## CADERNO DE RESUMOS

ISSN XXXX-XXXX  
2016

ISSN XXXX-XXXX

I SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA MILITAR

CADERNO DE RESUMOS

RIO DE JANEIRO

2016



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA



I Simpósio Nacional de História Militar (x: 2016: Rio de Janeiro)

Caderno de Resumos / I Simpósio Nacional de História Militar;  
Organização: José Miguel Arias Neto; Fernando da Silva  
Rodrigues; Carlos André Lopes; Pierre Paulo da Cunha Castro -  
Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra; Londrina: Universidade  
Estadual de Londrina, 2016.

**Texto em português**

ISSN XXXX-XXXX

1. História Militar. 2. Teoria e Metodologia. 3. Historiografia. 4.  
Política e Sociedade.

# I SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA MILITAR

## COORDENAÇÃO

Fernando da Silva Rodrigues - Escola Superior de Guerra  
José Miguel Arias Neto - Universidade Estadual de Londrina  
Carlos André Lopes - Diretoria do Patrimônio Histórico e  
Documentação da Marinha  
Pierre Paulo da Cunha Castro - Diretoria do Patrimônio  
Histórico e Documentação da Marinha

## PROMOÇÃO

Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha  
Escola Superior de Guerra  
Universidade da Força Aérea  
Universidade Estadual de Londrina

## APOIO

Diretoria de Patrimônio Histórico e Cultural do Exército  
Grupo de Pesquisa em Estudos Culturais, Política e Mídia -  
CNPq/UEL  
Grupo de Pesquisa em História Militar - CNPq/UEL  
Laboratório de Defesa Nacional e Segurança Internacional / ESG  
Revista da Escola Superior de Guerra

## Comissão Científica

Adriana Aparecida Marques - Universidade Federal do Rio de  
Janeiro  
Adriana Barreto de Sousa - Universidade Federal Rural do Rio de  
Janeiro  
Celso Corrêa Pinto de Castro - Fundação Getúlio Vargas  
Dennison de Oliveira - Universidade Federal do Paraná  
Eduardo Munhoz Svartman - Universidade Federal do Rio Grande do  
Sul  
Francisco Carlos Teixeira da Silva - Universidade Federal do  
Rio de Janeiro  
Francisco César Ferraz - Universidade Estadual de Londrina  
Francisco Eduardo Alves de Almeida - Escola de Guerra Naval  
Héctor Luis Saint-Pierre - Universidade Estadual Paulista  
"Júlio de Mesquita Filho"  
Humberto Lourenção - Academia da Força Aérea  
Jaqueline Santos Barradas - Escola Superior de Guerra

João Roberto Martins Filho - Universidade Federal de São Carlos  
Luiz Cláudio Duarte - Universidade Federal Fluminense  
Marcello José Gomes Loureiro - Diretoria do Patrimônio  
Histórico e Documentação da Marinha  
Manuel Rolph Cabeceiras - Universidade Federal Fluminense  
Marly de Almeida Gomes Vianna - Universidade Salgado de  
Oliveira  
Paulo André Leira Parente - Universidade Federal do Estado do  
Rio de Janeiro  
Renato Luís do Couto Neto e Lemos - Universidade Federal do Rio  
de Janeiro  
Ricardo Cabral - Escola de Guerra Naval  
Vágner Camilo Alves - Universidade Federal Fluminense  
William Gaia Farias - Universidade Federal do Pará

### **Comissão Organizadora Executiva**

Bruno de Melo Oliveira - Universidade da Força Aérea  
Edina Laura Nogueira da Gama - Diretoria do Patrimônio  
Histórico e Documentação da Marinha  
Fernando Velôzo Gomes Pedrosa - Escola de Comando e Estado  
Maior do Exército / Programa de Pós-Graduação em História  
Comparada - UFRJ  
Jamyllle de Almeida Ferreira - Escola Superior de Guerra  
Leandro José Clemente Gonçalves - Instituto Federal de São  
Paulo  
Luiza das Neves Gomes - Escola Superior de Guerra  
Wagner Luiz Bueno dos Santos - Diretoria de Patrimônio  
Histórico e Documentação da Marinha / Programa de Pós-Graduação  
em História - UFRJ

### **Secretaria**

Gabriel Garcia Ignácio - Universidade Estadual de Londrina  
Luís Manuel Costa Mendez - Universidade Federal do Rio de  
Janeiro/ Curso de graduação em Defesa e Gestão Estratégica  
Internacional  
Tatiana Polycarpo Torres dos Santos - Universidade Federal do  
Rio de Janeiro/ Curso de graduação em Defesa e Gestão  
Estratégica Internacional  
Kathleen Vieira- Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Curso  
de graduação em Defesa e Gestão Estratégica Internacional  
Isabelle Guimarães - Universidade Federal do Rio de Janeiro

### **Webmaster**

Daine G. A. Carmona/ Universidade Estadual de Londrina

## APRESENTAÇÃO

A organização desse evento buscou congregiar em um mesmo fórum, acadêmicos, docentes, militares, estudantes, pesquisadores de História Militar e demais profissionais.

Tratou-se de buscar a articulação da área de História Militar, tratar da pesquisa na área, da utilização dos arquivos militares no Brasil e na América do Sul.

Também visou a discussão de temas fundamentais para a ampla concepção de História Militar tais como: é possível a cooperação intelectual entre acadêmicos e militares para a consolidação da História Militar como campo de pesquisa?

Buscou-se, portanto, reunir e debater os estudos sobre a história militar em curso no Brasil através de conferências, de mesas e de simpósios durante o evento, e por meio de publicações impressas e digitais dos resultados obtidos nesse fórum.

A fragmentação temática nos estudos contemporâneos na área de História é um fato que vem se estabelecendo no meio acadêmico ao longo dos últimos anos. O profissional de história moderno vem procurando tornar-se multidisciplinar a partir do momento que busca estabelecer conexões teóricas ou metodológicas com outras disciplinas, visando alcançar um resultado mais expressivo e consistente na sua pesquisa. Conforme é destacada por José D'Assunção Barros<sup>1</sup>, essa fragmentação temática vem ocorrendo de forma acentuada nos últimos anos em consequência de duas situações: a contínua especialização do historiador e a possibilidade de perspectivas múltiplas sobre um mesmo problema.

A produção da história militar e seu desenvolvimento como disciplina se deu de forma diferente em função dos diferentes contextos. Nos países europeus ela ocupa lugar de destaque porque a história da formação dessas nações se confunde com suas próprias guerras. As Forças Armadas são um grupo social que concentra em suas mãos o poder por excelência

---

<sup>1</sup> BARROS, José D'Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 11.

- o poder das armas - e cuja função específica é, como define Huntington<sup>2</sup>, a administração da violência. Contudo, a história militar não abrange unicamente o fenômeno da guerra, e por isso, não pode ser percebida apenas pelas visões dos militares, apesar destes serem seus principais agentes. Sendo assim, a administração da força militar, e não somente da violência, caracteriza-se como objeto principal da história militar, que, conseqüentemente, acaba abrangendo a organização das instituições militares, a aquisição e a manutenção do seu material e capital humano e, principalmente, a forma como são utilizados, devendo ser este objeto compreendido dentro de um contexto político e social mais amplo, como extensão de outras abordagens, domínios e dimensões que lhe servem de referência teórica e metodológica. Segundo os críticos a historiografia militar tradicional não concebia o militar e as instituições militares dentro dos contextos social, cultural, psicológico e geográfico. Não eram entendidos como receptores e agentes de transformação social. Desconsiderava ainda, o diálogo constante com as correntes de um todo social, sem qualquer problematização.<sup>3</sup>

Francisco Falcon afirmou que a partir de 1929/30 começou de fato o declínio da História Política<sup>4</sup>, levando consigo a História Militar tradicional. Os historiadores dos *Annales* foram incisivamente críticos da História Política, e a impossibilidade de desvincular a guerra dos fenômenos políticos fez com que essas críticas fossem também dirigidas aos estudos dos fenômenos militares. Sendo estas partes da política, ou a política por outros meios, a história militar foi tão negligenciada quanto à história política na renovação historiográfica da primeira metade do século XX<sup>5</sup>. Contudo, o campo anglo-norte-americano foi uma exceção, mantendo certo distanciamento desses inovadores franceses.

---

<sup>2</sup> HUNTINGTON, Samuel P. *O soldado e o estado: teoria e política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2006.

<sup>3</sup> CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Orgs.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, pp. 23-26.

<sup>4</sup> FALCON, Francisco. *História e Poder*. In: *Domínios da História*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 68.

<sup>5</sup> BURKE, Peter. *A Escola dos Annales - 1929-1989. A Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: UNESP, 1991, pp. 17-22.

Para os historiadores dos *Annales*, a História Política exigia pouco, ao prestigiar eventos descritivos, sem problematizações, e enaltecer vultos históricos e batalhas militares. Os *Annales* trouxeram novas interpretações e visões que transformaram a História Política em um campo desprestigiado, sem atrativos e tão poucos desafios. Acompanhando essa queda, a História Militar aos poucos foi sucumbindo. Esses acontecimentos se deram particularmente na França, e o Brasil, sofrendo forte influência francesa, seguiu essa tendência. Praticamente abandonada pela academia, esta área acabou restrita aos meios militares, num processo que limitou muito seu estudo independente. Essa assimetria entre a história acadêmica e os programas de história militar das forças armadas foi uma das razões do retraimento do estudo histórico da guerra para uma área marginal de especialização. Esse afastamento da academia permitiu que as organizações de historiadores ligados aos departamentos de história das Forças Armadas em diversos países, inclusive no Brasil, estendessem seu poder sobre o campo através do controle dos arquivos e do conhecimento técnico ("technical expertise"), cuja importância crescia com a industrialização da guerra<sup>6</sup>. Esse processo aumentou ainda mais a distância com o meio acadêmico, pois geralmente esses departamentos oficiais de publicação tinham uma característica apologética ou de orientação política que comprometia a visão que o profissional da historiografia adotava para o estudo militar e, em razão disso, os historiadores acadêmicos por muito tempo hesitaram em se envolver com história militar.<sup>7</sup>

Nesse quadro, os historiadores militares que se arriscavam a enfrentar as dificuldades que lhe eram impostas eram vistos com suspeita tanto pelos seus colegas de profissão quanto pelos militares. Segundo Gordon Craig<sup>8</sup>, a suspeita

---

<sup>6</sup> PARET, Peter. "The history of war and the new military history". In: *Understanding war: essays on Clausewitz and the history of military power*. Princeton: 1993, p. 215.

<sup>7</sup> TALLEY, Frank. *War and society in early-modern Europe, 1495-1715*. London: Routledge, 1992, p. 1.

<sup>8</sup> CRAIG, Gordon A. "Delbruck: the military historian". In: *Makers of modern Strategy: from Machiavelli to the Nuclear Age*. Princeton: Princeton University Press, 1986, p. 352

militar seria do desprezo natural do profissional pelo amador, enquanto a suspeita dos seus pares apresentava raízes mais profundas: a crença, em especial nos países democráticos, de que a guerra é uma alienação no processo histórico e que, conseqüentemente, seu estudo não seria frutífero, nem decente. Além disso, nos países latino-americanos, onde o regime militar foi instaurado nas décadas de 1960 e 70, as divergências entre a classe militar e os acadêmicos que foram perseguidos também é uma variável que pode ser somada aos motivos elencados por Craig.

Há que se considerar, no entanto, que países como Inglaterra e Estados Unidos, com forte tradição acadêmica, os efeitos negativos proporcionados pela Escola dos *Annales* foram mais moderados. Universidades desses países continuaram a produzir um grande número de investigações originais no campo da História Militar<sup>9</sup>, embora que não tivessem programas específicos de História Militar nos seus cursos de pós-graduação. Com isso, no final do século XX, ocorreu o que se chama de "retorno" da história política, que por meio da redefinição do seu objeto houve uma revalorização desse domínio. Tais renovações metodológicas também estão sendo aplicadas ao estudo dos fenômenos militares, o que se permite renovar as investigações nesse campo de estudos, resultando em novas produções. Em outras palavras, atualmente os esforços estão voltados para analisar o fenômeno militar sob novas perspectivas, a partir de novos objetos e interrogações. Segundo Paulo André Leira Parente "*os estudos produzidos no campo de investigação da História Militar devem estar atentos aos novos métodos e procedimentos de investigação surgidos nas ciências sociais.*"<sup>10</sup>

Além disso, os militares foram protagonistas da vida pública no Brasil desde o século XIX, e tomaram parte de maneira decisiva dos mais importantes eventos de nossa história política. Logo, a partir da compreensão dos fatos históricos

---

<sup>9</sup> MORILLO, Stephen; PAVKOVIC, Michael. *What is Military History*. Cambridge: Polity, 2006.

<sup>10</sup> PARENTE, Paulo André Leira. "Uma nova História Militar? Abordagens e campos de investigação". In: *A Defesa Nacional*, nº 806, 3º Quadrimestre de 2006, p.69.

que se passaram em diversas regiões, pretende-se contribuir para um entendimento de períodos da história nacional, pois, segundo Knox<sup>11</sup>, só será possível entender a História Nacional, partindo de suas particularidades regionais. Os trabalhos denominados de História Regional são constantemente questionados pelo fato de que toda pesquisa aborda determinado espaço, daí todas as pesquisas serem regionais, não necessitando de enfatizar a metodologia. Porém, é necessário entender que a história regional demonstra seu valor acadêmico quando colabora para preencher uma história maior seja espacialmente, seja por períodos históricos mais abrangentes, seja pela aplicação de leis e princípios gerais da ciência histórica.

Assim, num país que se busca cada vez mais consolidar um Estado democrático, a compreensão da temática militar é importante para a sua própria consolidação. Como destacou Castro<sup>12</sup>, a história militar acadêmica seguiu uma trajetória difícil no Brasil, pois o envolvimento militar na política desencorajou a pesquisa acadêmica sobre as Forças Armadas e a maioria dos trabalhos voltou sua atenção ao estudo de seu envolvimento na política.

No âmbito militar, a construção desse campo também não ficou isento de tendências e ideologismos. Embora o imaginário militar busque na Batalha de Guararapes suas raízes históricas, é muito difícil falar numa história militar genuinamente brasileira antes do século XIX. Até esse momento, a história militar da América portuguesa era considerada um subcampo da "vida militar" portuguesa, embora as instituições e práticas militares europeias tenham sofrido alterações no processo de implementação no Novo Mundo.<sup>13</sup>

Embora a História Militar ainda se apresente como um campo modesto dos estudos históricos no Brasil, limitado a um grupo pequeno de pesquisadores, este projeto se justifica pela

---

<sup>11</sup> KNOX, Miridan Britto Falci. História Regional - conceitos, métodos e problemas. Revista do IHGRJ. Rio de Janeiro: 2001, p. 4.

<sup>12</sup> CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Orgs.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 13.

<sup>13</sup> CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Orgs.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 12.

necessidade de reunir acadêmicos, profissionais e discentes de diversas Áreas do Conhecimento que se interessam pelo estudo de questões ligadas à presença dos militares no Brasil, favorecendo o acesso à informação e da construção de um pensamento histórico baseado nas ações desenvolvidas por esses agentes de transformação social e política no território brasileiro. Ainda há muito que se produzir no campo da História Militar. Por isso, é preciso ter consciência de que negligenciar o diálogo com os outros campos da história, como a história política, social, cultural, econômica, das ideias, por exemplo, é contribuir para a construção de um conhecimento estanque e pouco esclarecedor.

O resultado das reflexões realizadas no I Simpósio Nacional de História Militar poderá somar-se às ideias e propostas dos demais profissionais, pesquisadores e organizações ligados ao tema, abrindo caminho para a celebração em conjunto de propostas de cooperação e pesquisas em conjunto sugeridas durante o Fórum. As novas propostas de cooperação e pesquisas em conjunto deverão constituir um dos produtos finais do mesmo, e um parâmetro de contribuição para os próximos passos na direção da efetivação, consolidação e disseminação de uma proposta contínua para as pesquisas temáticas.

Compreendendo o papel estratégico da cooperação entre instituições acadêmicas na busca de consolidar o processo de estudos e pesquisas sobre a História Militar, o consórcio se apresenta como um espaço convergente aos ideais da pesquisa, colocando-se como um organismo incentivador de investigação no Brasil.

Comissão Organizadora  
<https://www.facebook.com/events/1007496719298639/>

## PROGRAMAÇÃO GERAL

**Dia 26 de abril (terça-feira)**

**8h30 - 9h**

Mesa de Abertura

**9h - 12h30**

Mesa Redonda

**História Militar: novos caminhos e novas abordagens**

**Coordenador:**

Celso Corrêa Pinto de Castro - FGV

**Debatedores:**

Paulo André Leira Parente - UNIRIO

Renato Luís do Couto Neto e Lemos - UFRJ

**14h - 17h30**

Mesa Redonda

**História das Guerras e dos Conflitos**

**Coordenador:**

Fernando da Silva Rodrigues - ESG

**Debatedores:**

Manuel Rolph Cabeceiras - UFF

Ricardo Cabral - EGN

**17h30 - 19h30**

Conferência de Abertura

Francisco Carlos Teixeira da Silva

UFRJ/Instituto Pandiá Calógeras

**Dia 27 de abril (quarta-feira)**

**9h - 17h30**

Simpósio Temático

**História Militar: teoria, metodologia e fontes de pesquisa.**

SALA 1 (3º andar)

**Coordenadores:**

Carlos André Lopes da Silva - DPHDM

Fernando da Silva Rodrigues - ESG

Pierre Paulo da Cunha Castro - DPHDM

**9h - 17h30**

Simpósio Temático

**Militares na política e na sociedade**

SALA 2 (2º andar)

**Coordenadores:**

Adriana Aparecida Marques - UFRJ

Adriana Barreto de Souza - UFRRJ

Luiz Cláudio Duarte - UFF

**17h30 - 19h30**

Mesa Redonda

**História Naval Brasileira**

**Coordenador**

José Miguel Arias Neto - UEL

**Debatedores:**

Pierre Paulo da Cunha Castro - DPHDM

Carlos André Lopes da Silva - DPHDM

**Dia 28 de abril (quinta-feira)****9h - 17h30**

Simpósio Temático

**História da Guerra e das Instituições Militares**

SALA 1 (3º andar)

**Coordenadores:**

Manuel Rolph Cabeceiras - UFF

Ricardo Cabral - EGN

Fernando Velôzo Gomes Pedrosa - ECEME/PPGHC-UFRJ

Vágner Alves Camilo - UFF

**9h - 17h30**

Simpósio Temático

**História e Historiografia Militar**

SALA 2 (2º andar)

**Coordenadores:**

Marcello José Gomes Loureiro - DPHDM

Luiza das Neves Gomes - ESG

**17h30 - 19h30**

Conferência de Encerramento

João Roberto Martins Filho

Universidade Federal de São Carlos

Lançamento de Livros

# **PROGRAMAÇÃO SIMPÓSIO TEMÁTICO 1 ó HISTÓRIA MILITAR: TEORIA, METODOLOGIA E FONTES DE PESQUISA.**

## **Coordenadores:**

Carlos André Lopes da Silva ó DPHDM  
Fernando da Silva Rodrigues - ESG  
Pierre Paulo da Cunha Castro - DPHDM

**Dia 27 de abril (quarta-feira)**  
**9h ó 12h30**

1 - Juan Carlos Luzuriaga Contrera (Mestre / Instituto de Profesores Artigas - Instituto Militar de Estudios Superiores. (IMES) Ejército Nacional. del Uruguay)

## **LOS DESAFIOS DE LA NUEVA HISTORIA MILITAR EN EL SIGLO XXI**

**Resumo:** Para mediados del siglo XX, la historia militar era un área de investigación dejada de lado por los centros universitarios y los historiadores académicos. Desde el fin de la I Guerra Mundial se había constituido en un espacio ocupado por militares historiadores: de campañas, guerras y almirantes. Sus propósitos eran exaltar el patriotismo de las fuerzas armadas y extraer enseñanzas de las batallas. La Nueva Historia Militar como propuesta historiográfica, surge en los años sesenta en los historiadores anglosajones. Hace hincapié en las organizaciones militares y sus vínculos con las sociedades que las originan. Décadas después es incorporada por historiadores franceses, españoles y portugueses. En Iberoamérica, fue en Brasil y posteriormente en Argentina donde surgieron investigadores en esta corriente. En Uruguay se están dando los primeros pasos para su desarrollo. Ya consolidada a inicios del siglo XXI, surgen desafíos para profundizar sus estudios en importantes áreas complementarias que han sido en general descuidadas. Señalamos al menos dos de ellas. Por un lado el análisis de la batalla como tal, sus implicaciones y su momento histórico social. Por otro, el estudio de la dimensión humana del conflicto, como situación límite que viven quienes participan en la guerra.

2 - Giovane Albino Silva (Doutorando / PPGH-UFF)

## **O CONSELHO DE GUERRA E AS FUGAS DE SOLDADOS NO EXÉRCITO PORTUGUÊS EM PERNAMBUCO NA SEGUNDA METADE DO SECULO XVIII**

**Resumo:** Os estudos sobre história militar nas últimas décadas abriram espaços para pesquisas que ampliaram o escopo analítico das instituições militares, diversificando as abordagens e propondo novas pesquisas. O fortalecimento da Nova História Militar incentivou uma série de trabalhos no campo da história social, ao valorizar, por exemplo, o estudo das trajetórias de oficiais e soldados no campo das estruturas sociais. A historiografia do período colonial vem ressignificando valores, graças à ampliação das fontes de pesquisa, que incluem as organizações militares na América portuguesa. A consulta a documentação do Arquivo Histórico Ultramarino permite explorar novos temas, com os quais desenvolvem-se conteúdos pouco abordados. Nesse sentido, a presente comunicação visa analisar a contribuição dos processos existentes no Conselho de Guerra, principal órgão de gerência militar no Império português, em especial os sujeitos envolvidos no crime de deserção na Capitania de Pernambuco, almejando exibir como as fontes militares auxiliam na compreensão de tensões e conflitos envolvendo as instituições militares e os homens recrutados para o serviço armado da Coroa. A história das fugas do exército é o assunto a ser explorado, tema ainda pouco abordado pela historiografia colonial, mas possível graças à renovação das teorias e metodologias aplicadas às fontes e instituições militares.

3 - Olivia da Rocha Robba (Doutoranda / PPGH-USP)

### **HOMENS DE CIÊNCIA E EDUCAÇÃO MILITAR: ASPECTOS ILUSTRADOS DA FORMAÇÃO CIENTÍFICA NA ACADEMIA REAL MILITAR (1810-1850)**

**Resumo:** Esta apresentação é resultado da minha pesquisa de doutorado ainda em curso pela Universidade de São Paulo. Tenho como objetivo analisar a criação da Academia Real Militar (ARM) em 1810, na cidade do Rio de Janeiro, por D. João VI, como uma instituição de científica fundada ainda no período colonial, dedicada não apenas à formação da jovem oficialidade da corte, como também de difusão de conhecimentos científicos na corte através da criação de laboratórios, publicação de livros e compêndios, compra de instrumentos científicos, o que constitui um marco na formação e profissionalização dos militares da nova sede do império português no ultramar.

4 - Thiago Janeiro Sarro (Mestrando / PPGEM-EGN / PPGHC ó UFRJ / THE CORBETT CENTRE FOR MARITIME POLICY STUDIES - Kings College London)

### **A MALFADADA BATALHA DE CARMEN DEL PATAGONES**

**Resumo:** Na Guerra da Cisplatina, já durava meses o bloqueio da Esquadra Imperial ao porto de Buenos Aires. Os navios inimigos não conseguiam vencer o cerrado bloqueio. Como consequência, os governos inimigos adquiriram navios e os transformaram em verdadeiros corsários; saqueadores e ferozes. Do sul ao Nordeste, mais de cinquenta navios nacionais foram apresados. Os argentinos mantinham na inóspita Patagônia, portos que serviam de abrigo para os corsários, sendo o de Carmen Del Patagones sua melhor base.

O Brasil enviou uma expedição à Patagônia para destruir o ninho dos corsários. Em 1827 suspendeu a Divisão Naval, composta por quatro bons navios, com 51 bocas de fogo e 654 homens. O que era para ser uma missão simples, terminou em desastre. Do que foi enviado, com exceção de um grupo de prisioneiros que fugiu, liderados pelo Tenente Marques de Lisboa, nada voltou.

O objetivo, então, é analisar a dinâmica dos fatos em busca das lições que a História tem a oferecer. Para tal, a pesquisa contrastou as principais fontes primárias relativas a esta batalha, a saber: o comunicado do almirante Pinto Guedes ao governo Imperial e o folheto de Tamandaré publicado em 1862, onde narra o ocorrido na malfadada campanha.

5 - Sergio Willian de Castro Oliveira Filho (Doutorando / PPGH-UNICAMP / DPHDM-MB)

### **õLA JORNADA GLORIOSA DEL 11 DE JUNIOö: A BATALHA NAVAL DO RIACHUELO COMO PROPAGANDA DE GUERRA NOS PERIÓDICOS PARAGUAIOS**

**Resumo:** A Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai foi um conflito cuja análise pode extrapolar as características políticas e econômicas, isto é, ante um conflito que colocava em campos antagônicos nações recentemente surgidas, a construção discursiva da nacionalidade, da pátria, do sentimento de pertencimento a um território, foi algo que preencheu ambos os lados da guerra. Nossa proposta de comunicação surge deste ponto de partida, mas almeja tratar um episódio específico: a Batalha Naval do Riachuelo. Tal embate, ocorrido entre as forças navais paraguaia e brasileira em 11 de junho de 1865, trouxe numerosos desdobramentos propagandísticos na imprensa paraguaia. Poucos dias após tal episódio e nos anos subsequentes, ainda durante a guerra, houve da parte de alguns periódicos que circulavam em Assunção, a construção de um discurso que proclamava a vitória paraguaia naquele famoso 11 de junho de 1865. De modo que propomos discutir como tal imprensa paraguaia pode ser abordada como fonte para uma análise no campo da historiografia militar.

6 - Luiz Augusto Rocha do Nascimento (Mestre / Colégio Militar de Brasília)

### **A NORMANDIA SUL-AMERICANA: ASPECTOS NAVAIS POR OCASIÃO DO 150º ANIVERSÁRIO DA TRAVESSIA ALIADA NO PASSO DA PÁTRIA**

**Resumo:** A operação *Overlord*, em 6 de junho de 1944, foi uma das maiores operações de desembarque de toda a História Militar. Entretanto, no século XIX, durante a Guerra da Tríplice Aliança, forças brasileiras, argentinas e uruguaias atravessaram o rio Paraná e desembarcaram no Paraguai. As operações militares de travessia de cursos de água existiam desde o século XVIII. As guerras envolvendo os países do rio da Prata necessitavam da utilização de técnicas adequadas para passar o grande número de rios existentes na região. Entretanto, a travessia do rio Paraná, dentro do contexto da Guerra da Tríplice Aliança, era uma operação cuja grandeza jamais fora atingida antes daquela data. A Marinha do Brasil foi fundamental para que a operação alcançasse êxito. Isso ocorreu apesar do exército paraguaio se encontrar em posição na margem norte do rio, aguardando o desembarque das tropas aliadas. Este trabalho teve o objetivo de apresentar algumas ações navais desenvolvidas para o sucesso dessa operação.

7 - Marcus Fernandes Marcusso (Doutorando / PPGE-UFSCar / IF Sul de Minas)

### **A CRIAÇÃO DA ESCOLA DE ESTADO-MAIOR E SEUS PRIMEIROS ANOS DE FUNCIONAMENTO (1905-1919)**

**Resumo:** A Escola de Estado-Maior (EEM) foi criada em 1905, e tinha como principal função fornecer aos oficiais do Exército Brasileiro uma instrução militar superior, que os habilitasse para exercer funções no Estado-Maior do Exército. O presente trabalho tem como objetivo analisar o início do funcionamento da Escola de Estado-Maior do Exército. Para tanto abordar-se-á as primeiras determinações dos regulamentos de ensino, procurando identificar qual o tipo de formação prevista para os oficiais-alunos, entre 1905 a 1919. Nesse sentido, serão consultados os dois regulamentos (1905 e 1913-14). A Escola de Estado-Maior era subordinada diretamente ao Ministro da Guerra e funcionou, em seus primeiros anos, no prédio do Estado-Maior do Exército, no Rio de Janeiro. Os primeiros anos de funcionamento da EEM foram marcados pela estrutura física simples, pela frequência de poucos alunos e pela influência do pensamento militar alemão. O estudo sobre a Escola de Estado-Maior e seus regulamentos, possibilitará entender melhor a formação do oficial-aluno do Exército Brasileiro.

8 - Anderson de Rieti Santa Clara dos Santos (Pós-Graduando / Especialização em História Militar Brasileira ó UNIRIO / DPHDM/MB)

### **PARTITURAS COMO FONTES PARA A HISTÓRIA MILITAR: POSSIBILIDADES EM UMA REPRESENTAÇÃO DA BATALHA NAVAL DO RIACHUELO**

**Resumo:** A renovação que houve no âmbito da História Militar referente à relativização da guerra como único objeto de estudo e à interdisciplinaridade revelada no diálogo profícuo com outras disciplinas como a Antropologia, a Sociologia e a Ciência Política fez com que se ampliasse o leque de fontes, resultante de problemáticas autênticas e, logo, de metodologias consistentes. Assim, a escolha de objetos relacionados com a música nas instituições militares, nas mais variadas expressões e formas, permite que o historiador possa lançar mão de partituras como fontes para o seu estudo. Como suporte para o registro sonoro, as partituras podem contribuir para que se compreenda o emprego das bandas em suas corporações, por meio de sua constituição timbrística, a circulação das composições, revelando a diacronia em suas interpretações, e, ainda, o contexto de sua produção por meio da análise musical. Veremos, a título de exemplo, como é possível abordar essas questões através de uma representação musical da Batalha Naval do Riachuelo, neste caso, uma partitura com o registro do poema sinfônico Riachuelo, composto por Oswaldo Cabral em 1942.

**Dia 27 de abril (quarta-feira)**  
**14h ó 17h30**

9 - Isabel Lopez Aragão (Doutoranda / PPGHS-UERJ-FFP / SEEDUC-RJ)

**A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO E SUA ARTICULAÇÃO COM A MEMÓRIA NA CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA MILITAR**

**Resumo:** O artigo apresenta a possibilidade do uso de biografias e autobiografias, gêneros que se tornaram essenciais na história, devido ao auxílio que a dimensão individual empresta à compreensão do processo histórico, e de seu uso como fontes primárias. Tal procedimento deve-se à constatação de que ambas trazem-nos informações especialíssimas, de fatos que somente os envolvidos diretamente na trama poderiam ter conhecimento, por sua presença como atores nesses episódios, bem como na condição de testemunhas, contemporâneos que são dos acontecimentos. As biografias e autobiografias alcançaram, na atualidade, o estatuto de objetos de estudo na historiografia, por apresentarem-se como um meio distinto de acesso às atitudes e representações dos sujeitos, a partir da valorização de suas memórias individuais. A análise propõe a demonstração de como a construção de um *corpus*<sup>14</sup> a partir de seu uso, auxiliadas pelo uso de imagens, cartas e entrevistas e fontes oficiais, do Exército e da Marinha, como Relatórios de Ministros, dentre outras, permitiu o surgimento de uma história inédita sobre o movimento de rebeldia militar denominado *Tenentismo*, na década de 20, do século passado.

10 - Maria Lucia Valada de Brito (Mestranda / PPGCA-UNIFA / FAB)

**O CORREIO AÉREO NACIONAL EM OPERAÇÕES HUMANITÁRIAS: UM ALIADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DA FAB**

**Resumo:** A História do Correio Aéreo Nacional (CAN) de fundamenta importância para a evolução e desenvolvimento do Poder Aéreo, da inclusão social de populações do Amazonas, integração nacional, sentimento de patriotismo e da História do País. Busca-se a divulgação dos primeiros achados de uma pesquisa de Mestrado em Ciências Aeroespaciais na UNIFA. E, por conseguinte, resgatar uma parte da História da aviação desde a escola francesa do ensino de pilotos no Campo dos Afonsos até sua dissociação e transferência do Exército na consolidação para a Aeronáutica brasileira. Pretende-se comentar-se sobre as Intervenções da Ciência Política reinante na época que influenciaram o Poder Aéreo. A História Militar vem sendo cada vez mais difundida no Brasil nos últimos anos nos círculos acadêmicos. Assim, pretende-se pesquisar sobre a influência que o poder Aéreo entrelaçou na sociedade, no que se fez e faz com o CAN na área do Serviço Social as populações amazônicas. E, entender qual necessidade um poder forte e a falta dele na Defesa Nacional. E, entender para o processo de escolhas do Comando da Aeronáutica (COMAER) na correta tomada de decisão, que além de ser estratégica, pode salvar vidas. A investigação utilizou pesquisa exploratória, avaliação de análise documental e revisão bibliográfica.

11 - Luciano Bastos Meron Neves (Mestre / SMED-Salvador / PPG Gastronomia-FIB)

**RACIONAMENTOS E CARESTIA DE ALIMENTOS NA BAHIA DURANTE A II GUERRA MUNDIAL**

**Resumo:** Este trabalho tem por objetivo identificar e analisar os impactos da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) sobre o abastecimento de gêneros alimentícios na Bahia no período, especialmente em Salvador. O abastecimento desses produtos sofreu interrupções e/ou dificuldades com a campanha submarina das marinhas italiana e alemã nas águas do Atlântico, que chegaram a provocar 34 afundamentos, sendo quase todos navios da Marinha Mercante. Para tanto, foram selecionadas como fontes jornais e revistas de grande circulação

---

<sup>14</sup> Ver FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaina; (Org.) Apresentação. In: **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

no Estado e no Brasil da época, em especial as revistas *O Cruzeiro* e *A Cigarra*. Buscamos identificar notícias e indícios relativos ao aumento do custo de vida e dos alimentos, assim como as campanhas de racionamento e as mobilizações populares para tal, além de indicativos de adaptações de receitas ou substituições de ingredientes. Foram utilizados ainda alguns depoimentos de veteranos da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e artigos do jornal *A Tarde*. Este material foi analisado à luz de bibliografia pertinente sobre o tema.

12 - Paulo Fernando Bava de Camargo (Doutor / UFS)

### **A GRANDE GUERRA MUNDIAL (1914-1945) NAS ÁGUAS BRASILEIRAS: CONTRIBUIÇÕES DA ARQUEOLOGIA MARÍTIMA**

**Resumo:** Alguns pesquisadores consideram que houve não duas Guerras Mundiais, na primeira metade do século XX, mas sim uma Grande Guerra, entremeada por pouco mais de vinte anos de armistício.

É dentro dessa linha de pensamento que se pretende abordar a arqueologia do maior campo de batalha do Brasil: o oceano Atlântico.

Todos os motivadores explícitos que arrastaram o país para dentro do longo conflito tiveram origem na guerra no Atlântico, tanto na sua primeira fase, quanto na segunda, mais cruenta para nós, em termos de perdas de vidas decorrentes dos torpedamentos e canhoneios de embarcações.

Além disso, no período de armistício, os efeitos da primeira fase do conflito mundial continuaram refletindo no funcionamento do país, tendo em vista que grande parte da melhor fatia da frota do Lloyd havia sido formada em função da apreensão de navios alemães surtos nos portos nacionais, no início do conflito.

A partir desse quadro, pretende-se, com esta apresentação, mostrar as possibilidades de pesquisa, no âmbito da Arqueologia Marítima, sobre uma ampla gama de embarcações soçobradas nas águas brasileiras, com especial destaque para aquelas que permitem construir a história trágico-marítima do Nordeste, onde está instalada a instituição que sedia o trabalho.

13 - Virgínia Mercês Guimarães Carvalho (Mestre / FAB)

### **LUGARES DE MEMÓRIAS**

**Resumo:** A multiplicidade de memórias e lugares de memória existentes sobre a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial nos indicam uma forte preocupação em manter viva a figura dos ex-combatentes. No entanto, ao contrário do que ronda o senso comum, as memórias deste evento histórico não são homogêneas e percebemos a emergência de tantas memórias quantos grupos existem. Assim, nos deparamos com uma forte distinção entre a memória dos ex-combatentes praiiros, dos veteranos da FEB, dos militares da ativa, da instituição militar e dos civis, o que torna inviável o entendimento da existência de uma memória nacional unificada sobre o Brasil na Guerra e nos permite enxergar as disputas sutis pelos espaços de memória e lugares de reafirmação da identidade.

14 - Milton Genésio de Brito (Doutorando / PPGHS-UNESP-Assis / SSP-Depen-PR)

### **GLÓRIA FEITA DE SANGUE: TRÊS GUERRAS EM MENOS DE 90 MINUTOS**

**Resumo:** O objetivo com este texto é demonstrar a possibilidade de se discutir os três grandes conflitos militares que demarcaram a história do século XX, as duas guerras mundiais, e a subsequente Guerra Fria, por meio de uma produção filmográfica de 1957. Do seu elenco, assim como da sua estrutura de produção, faziam parte diversas pessoas que cresceram ouvindo sobre as lembranças de atos heroicos da primeira, e imbuídos do mesmo discurso vivenciaram a segunda, participando ativamente em defesa da liberdade contra seus inimigos, para nos anos seguintes terem suas esperanças cerceadas pelos desdobramentos da polarização ideológica entre os EUA e a antiga URSS. Entretanto, focarei apenas o seu protagonista. O filme como fonte de pesquisa representa uma leitura específica de um dado

contexto, convertendo o passado em argumento de crítica às situações observadas. E para desvelar as nuances desta interpretação utilizo os conceitos teórico-metodológicos de espaço de experiência e horizonte de expectativas, termos no singular, mas que abrangem múltiplas dimensões da realidade, influenciando tanto nas atitudes e decisões presentes como nas perspectivas em relação ao futuro concebido.

15 - Fabiana Costa Dias (Mestranda / PPGARQ-UNIRIO / MUSAL)

Jefferson Eduardo dos Santos Machado (Doutor / MUSAL / Centro Universitário Moacyr Sreder Bastos)

Rachel Motta Cardoso (Doutora / MUSAL / LEMP)

### **MUSEU AEROESPACIAL: UM ACERVO A SER DESCOBERTO**

**Resumo:** Esse artigo tem como objetivo apresentar o Museu Aeroespacial (MUSAL) e seu acervo. O MUSAL é uma Organização Militar (OM) da Força Aérea Brasileira (FAB) e tem como finalidade preservar a memória da Aeronáutica brasileira por intermédio do seu acervo histórico (BRASIL, ROCA 21-41, p.7)<sup>15</sup>. Nesse sentido, a questão central será compreender se os documentos do acervo do Arquivo Histórico pertencentes ao Museu Aeroespacial (MUSAL) constituem a memória da Aeronáutica. Ao lado disso, pretendemos afirmar a instituição como local de trabalho e de ofício dos profissionais das ciências humanas, principalmente daquelas ligadas diretamente a seu objetivo que é a memória da Aeronáutica (Aviações Civil, Militar e Naval), em um primeiro momento, e, posteriormente, da Força Aérea Brasileira. Assim, pretendemos demonstrar a partir de um estudo de caso como as fontes museológicas e arquivísticas do Museu Aeroespacial se apresentam como um rico material de pesquisa.

16 - Bruno Ribeiro Oliveira (Graduado UFRGS)

Guilherme Nicolini Pires Masi (Graduado UFRGS)

### **GUERRA DE GUERRILLA: DA EXPERIÊNCIA CUBANA À EXPERIÊNCIA DA GUERRA SUJA NA AMÉRICA LATINA (1960-1990)**

**Resumo:** Este trabalho busca traçar a influência da Revolução Cubana e dos escritos militares do revolucionário Ernesto Che Guevara para a história militar do continente americano. Buscamos compreender a amplitude e o alcance de sua influência, em especial a do seu livro Guerra de Guerrilha, e de como este se propõe a ser um manual de fomento a guerra de guerrilha. O artigo visa demonstrar impacto da Revolução Cubana para as forças insurgentes e guerrilheiras que buscaram meios armados de tomada de poder, bem como a reação militar dos governos latino-americanos contra possíveis revoluções. Sendo para isso importante compreendermos alguns conceitos definidores de guerra de guerrilha, como esta se organiza, quais seus objetivos principais, como ela atua na cegueira dos estados e quais suas principais formas de combater. Por meio da produção intelectual de Guevara e da produção contra insurgente governamental traçamos, ainda, uma linha de pensamento ampla de história militar da América Latina.

---

<sup>15</sup> Aeronáutica aqui não é sinônimo de Força Aérea Brasileira. A primeira está relacionada à navegação aérea e a segunda está relacionada à defesa aérea.

# **PROGRAMAÇÃO SIMPÓSIO TEMÁTICO 26 MILITARES NA POLÍTICA E NA SOCIEDADE.**

## **Coordenadores:**

Adriana Aparecida Marques ó UFRJ

Adriana Barreto de Souza ó UFRRJ

Luiz Cláudio Duarte ó UFF

**Dia 27 de abril (quarta-feira)**

**9h ó 12h30**

1 - Fábio Ferreira (Doutor / UFF)

## **OS VOLUNTÁRIOS REAIS DO REI: AS TROPAS PORTUGUESAS DE D. JOÃO VI EM DEFESA DA CONSTITUIÇÃO VINTISTA E SUA OPOSIÇÃO AO GOVERNO FLUMINENSE DE D. PEDRO (1821 ó 1824).**

**Resumo:** Em 1817 as forças militares do então príncipe regente D. João, compostas por indivíduos oriundos dos reinos de Portugal e do Brasil, conquistaram Montevidéu, estabelecendo na cidade um governo submetido aos Bragança. Após a Revolução Liberal do Porto (1820) e a reivindicação de tropas joaninas em vários pontos do Reino do Brasil por uma constituição, a partir de março de 1821, os militares portugueses iniciaram um processo de motins em Montevidéu objetivando, dentre outras questões, que o governo luso estabelecido no Prata reconhecesse a carta magna que Lisboa elaborava para o Reino Unido português. Concomitantemente, o governador de Montevidéu aproximava-se, cada vez mais, no âmbito político, de D. Pedro e José Bonifácio, o que ampliava o descontentamento dos militares portugueses situados em terras platinas, no que culminou no sítio da cidade e em conflitos que perduraram até 1824. Assim sendo, o trabalho irá analisar os fatores internos do que é hoje o Uruguai que levaram as forças lusas aos constantes motins, bem como as correlações dos seus atos políticos com aspectos externos ao Prata, vinculados ao contexto do Reino Unido português.

2 - Clécia Maria da Silva (Mestre / Prefeitura Municipal de Recife)

## **REVOLTAS POLÍTICA E SOCIAIS NA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO NO INÍCIO DO SÉCULO XIX: O CASO DE PEDROSA NA VILA DE RECIFE**

**Resumo:** O princípio do século XIX na província de Pernambuco foi marcado por conflitos políticos, sociais e étnicos que envolveram toda a população livre, cativa, civil e militar. Assim o presente trabalho tem como objetivo compreender o motim denominado de Pedrosa da vila do Recife liderado pelo Capitão de Artilharia Pedro da Silva Pedrosa em conjunto com a população negra e parda no ano de 1823 na tentativa de minimizar ou mesmo acabar com a desigualdade racial e ingressar nas decisões políticas imprimindo assim uma tendência mais radical nestes movimentos.

3 - Cosme Alves Serralheiro (Mestrando / PPGH-UFPE)

## **O JORNAL O DIÁRIO DO RIO GRANDE ó ANUNCIA O NASCEDOURO NAVAL NO EXTREMO SUL DO IMPÉRIO.**

**Resumo:** Esse artigo visa fazer uma narrativa da dinâmica da criação de um centro de recrutamento e formação de Marinheiros no extremo sul do Império. Neste contexto e com o rompimento em definitivo dos laços com Portugal, em 1822, movimentos sediciosos e lusofóbicos, aproveitando-se do clima, eclodiram em várias províncias do Império, e duraram por quase 30 anos. Para combater esses movimentos, o Império (re)criou a Armada profissional para poder ser capaz de estar pronto para futuros momentos de tensão. Esse processo de consolidação redundou na criação do corpo de Imperiais Marinheiros e

posteriormente as Companhias de Aprendizes Marinheiros, entre elas a Companhia de Aprendizes do Rio Grande do Sul (1861). Evento significativo para cidade de Rio Grande, noticiado nas páginas do principal jornal da cidade *O Diário do Rio Grande*. Nesta pesquisa utilizamos Jornais, Relatórios Ministeriais e várias obras significativas para completude desse artigo.

4 - Gustavo Figueira Andrade (Mestrando / PPGH-UFSM)

**ENTRE CARTAS E DIÁRIOS: A ATUAÇÃO DO GENERAL JOÃO NUNES DA SILVA TAVARES NA ORGANIZAÇÃO LOGÍSTICA DO EXÉRCITO LIBERTADOR DURANTE A REVOLUÇÃO FEDERALISTA DE (1893-1895).**

**Resumo:** O presente resumo tem por finalidade abordar a organização da logística do Exército Federalista durante a Revolução Federalista (1893-1895) utilizando por fontes cartas e diário do General João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares). A Revolução Federalista de 1893 foi uma disputa pelo poder político no Estado do Rio Grande do Sul, envolvendo grupos políticos com ideologias contrárias, como os Castilhistas que seguiam o Positivismo de Augusto Comte, e os partidários de Gaspar Silveira Martins que defendiam ideias de cunho mais Liberal. A metodologia consiste em analisar as informações apresentadas pelo autor procurando compreender sua atuação enquanto comandante em chefe e político como elementos relevantes para a organização logística federalista durante a guerra civil. Este trabalho faz referência às investigações de Mestrado, financiadas pela CAPES/DS, desenvolvidas pelo autor na Linha de Pesquisa *Fronteira, Política e Sociedade* do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (PPGH-UFSM), sendo orientado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Medianeira Padoin.

5 - Fernando Guimarães de Souza Fernandes Loureiro (Mestre)

**O PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO DOS EXÉRCITOS LATINO-AMERICANOS: O CASO DO BRASIL E DA ARGENTINA.**

**Resumo:** Os anos 20 e 30 são marcados, na América Latina, por movimentos político-militares que levaram à derrubada de vários governos na região. Esses movimentos foram especialmente significativos nas duas maiores nações da região: Brasil e Argentina. No caso brasileiro a participação de oficiais rebeldes do Exército no movimento de 1930 foi decisiva para levar Vargas ao poder e derrubar a chamada Primeira República, apeando do centro do poder as oligarquias que controlavam o governo federal. No caso argentino, os militares liderados pelo General Urriburu derrubaram o Presidente Hipólito Yrigoyen e restauraram muito dos interesses da tradicional oligarquia agrária argentina. A sincronia cronológica e a evidente dissincronia política nos convidam a uma análise do processo de formação e profissionalização dos exércitos na Argentina e no Brasil e uma reflexão sobre a atuação política dos militares. Nossa apresentação vai procurar analisar o processo de profissionalização dos exércitos na Argentina e no Brasil, com ênfase na questão das instituições de formação de oficiais, das missões militares estrangeiras e do serviço militar obrigatório e no conseqüente aumento da influência política dos militares na América Latina durante a primeira metade do século XX.

6 - André Atila Fertig (Doutor / UFSM)

**DE GENERAL CÂMARA À VISCONDE DE PELOTAS: UM MILITAR NA POLÍTICA NO PÓS-GUERRA DO PARAGUAI.**

**Resumo:** José Antonio Correa da Câmara, militar e político do Rio Grande do Sul, destacou-se na Guerra do Paraguai, a partir da Campanha da Cordilheira e da caçada e captura de Solano López, como importante comandante militar das forças aliadas. Nosso objetivo nessa comunicação é ó através da pesquisa nas cartas recebidas e enviadas pelo General ó salientar que, no período abordado, Câmara surgia como personagem político importante e liderança do

Partido Liberal na Província do Rio Grande do Sul e também nos quadros do sistema político imperial, ocupando cargos na Corte e reforçando laços políticos e pessoais com outras lideranças do Império do Brasil.

7 - Heitor Luiz Murat de Meirelles Quintella (Doutor / UFF / IHGN)

**UMA VISÃO DE UM CAPITÃO VOLUNTÁRIO DA PÁTRIA SOBRE A PEQUENA HISTÓRIA DA GUERRA DO PARAGUAI ó JOSÉ PEDRO VIANNA (1854 ó 1894).**

**Resumo:** Pequena História de um cidadão de Sam Christovam - Sergipe no século XIX, vivenciando a decadência do Nordeste, o apogeu, a decadência e o fim do Império. Esta pesquisa genealógica no âmbito do Projeto Fatores Humanos e Tecnológicos da Competitividade empregando fontes da época oficiais, pessoais, recortes de jornais e tradição oral, encontra tom alinhado com o patriotismo típico da historiografia tradicional, apesar da tensão entre Guarda Nacional e Exército. Analisa-se como o contexto familiar da cultura agrícola do campo migratório, associado às epidemias e paixões influenciam: - seu alistamento, comportamento de líder ousado, memórias de combate e sobrevivência a ferimentos e epidemias, condecorações e engajamento pós-Guerra como Capitão Bombeiro da Corte, - adesão às mudanças metodológicas e tecnológicas (como pilotagem de balões de reconhecimento e adestramento pioneiro de teamwork usando futebol amador em campos usados por ingleses no Rio de Janeiro e Niterói), - matrimônio com filha de migrantes ôgermânicos ã da leva pioneira estimulada por D Pedro II para criar mão de obra qualificada na Província do Rio e participação com sua esposa no experimento colonos-sócios na Fazenda do Pinheiro do Comendador Breves em Piraí e a saúde fatalmente afetada mas sem prejuízo sobre sua numerosa descendência.

8 - César Alves da Silva Filho (Mestrando / PPGH-UNIVERSO)

**O PERIGO VERMELHO: A APROXIMAÇÃO COM A ALEMANHA NAS PÁGINAS DA REVISTA MILITAR BRASILEIRA**

**Resumo:** O anticomunismo é um sentimento presente no seio da elite brasileira pelo menos desde 1917, ano da revolução russa. Nosso Exército, com uma oficialidade extremamente elitista e aristocrática, como aponta José Murilo de Carvalho, absorve este sentimento com extrema facilidade. Nesse sentido, a Revista Militar Brasileira, o instrumento oficial de propagação das ideias do Estado Maior do Exército brasileiro, vai assimilar este tipo de visão de maneira muito clara. Durante a década de 1930, pouco depois de Getúlio Vargas subir ao poder, são publicados alguns artigos atacando a doutrina militar soviética, que é enxergada, neste caso, como uma doutrina a não ser seguida. Na medida em que a Alemanha se aproximava do Brasil comercialmente, o ataque ao comunismo ficava cada vez mais direto.

**Dia 27 de abril (quarta-feira)**

**14h ó 17h30**

9 - Maria Clara Spada de Castro (Mestranda / PPGH-UNIFESP)

**A FORMAÇÃO DA COLUNA MIGUEL COSTA - PRESTES: CONFLITOS E (RE)CONSTRUÇÕES EM MARCHA.**

**Resumo:** Este trabalho visa compreender como se deu a formação da Coluna Miguel Costa - Prestes a partir dos movimentos tenentistas que a antecederam, iniciados em 1922 no Rio de Janeiro e que se alastraram nos anos seguintes pelos estados de Mato Grosso, Rio Grande do Sul, São Paulo, Sergipe, Amazonas e Pará. As fontes utilizadas são cartas trocadas entre os rebeldes, combinadas com as trajetórias individuais e coletivas dos remetentes e destinatários para uma melhor compreensão dos sujeitos, de suas origens sociais, relações, redes e sociabilidades. O encontro da Coluna Paulista com a Divisão Rio Grande em abril de 1925,

que vai dar origem a marcha da Coluna Miguel Costa - Prestes, foi permeado de conflitos. Havia divergências com relação ao futuro da marcha e à estratégia de combate, para além do desafio da deserção e das condições impostas em meio à guerra de movimento, como falta de víveres e armamento, por exemplo. Nossas fontes apontam ainda para conflitos internos que dão pistas sobre os desacordos e negociações perante as posições a serem tomadas e as dificuldades na construção de uma liderança coletiva.

10 - Vinícius da Silva Ramos (Doutorando / PPGH-UERJ)

### **OS MILITARES LEGALISTAS NO PUTSCH INTEGRALISTA PELA IMPRENSA CARIOCA.**

**Resumo:** Este trabalho tem por objetivo fazer uma análise da repercussão que alguns atos da Ação Integralista Brasileira (AIB) tiveram nas páginas de dois jornais de grande circulação do Rio de Janeiro na década de 1930: *O Jornal* e o *Correio da Manhã*. Nossa tarefa foi fazer um levantamento da atuação dos militares legalistas durante o *putsch* integralista de 1938 e como essa foi vista por parte da imprensa da então capital federal. Partimos da premissa que esses fatos emblemáticos refletem um *pacto* tácito entre o leitor e o jornal, onde aquele sabe o que vai encontrar ao adquirir o jornal, e este sabe o que publicar para agradar a seu comprador. Dessa forma constatamos sensíveis diferenças entre os jornais, tendo *O Jornal* mostrado franca simpatia à AIB em vários momentos, e o *Correio da Manhã* mantendo um afastamento crítico ao integralismo e simpatia aos militares que mantiveram a atuação de defesa da ordem institucional.

11 - Douglas Biagio Puglia (Doutor / IFMG)

### **A ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA NO QUADRO DO PENSAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO.**

**Resumo:** Muitos estudos sobre a Escola Superior de Guerra apontam as influências estrangeiras que fazem parte da estrutura conceitual política desta instituição, e que são inegáveis. Porém, além das teorias e conceitos oriundos do exterior, há um conjunto de influências políticas próprias da produção nacional que podem ser observadas nos escritos e diretrizes esguianas. Neste sentido, a presente comunicação apresentará a ESG como integrante de uma linhagem política (conceito proposto por Gildo Marçal Brandão) que remonta aos pensadores autoritários do início do século XX no Brasil, e de como os seus escritos fazem parte do ideário político desta instituição. Neste sentido, caberia destacar especificamente a forte influência das concepções de Alberto Torres e Oliveira Vianna e de como elas foram adaptadas para os interesses da ESG, tanto para satisfazer os interesses dos militares que fundavam a instituição como também ao contexto político social do final da década de 1940 e 1950. Sendo assim, trata-se da análise da ESG sob uma ótica interna e que busca situá-la dentro do quadro do pensamento político brasileiro.

12 - Mauricio Gomes da Silva (Mestrando / UFABC)

### **MILITARES MILITANTES DE ESQUERDA: A CASA DO SARGENTO DO BRASIL 1947-1952.**

**Resumo:** As intervenções militares na esfera da política brasileira foram várias desde a Proclamação da República. Estas intervenções perduraram durante o século XX, porém cada uma delas possuiu uma dinâmica própria, fruto de um contexto histórico. Após a Segunda Guerra Mundial esse quadro não se alterou, porém saltam aos olhos as intervenções de uma ala pouco estudada: a *esquerda militar*, responsável pelo processo de luta por melhores direitos e condições de trabalho que se deu na Casa do Sargento do Brasil, localizadas nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Buscando atender a reivindicações históricas da categoria, funcionaram como ponto de convergência das indignações dos subalternos das Forças Armadas, Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. No entanto, todo esse processo de

luta acabou por extrapolar das reivindicações da categoria para envolver-se em movimentos mais amplos, como a campanha em defesa do petróleo nacional e contra o envio de tropas brasileiras para Guerra da Coréia. Dentro de todo esse processo, destaca-se a atuação de militares comunistas que integravam o *Antimil*, setor militar do PCB. Esses militantes, com base na linha política radical empregada por aquele partido, procuraram ganhar o apoio das Forças Armadas para uma possível revolução comunista que, conforme supunham, despontava no horizonte.

13 - José Victor de Lara (Graduando - UEM)

### **RELAÇÕES EM CONFLITO: A ALIANÇA PARA O PROGRESSO DE JOHN F. KENNEDY E A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE DE JOÃO GOULART.**

**Resumo:** O presente trabalho apresenta os resultados da análise sobre as relações entre o Brasil e os Estados Unidos da América (EUA) nos anos de 1961 a 1964, concentrando-se nas dissensões entre as diretrizes da política externa de ambos os países e os EUA com a Aliança para o Progresso e o Brasil com a Política Externa Independente e entendidos como um fator que contribuiu para a desestabilização do governo João Goulart e, conseqüentemente, para os desdobramentos que levaram ao golpe civil-militar de 1964. Isto foi feito a partir do exame sistemático dos documentos produzidos pelo Departamento de Estados dos EUA consultados por meio do *Opening the Archives Project*, iniciativa organizada pela *Brow University* e a Universidade Estadual de Maringá para digitalizar e indexar os documentos diplomáticos abertos do governo dos Estados Unidos relativos ao Brasil entre 1960 e 1980. O estudo possibilitou a compreensão dos diferentes projetos de modernização em debate no cenário político brasileiro, bem como os interesses estadunidenses no Brasil e as motivações que os levaram a apoiar as forças golpistas em março de 1964.

14 - Miguel Patrice Philippe Dhenin (Doutorando / PPGCP-UFF e Doutorando / Université Paris III Sorbonne-Nouvelle)

### **O DIFÍCIL RETORNO À CASERNA: A INFLUÊNCIA DOS MILITARES DO EXÉRCITO BRASILEIRO NAS QUESTÕES AMAZÔNICAS DURANTE A TRANSIÇÃO (1985-1990).**

**Resumo:** Esse trabalho propõe oferecer uma breve análise histórica da influência política dos militares do Exército Brasileiro durante o período da transição republicana (1985-1990), particularmente na questão do desenvolvimento amazonense e a relativa fragilidade das fronteiras nessa região. Esse período foi marcado por um debate interno nas Forças Armadas sobre o rumo que o país deveria adotar em função do novo cenário político e estratégico. De acordo com a literatura contemporânea, é evidente a influência de oficiais de alta patente do Exército Brasileiro durante esse momento. A especificidade da região Amazônica catalisou uma série de discussões e debates (podemos, por exemplo, analisar a produção da grande imprensa nacional ou mesmo no Clube Militar) que marcaram a época e servem como fontes para o estudo. A história militar do começo da Nova República é rica e complexa e pretendemos com esse trabalho contribuir para o debate acadêmico sobre o papel dos militares do Exército na sociedade e sua notória influência na vida política nacional.

15 - Afonso Henrique Sant Ana Bastos (Mestre)

### **ORDINÁRIOS MARCHEM: ASPECTOS DA MILITARIZAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS DO RIO DE JANEIRO.**

**Resumo:** O século XIX marcou a afirmação dos Bombeiros do Rio como instituição militarizada, do Império Brasileiro. Criada em 1856, no bojo das transformações promovidas pelo imperador, a instituição conquistará o status de militar em 1880, situação que a transformará técnica e institucionalmente. Os oficiais, que então comandam a corporação, responsáveis pelas mudanças que advêm da militarização, institucionalizada pelo Decreto

Imperial 7.766, de 19 de julho de 1880, são oriundos do Corpo de Engenheiros do Exército Brasileiro, o que dá a tônica da capacitação técnica à corporação. As mudanças que a nova condição representa são o prelúdio da importância social dos Bombeiros, e sua ação institucional na história da República e do Rio a partir do final do século XIX. A presente análise faz-se mediante documentação existente no Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, com a perspectiva de comparação dos dados encontrados, com os aspectos cotidianos da cidade do Rio de Janeiro e a importância da Corporação dos Bombeiros para o Império Brasileiro.

## **PROGRAMAÇÃO SIMPÓSIO TEMÁTICO 3 ó HISTÓRIA DA GUERRA E DAS INSTITUIÇÕES MILITARES.**

### **Coordenadores:**

Manuel Rolph Cabeceiras ó UFF

Ricardo Cabral ó EGN

Fernando Velôzo Gomes Pedrosa - ECEME/PPGHC-UFRJ

Vágner Alves Camilo - UFF

**Dia 28 de abril (quinta-feira)**

**9h ó 12h30**

### **MUNDO**

(Coordenadores: Manuel Rolph Cabeceiras e Ricardo Cabral)

1 - José Luiz Pereira Rebêlo (Especialista / SEEDUC-RJ / SMERJ)

#### **"O PODER MARÍTIMO NAS ðHISTÓRIASö DE HERÓDOTO: APONTAMENTOS"**

**Resumo:** Heródoto, em sua obra, relata que tanto as rotas marítimas quanto a geografia das terras limítrofes do Mar Mediterrâneo eram desconhecidas por muitos que por ele navegaram. Em cada livro ele explica a localização geográfica de um conjunto de lugares e suas potencialidades para o cultivo da terra e para a criação de animais (condições necessárias para a fundação de novas colônias pelos helenos), além de listar os produtos comerciáveis existentes nestas regiões e quais mercadorias eram aceitas nas relações de troca pelos seus habitantes. É sobre este espaço que ele tenta estabelecer uma lista de governantes ou povos que ambicionaram o ðdomínio dos maresö. As informações contidas em sua obra sobre os tipos de navios de guerra e as táticas de combate naval empregadas para se conseguir atingir este objetivo são fragmentadas, e algumas narrativas de ðprojeção do poder naval sobre terraö revelam-se incoerentes. A proposta desta comunicação é identificar nas ðHistóriasö de Heródoto os ðelementos ou fatores constitutivosö do que para ele seria ðdomínio dos maresö e, em seguida, apontar similaridades, caso existam, e diferenças entre este conceito e os conceitos de Poder Marítimo de Alfred T. Mahan e de Chester G. Starr.

2 - Álvaro Alfredo Bragança Júnior (Pós-Doutor / UFRJ)

#### **"CAESAR E VEGETIUS ó ASPECTOS DA GUERRA ROMANA NA ANTIGUIDADE"**

**Resumo:** Na Antiguidade Clássica, a máquina militar romana estendeu as fronteiras da *Urbs* do Lácio até os limites da Ásia. O *imperium*, como estrutura política, deriva sua origem do aspecto militar de suas conquistas, em um primeiro momento vitorioso, até a crise do século IV EC., que culmina na derrota em Adrianópolis no ano de 378. À guisa de comparação destas épocas da história de Roma serão apresentados e brevemente discutido aspectos concernentes à guerra romana, a sua *ars* muito bem explorada em fins da República através das iniciativas e decisões de comando de Caius Julius Caesar no cerco a praça-forte de Alésia em setembro de 52 AEC a partir dos seus **Comentarii de bello gallico** (Livro VII) e os comentários de Publius Flavius Vegetius Renatus (século IV) em seu **Epitoma rei militaris** no tocante às características do legionário e uma de suas armas, valorizando e procurando incutir nos romanos de então as antigas *virtutes* romanas nos campos de batalha em tempos de crise no Baixo Império.

3 - Hiram Alem (Mestrando / PPGHC-UFRJ)

#### **"ENTRE A CONVOCAÇÃO E A CONTRATAÇÃO ó OS EXÉRCITOS INGLESES NA GUERRA DOS CEM ANOS"**

**Resumo:** Os exércitos ingleses durante o período da Guerra dos Cem Anos passaram por grandes transformações em sua composição, indo desde alterações na proporção das armas presentes ao número total do efetivo em marcha durante as campanhas. Entre os fatores responsáveis por essas transformações está a mudança na forma de reunir os exércitos. Em um primeiro momento, estes eram majoritariamente compostos por soldados convocados com base nas obrigações feudais. Todavia, a partir da segunda fase da Guerra, os exércitos passam a ser reunidos quase que exclusivamente por contratos estabelecidos entre o rei e nobres ou mesmo entre nobres com outros soldados. Considerado isto, buscamos nesta comunicação compreender o processo de transformação dos exércitos ingleses entre os séculos XIV e XV bem como sua importância social e militar durante os períodos abordados. Cabe ressaltar que esta comunicação é fruto de uma pesquisa que encontra-se em caráter preliminar e realizada no âmbito do Grupo de Estudos de História Militar (GEHM-CEIA/UFF).

4 - Sylvio dos Santos Val (Doutor / SEEDUC-RJ)

#### **"O OCASO ESTRATÉGICO DE NAPOLEÃO: AUSTERLITZ E TRAFALGAR NO CONTEXTO GEOPOLÍTICO Ó SEC. XIX"**

**Resumo:** O imperador-general Bonaparte debitou a carreira de estadista quase que exclusivamente ao seu desempenho militar. Guerreiro intimista e psicológico que conduziu a reforma do Estado francês como se estivesse no campo de batalha, com brilhantismo tático, incrível *timing*, astúcia e, acima de tudo personalismo. Escolhia os seus assessores a dedo de suas necessidades, contudo as decisões finais lhe pertenciam. Mais de duzentos anos após seu grande ó e mais legendário ó feito militar, pode-se analisar o caminho dos fatos que conduziram as armas francesas a uma das maiores vitórias da História, nas colinas gélidas de Austerlitz naquele fatídico dezembro de 1805, e o que sobreveio. Não é uma revisão histórica o que se pretende aqui, se não confrontar Napoleão, o guerreiro, com o imperador *corso* dos franceses, o estadista.

5 - Leandro José Clemente Gonçalves (Doutor / IFSP)

#### **"A PROFISSIONALIZAÇÃO DO CORPO DE OFICIAIS DO EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS NO SÉCULO XIX"**

**Resumo:** Historiamos as origens do exército dos Estados Unidos no final do século XVIII, a formação do corpo de oficiais profissionais na academia militar de *West Point* (inclusive com a apresentação de um debate de ideias entre cientistas políticos e sociais e historiadores a respeito do desenrolar deste processo ao longo do século XIX), as experiências deste mesmo exército nas Guerras de 1812-1814 e contra o México, em 1846-1848. Aqui também apresentamos as razões que consideramos ser as que teriam levado o exército a manter um tão pequeno efetivo (tanto de oficiais quanto de tropa) antes da Guerra Civil, e a experiência dos oficiais estadunidenses na missão *Delafield* de observação da Guerra da Crimeia (1853-1856), na Europa.

6 - Karina Barbosa Cancelli (Doutoranda / PPGHC-UFRJ)

#### **"O ESPORTE COMO FERRAMENTA DE PREPARAÇÃO MILITAR: A EXPERIÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA NO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO PARA A PRIMEIRA GRANDE GUERRA"**

**Resumo:** O esporte é na atualidade um fenômeno presente no cotidiano das mais diversas instituições ao redor do mundo. As Forças Armadas não ficaram de fora desse processo. Ao longo do século XIX e especialmente no século XX, as aproximações entre militares e prática esportiva se ampliaram significativamente em diversas regiões do planeta. O presente trabalho pretende discutir o uso das práticas esportivas como ferramenta de preparação militar por parte das Forças Armadas dos Estados Unidos da América (EUA) no processo de mobilização para participação na Primeira Grande Guerra. A proposta coloca em diálogo discussões

específicas dos campos da História Militar e da História do Esporte, inscrevendo-se em uma área de interesse nomeada de História do Esporte Militarö (CANCELLA, 2014). O *corpus* documental selecionado compreende fontes das categorias documentais e de imprensa. (PINSKY, 2006). Após as análises e discussões, foi possível considerar que as Forças Armadas estadunidenses formularam diferentes discursos institucionais para a defesa da presença da prática esportiva tanto nos campos de treinamento nos EUA como no cotidiano do *front* europeu com enfoque em aspectos do desenvolvimento físico e da masculinidade, como ferramenta de controle do tempo livre e também de manutenção e preservação da moral dos militares.

7 - Stefano Loi (Doutorando / ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa)

### **"A INSTITUIÇÃO DO ESTADO-MAIOR: A ABORDAGEM DE UM PROBLEMA HISTORIOGRÁFICO-MILITAR NUMA PERSPETIVA COMPARADA EUROPEIA"**

**Resumo:** Definir um Estado-Maior de um ponto de vista historiográfico não é tarefa fácil nem óbvia. Até agora existe só uma tentativa de definição que ainda por cima apresenta lacunas e remonta aos anos 30 do séc. XX. Através de uma abordagem que apresenta elementos de novidade em comparação a abordagens mais clássicas, tentar-se-á de oferecer uma perspectiva nova sobre as razões que induziram o surgimento de uma Instituição de importância capital no que diz respeito ao mundo militar contemporâneo e que continua desempenhar um papel fundamental nas dinâmicas militares. Neste sentido apresentar-se-ão os elementos que determinaram o surgimento e a evolução de 4 Estados-Maiors, o alemão, o francês, o inglês e o português, mostrando as diferenças e os pontos de contato entre estas Instituições. Depois de ter avançado com algumas propostas teórico-metodológicas, tentar-se-á de oferecer um esboço de definição historiograficamente fundamentada desta Instituição para tentar ultrapassar a única definição encontrada de Estado-Maior; finalmente, tentar-se-á de ver se o modelo de Estado-Maior construído através das experiências europeias pode-se estender ao caso brasileiro.

8 - Sandro Heleno Morais Zarpelão (Doutorando / PPGH-USP)

### **"A GUERRA DO GOLFO (1991): UMA ANÁLISE DA DOCTRINA POWELL POR MEIO DAS OPERAÇÕES ESCUDO E TEMPESTADE DO DESERTO"**

**Resumo:** O tema em questão trata da Guerra do Golfo, de 1991, que envolveu os Estados Unidos da América e o Iraque. O governo estadunidense empreendeu, para tanto, uma grande aliança de países e colocou em prática uma nova doutrina militar, diplomática e de relações internacionais conhecida como Doutrina Powell. Desse modo, o objetivo é visa analisar, em termos gerais, como ocorreu a aplicação da Doutrina Powell, no teatro de operações, por meio da Operação Escudo do Deserto, durante a Crise do Golfo, entre julho de 1990 e 17 de janeiro de 1991, provocada pela invasão do Iraque sobre o Kuwait, o que desencadeou uma grande reação internacional, liderada pelos Estados Unidos. Também busca analisar como Washington organizou e implementou a Operação Tempestade do Deserto, que foi decisiva para a vitória dos Estados Unidos no mencionado conflito.

**Dia 28 de abril (quinta-feira)**

**14h ó 17h30**

### **BRASIL E AMÉRICA DO SUL**

(Coordenadores: Fernando Velôzo Gomes Pedrosa e Vágner Camilo Alves)

9 - Christiane Figueiredo Pagano de Mello (Doutora / UFOP)

### **"AS DIFERENTES ESTRATÉGIAS DA GUERRA: AMÉRICA PORTUGUESA NO SÉCULO XVIII"**

**Resumo:** Partimos do princípio da existência de duas dimensões de entendimento do espaço político-territorial coexistindo na América Portuguesa durante a segunda metade do século XVIII: a corporativa, predominante na organização da sociedade colonial; e a voluntarista, que se impõe na Colônia a partir dos Vice-Reis e Governadores-Generais com base nas determinações e instruções enviadas pela Coroa portuguesa. Obviamente, diferentes concepções políticas-territoriais resultam em diversas estratégias de defesa militar. Em uma estrutura granular ou corporativa, com suas particularidades, jurisdições e relativa autonomia, a base da defesa territorial é construída a partir das estratégias locais de combate: emboscadas, assaltos noturnos, surpresas, incêndios e depredações. O resultado era a difícil manutenção da disciplina no campo de batalha. Já na concepção político-territorial voluntarista, fundamentalmente, o sucesso da defesa territorial era entendido como uma consequência do conjunto das forças militares e de sua devida regularização técnica. Para isso, alguns fatores eram importantes: o treinamento dos soldados no manejo das armas e, sobretudo, na completa obediência deles às ordens superiores; e a organização das forças militares deveria ser baseada em regras únicas e estáveis, que buscassem uma uniformidade de ação bélica.

10 - Adler Homero Fonseca de Castro (Doutorando / PPGHC-UFRJ / IPHAN)

### **"AS COMPANHIAS DE APRENDIZES MENORES"**

**Resumo:** Numa época em que não havia serviços sociais públicos e as possibilidades de apoio para os excluídos eram limitadas, muitas das ações que hoje seriam consideradas como de competência da administração pública eram exercidas pelas forças armadas, a única entidade governamental com penetração nacional. Uma das atividades que foram iniciadas foram as *companhias de aprendizes menores*, uma entidade visando a formação de operários habilitados para os arsenais e para as unidades de artífices militares. O objetivo era reunir jovens carentes ou órfãos em uma organização semimilitar, onde jovens receberiam educação básica, formação profissional e treinamento militar básico, passando então para as companhias de artífices (tropa de material bélico). Existindo de 1818 a 1895, havia companhias de menores nos principais arsenais do Império, inclusive no de Marinha e até na Casa de Detenção do Rio. Já na época se sabia que a medida não tenha sido um sucesso, o número de formados com habilitações artesanais tendo sido reduzido e o custo das companhias era elevado, no entanto a sua manutenção por um longo período mostra que os militares tinham uma visão mais ampla de seu papel na sociedade do que uma simples análise lógica permitiria considerar.

11 - Ana Beatriz Ramos de Souza (Doutoranda / PPGH-UERJ)

### **OS MÁRTIRES DA VÉSPERA: A MEMÓRIA EM TORNO DOS VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA (1870-1922)"**

**Resumo:** A Guerra do Paraguai foi acontecimento marcante na história política do Império do Brasil. Afetou o poder do Estado, e de forma um tanto surpreendente, afetou segmentos diversos da sociedade brasileira da época no sentido de causar o envolvimento direto com o conflito militar então deflagrado. Esse aspecto se associou, entre outros desdobramentos, a criação dos batalhões de Voluntários da Pátria. O objetivo deste trabalho é analisar como ocorreu a formação da memória referente a esses soldados-cidadãos, os batalhões dos Voluntários da Pátria e, em especial, examinar suas demandas por pagamentos, assistência e até mesmo participação política, e problemas no pós-Guerra do Paraguai, tendo como cenário a cidade do Rio de Janeiro, capital do Império e centro difusor das idéias políticas.

12 - Carlos Roberto Carvalho Daróz (Mestre / IGHMB)

### **"VOANDO NA GRANDE GUERRA: OS AVIADORES BRASILEIROS NA 1ª GUERRA MUNDIAL"**

**Resumo:** Após o reconhecimento pelo Brasil do estado de guerra contra a Alemanha, em outubro de 1917, resultante do afundamento de diversos navios mercantes em águas internacionais, o Governo brasileiro participou da Conferência Interaliada, realizada em Paris, na qual ficou acertada a contribuição do país para o esforço de guerra aliado contra as chamadas Potências Centrais. Foi decidido que o Brasil, único país sul-americano a enviar tropas para a Europa, atuaria em quatro frentes, enviando: uma Divisão Naval para patrulhar a costa ocidental da África; uma missão médica para instalar e operar um hospital militar em Paris; uma comissão de oficiais do Exército para estudo de operações e aquisição de material na França; e um grupo de aviadores navais para realizar curso e, posteriormente, participar de missões aéreas de combate. O presente trabalho tem como propósito analisar a atuação dos aviadores navais (e militares) brasileiros na Itália, nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha durante a 1ª Guerra Mundial, e as consequências advindas para a implantação do nascente componente aéreo na Marinha do Brasil e no Exército Brasileiro, lançando uma luz sobre esse desconhecido episódio da História do Brasil.

13 - João Marcos Macedo Louro (Mestre)

### **"HISTÓRIA E CULTURA ORGANIZACIONAL: DEBATE SOBRE A MECANIZAÇÃO NA REVISTA A DEFESA NACIONAL (1930-1942)".**

**Resumo:** O período entre as guerras mundiais foi o momento de debate, na área militar, sobre a mecanização das forças terrestres. O emprego dos carros de combate, em especial, foi largamente discutido entre a oficialidade de muitas forças armadas, visando a se obter o método mais eficaz de seu emprego. No caso do Exército Brasileiro, parte da discussão ocorreu nas edições da revista *A Defesa Nacional*. A análise dos artigos relacionados ao tema da mecanização ó principalmente os de autoria de oficiais brasileiros - ajuda a demonstrar as transformações da cultura organizacional da força armada em face de um novo equipamento, através das opiniões da oficialidade a respeito de seu emprego. As atitudes desses oficiais, tanto favoráveis quanto contrárias ao emprego da nova arma, demonstram o embate entre o uso hipomóvel (cavalos) e o mecanizado (carros de combate) ó debate que ocorria também em forças militares de países mais desenvolvidos à mesma época - e serviram para adaptar o pensamento militar no conceito inicial da *Cavalaria Mista* ó modelo esse que vigoraria até o princípio da Segunda Guerra Mundial.

14 - Fernando Velôzo Gomes Pedrosa (Doutorando / PPGHC-UFRJ / ECEME)

### **"INOVAÇÃO MILITAR E NOVA DOCTRINA: AS TRANSFORMAÇÕES DO EXÉRCITO BRASILEIRO NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980"**

**Resumo:** Na metade da década de 1960, o Exército Brasileiro era uma mescla entre a força militar proposta pela Missão Francesa (1920-1940) e a que havia absorvido substancialmente a doutrina militar norte-americana na Segunda Guerra Mundial. Em plena era dos exércitos motorizados e mecanizados, o Exército Brasileiro ainda contava com grande número unidades a pé e a cavalo, e dependia substancialmente da força animal para o transporte de equipamentos pesados das suas unidades. A partir do final da década de 1960, desencadeou-se, entre a oficialidade do Exército, um intenso debate a respeito de modernização e reestruturação militar. Como consequência desse debate, o final da década de 1960 assistiu ao início de um processo de reformas que dariam ao Exército Brasileiro as feições básicas que permanecem até hoje. Este trabalho avalia em que medida e de que forma a conjuntura política interna, o ambiente político internacional e a percepção de ameaças militares influenciaram o processo de reformas do Exército Brasileiro ao longo das décadas de 1970 e 1980. Também avalia em que medida essas reformas estiveram submetidas ao controle das

autoridades políticas civis e qual o grau de autonomia desfrutado pelo Exército para concebê-las e executá-las.

15 - Germán José Guía Caripe (Mestre / Universidad Simón Bolívar)

**"HISTORIA DE LAS INSTITUCIONES MILITARES EN VENEZUELA (1830-1958); HISTORIA NAVAL; HISTORIA MILITAR DE VENEZUELA".**

**Resumo:** Durante el Septenio, se llevó a cabo una serie de políticas, cambios y reformas en la estructura militar con el propósito de lograr la pacificación del país. No obstante, para obtener ese propósito era conveniente: renovar las unidades flotantes de velamen existentes; mejorar los apostaderos navales; crear una escuela náutica; implementar un proyecto de dique astillero en Puerto Cabello; construir capitanías y faros; realizar el dragado de barra; constituir una policía portuaria; entre otras transformaciones que beneficiarían la navegación marítima, fluvial y lacustre. En este sentido, la adquisición de los vapores de guerra artillados no fue únicamente necesaria sino, además, oportuna para dominar y defender un amplio espectro de la costa de las posibles invasiones, el bloqueo de los puertos, el contrabando de armas hacia los bandos enemigos y la movilización de las tropas de infantería a gran velocidad para repeler a las fuerzas opositoras que amenazan con quebrantar el proyecto de paz establecido, sin embargo, el mayor aporte durante la Regeneración de Guzmán Blanco (1873-1876), fue la incorporación de la era del vapor y el hierro para la consolidación de una Marina de Guerra, lo cual significó un hito en la Historia Naval Venezolana.

16 - Fábio Neves Luiz Laurentino (Graduado)

**EXPERIÊNCIAS DE MICRO-HISTÓRIA SOBRE A MÚSICA MILITAR BRASILEIRA NA GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA**

**Resumo:** O presente trabalho, com o apoio das fontes primárias escolhidas (diários de combatentes, reminiscências e iconografias) tem por objetivo mostrar, a princípio, de modo superficial e com o auxílio do conceito de Micro-História, o que foi documentado sobre música, canções e bandas militares durante a Guerra da Tríplice Aliança, na qual o Exército Imperial brasileiro esteve envolvido de 1864 a 1870, em conjunto com Argentina e Uruguai, contra o Governo do Paraguai. Através dos livros *Reminiscências da Campanha do Paraguai* de Dionísio Cerqueira, *A retirada da Laguna* de Alfredo E. Taunay e *Viagem militar ao Rio Grande do Sul* de Luis Filipe Gastão de Orléans (Conde D'Eu) e outros documentos, analisaremos com um olhar micro a participação e o cotidiano de músicas durante o conflito. Como motivação pessoal para a feitura deste trabalho pesou na contribuição para a ampliação da investigação do referido tema para a área da História Militar, e a escassez de publicações que registrem a história das bandas de música no Brasil, tanto militares quanto civis, que são uma lacuna que enriquecem a barreira de distanciamento do conhecimento musical e cultural militar para a sociedade civil brasileira.

## **PROGRAMAÇÃO SIMPÓSIO TEMÁTICO 4 ó HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA MILITAR.**

### **Coordenadores:**

Marcello José Gomes Loureiro - DPHDM

Luiza das Neves Gomes - ESG / PPGH-UFRJ

**Dia 28 de abril (quinta-feira)**

**9h ó 12h30**

### **Historiografia militar em processo**

1 - Dante Ribeiro da Fonseca (Doutor / Fundação Universidade Federal de Rondônia)

#### **DE TORDESILHAS ÀS BANDEIRAS: A EXPANSÃO TERRITORIAL DO BRASIL E A ATIVIDADE MILITAR.**

**Resumo:** A abordagem do processo de conquista e colonização portuguesa do Brasil tendo como ênfase a ação militar impõe a observação de dois outros aspectos relevantes. Primeiramente a relação entre proselitismo cristão e ação militar que coadjuvam a conquista da colônia brasileira e em segundo lugar a ação econômica, que também esteve umbilicalmente vinculada à ação militar na conquista da terra. A ação militar era responsabilidade também do colono civil através de vários mecanismos legais, instituídos ao longo da formação do Estado Nacional Português. Dentre esses mecanismos está a Bandeira cujas patentes eram atribuídas pelas autoridades metropolitanas e coloniais. São Paulo e Belém do Pará foram os núcleos irradiadores das ações que vieram a romper com os limites de Tordesilhas. No norte da colônia, é a partir de Belém que se dá o avanço sobre Tordesilhas e resultam no Tratado de Madri. Eventos posteriores consolidarão a fronteira noroeste. É nesse período que ocorre a conquista portuguesa da área dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé. Esses rios delimitaram a referida fronteira, em parte da qual se situa hoje o estado de Rondônia. Nessa exposição, a ênfase da análise histórica recairá sobre as ações militares na conquista e colonização desse espaço.

2 - Marcello José Gomes Loureiro (Doutor / DPHDM)

#### **õVASSALOS QUE DESPENDEM COM LIBERDADE PELO SEU REI O QUE TEM E O QUE NÃO TEM NÃO SÃO POVO, MAS NOBREZAö: DIÁLOGOS ENTRE GUERRA E SOCIEDADE NA MONARQUIA PORTUGUESA PÓS-RESTAURADA (1640-1705).**

**Resumo:** Como sublinhou André Corvisier, a guerra causa destruição, mas também inaugura oportunidades. A chamada õGuerra da Restauraçãoö (1640-1668), que marca o fim da União Ibérica, provocou uma série de alterações na monarquia portuguesa. Do Brasil, cada vez sendo chamado com mais frequência de õprincipal conquistaö, dependia a conservação da nova dinastia (a dos Bragança) no trono. Em última instância, a guerra permitiu, por exemplo, que as vozes advindas dos vassalos e das câmaras ultramarinas ecoassem com muito mais força em Lisboa. Diversos privilégios foram distribuídos em troca de apoio (político, econômico e militar), índice de que houve o estabelecimento de pactos tácitos entre o novo monarca e seus vassalos. Conselhos Superiores, como o Conselho de Guerra e o Ultramarino, foram instituídos ainda no início da década de 1640, para gerir os desafios da conjuntura crítica que se inaugurava. A guerra modificava os parâmetros que definiam a capacidade de interlocução e negociação dos agentes envolvidos, constituindo, de modo mais factível, aquilo que recentemente a historiografia tem denominado de *monarquia pluricontinental portuguesa*. Assim, o propósito deste trabalho é demonstrar como a Guerra da Restauração criou oportunidades para que as elites ultramarinas dos domínios do Brasil reposicionassem seu lugar e importância na monarquia.

3 - Paola Natalia Laux (Graduada / Museu Histórico de Rolante)

### **A LOGÍSTICA PARA O COMBATE: O ARSENAL DE GUERRA DE PORTO ALEGRE NA CAMPANHA DA TRÍPLICE ALIANÇA (1865-1870).**

**Resumo:** O trabalho tem por objetivo analisar a dinâmica produtiva do Arsenal de Guerra da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul no período marcado pelo desenrolar da Guerra da Tríplice Aliança (1865-1870). Desta forma, buscar-se-á compreender aspectos da logística empregada pela Instituição com base em um dos produtos lá manufaturados e armazenados: os fardamentos. Tendo como suporte os relatórios redigidos por Ministros do Estado dos Negócios da Guerra, o primeiro momento do artigo apresentará questões pertinentes ao contexto da disputa bélica com o Paraguai e o impacto disso nas funcionalidades do Arsenal. No segundo momento serão analisadas as correspondências trocadas entre o Diretor da Organização Militar e o Presidente da Província, com vistas a compreender como se deram e quais as formas de obtenção de fardamentos, bem como demonstrar a amplitude da estrutura logística do Arsenal nos tempos de guerra. O artigo parte da hipótese de que as necessidades geradas pelo conflito extrapolaram a capacidade produtiva do Arsenal, sendo necessária a utilização de outras estratégias para suprir as demandas do combate.

4 - Jéssica de Freitas e Gonzaga da Silva (Mestranda / PPGEM-EGN)

### **120 DIAS LONGE DE TI: A PARTICIPAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL NA 1ª GUERRA MUNDIAL NAS CARTAS DE AMOR DO 2º TENENTE JOAQUIM MARTINS PEREIRA (1918).**

**Resumo:** Em 26 de outubro de 1917, o Brasil declarou guerra contra Alemanha. No âmbito político, militar e estratégico, a Marinha do Brasil contribuiu para os esforços de guerra através da formação, em 1917, da Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG) cuja função era atuar em conjunto com outra esquadra aliada na Europa e no policiamento do oceano Atlântico. O navio-tênder *Belmonte*, também chamado de cruzador-auxiliar, zarpou do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro com sentido ao Reino Unido, transportando carvão e mantimentos. Na costa da África, sofreram um ataque alemão. No entanto, a maior fatalidade vivida pelo contingente a bordo do navio foi a gripe espanhola, responsável por dizimar a tripulação. O objetivo do presente trabalho é apresentar a participação da Marinha do Brasil na 1ª Guerra Mundial (1914-1918), através do estudo de caso sobre a atuação do Navio Tender *Belmonte*. Através da análise documental das cartas de amor do 2º Tenente Joaquim Martins Pereira a sua cônjuge Maria do Carmo Pastori, pretendemos apresentar um relato inédito sobre o cotidiano a bordo do navio, contribuindo para historiografia naval brasileira.

5 - Janylle de Almeida Ferreira (Doutoranda / PPGH-FFP-UERJ / ESG)

### **TERRITÓRIO (S) TUTELADO (S) EM NOME DA DEFESA NACIONAL (1919-1923): O CASO DA COLÔNIA DE PESCADORES ALMIRANTE GOMES PEREIRA.**

**Resumo:** Esta investigação tem como proposta refletir sobre a maneira pela qual os pescadores artesanais foram chamados pelo Estado a contribuir para a Defesa Nacional, passando pela questão da defesa do território, dos recursos naturais e do Poder Naval disponível entre os séculos XIX e XX. A análise das fontes possibilitou descrever um cenário de ameaças entre guerras, que exigiram atitudes no sentido de minimizar os problemas causados no contingente militar e nos meios navais, indispensáveis para patrulhar os mais de 8.500 km de costa do nosso litoral, originando o movimento de reestruturação e nacionalização da pesca, que pretendia assegurar o domínio do Estado sobre o território nacional, o que culminou na estruturação político-administrativa da atividade, na sua valorização profissional, no zoneamento e no reconhecimento para a segurança do país. Essa abordagem possibilita resgatar a origem da relação entre a Marinha do Brasil e os pescadores artesanais, até hoje representados pelas Colônias de Pescadores, institucionalizadas pela Marinha nesse período. Entre elas está a que foi denominada Almirante Gomes Pereira, localizada na Ilha do Governador, que merece destaque pela sua importância comprovada na

representação do pescador Henrique Pereira Fernandes como tesoureiro da primeira diretoria da Confederação Nacional de Pescadores do Brasil.

6 - João Francisco Schramm (Mestrando / PPGH-UnB)

### **A POLÍTICA DE SEGURANÇA NACIONAL SOBRE O DESCONHECIDO: O ENVOLVIMENTO DA FAB COM OS OBJETOS AÉREOS NÃO IDENTIFICADOS NO SÉC. XX.**

**Resumo:** Este trabalho tem como tema discutir o envolvimento da Força Aérea Brasileira no estudo e investigação de fenômenos relacionados à objetos aéreos não identificados (Oanis) no séc. XX. Em 1969 fora criado pela IV Zona Aérea o Sistema de Investigação de Objetos Aéreos Não Identificados (Sioani), que tinha como missão empreender pesquisas científicas sobre o tema. Mesmo com o encerramento do Sioani em 1972, a FAB, em 1977, investigou o fenômeno durante a Operação Prato, no norte do Pará, em solicitação das autoridades locais, já que era alegada uma atitude hostil de Oanis junto a população ribeirinha. Já em 1986, a FAB empreendeu uma missão de interceptação em resposta a invasão do espaço aéreo nacional por Oanis, evento que veio à público, em cerimônia no Palácio do Planalto, na decisão do ministro da Aeronáutica na época. Tendo em vista esses eventos, o objetivo desse trabalho é analisar as diferentes posturas da FAB sobre ao fenômeno dos Oanis no séc. XX, por meio dos seus documentos oficiais, juntamente com o atual momento em que vivemos um amplo processo de liberação de material confidencial sobre esse tema.

7 - Marcelo Cardoso (Mestrando / PPGH-UFPI)

### **DISCIPLINA E ANTIDISCIPLINA NA POLÍCIA MILITAR EM TERESINA DE 1980 A 1990.**

**Resumo:** O artigo refletiu sobre a disciplina imposta aos militares pelos regulamentos da instituição e a antidisdisciplina empregada como arte de burlar sem transgredir as normas disciplinares da instituição policial no Piauí. No trabalho analisou-se os aspectos da história da policia militar e o ambiente quartel. Trabalhou-se em sintonia com os estudos do domínio da nova história militar, corroborando para isso a obra organizada por Celso Castro, Vitor Izecksohn, Hendrik Kraay, ãNOVA HISTÓRIA MILITAR BRASILEIRAö. Neste sentido, a pesquisa sobre a disciplina e antidisdisciplina dos militares na instituição, polícia militar, vem como uma forma de reconhecer que os seus integrantes, ao longo da história pátria, tiveram um papel amplo. É necessário compreender o cotidiano dos militares e sua vivência no quartel. Não aceitando os regulamentos de forma pacífica, os militares desenvolvem meios de transgredir as leis. Nesses casos, são punidos pelo regulamento. Ademais, também, burlam as regras de forma silenciosa. Assim, sem receber punição, traçando uma antidisdisciplina na polícia.

**Dia 28 de abril (quinta-feira)**

**14h ó 17h30**

### **Questões Gerais**

8 - Katia Jane de Souza Machado (Doutora / Fundação Biblioteca Nacional)

### **RESGATE HISTÓRICO COLONIAL: BASE DA HISTORIOGRAFIA COLONIAL BRASILEIRA MANUSCRITA, CARTOGRÁFICA E ICONOGRÁFICA ADVINDA DE CONTINENTES.**

**Resumo:** Resgate Histórico Colonial: Base da Historiografia Colonial Brasileira Manuscrita, Cartográfica e Iconográfica advinda de Continentes é o fundamento da configuração que retratará e que colocará em evidência a historiografia militar de um Brasil Colonial através do repertório de cerca de quatro milhões de páginas pertencentes ao Projeto Resgate Barão do

Rio Branco, pois é produto de suas pesquisas científicas com metodologia própria e apropriada a cada Nação, efetuadas em Arquivos, Bibliotecas e Museus de nove países em dois Continentes, em acervos manuscritos documental, cartográfico e iconográfico que abarcam os anos entre 1500 e 1822, e seus diversos suportes ó atualmente Repositório, que buscam seguir as novas tendências tecnológicas para uma melhor e atual preservação em prol da democratização e da difusão da memória historiográfica do Brasil Colonial - palco de embasamento de um Brasil Contemporâneo, indicando e facilitando o acesso a documentos originais, contribuindo e achegando-se ao direito de acesso ao patrimônio documental e historiográfico brasileiro remoto a nossos olhares.

9 - Edina Laura Costa Nogueira da Gama (Mestranda / PPGEM-EGN)

### **A HISTÓRIA NAVAL BRASILEIRA: NOTAS SOBRE SUA PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA.**

**Resumo:** As Forças Armadas do Brasil estiveram imersas na legitimação e consolidação do Estado Nacional. E, portanto, inseridas no processo de construção de uma história do Brasil. Neste contexto, a produção historiográfica militar se pautava num paradigma historiográfico tradicional. Mas, obedecendo as especificidades do processo histórico do País, em que momento essa história passou a ser produzida? Quem a realizava? Como era conduzida? E de que forma se desenvolveu? Neste mister, a literatura visitada se mostrou recorrente num diálogo com o livro *Nova História Militar Brasileira (2004)*. No entanto, pouco há acerca de estudos historiográficos da Marinha do Brasil na obra mencionada, o mesmo para com a maioria de outros textos acadêmicos sobre esta temática. Deste modo, no alcance do objetivo desta pesquisa ó notas sobre a produção historiográfica naval brasileira - empregou-se um diálogo com dois textos: *Arquivos da Marinha e historiadores*, autoria de Paloma Fonseca, e *A Historiografia Naval Brasileira (1880:2012): Uma visão Panorâmica*, de Francisco Eduardo Alves de Almeida. E ainda, quanto à historiografia naval contemporânea, buscou-se investigar o seu viés cultural, com a criação de organizações militares na Marinha do Brasil que redundaram na existência, hoje, da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha.

10 - Sandro Teixeira Moita (Mestre / ECEME)

### **A RELAÇÃO IMPOSSÍVEL? CONSIDERAÇÕES ENTRE A HISTÓRIA MILITAR E A ESTRATÉGIA.**

**Resumo:** XXXXXXXXXXXXXXXX

### **Memória, Patrimônio & História Militar**

11 - Marcelo Gonçalves Ramos (Mestre)

### **PRAÇA DE GUERRA E PAZ: A PRAÇA GEL. TIBÚRCIO COMO LUGAR DE MEMÓRIA.**

**Resumo:** A Praça Gel. Tibúrcio está localizada na Zona sul da cidade do Rio de Janeiro, no Bairro da Urca, possui grande significado histórico e social. Em seu entorno, situam-se o Instituto Militar de Engenharia, a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e a Escola de Guerra Naval, além do Monumento aos Mortos na Intentona Comunista e o Monumento aos Heróis de Laguna e Dourados. Antônio Tibúrcio Ferreira de Souza, General da Guerra do Paraguai, dá nome ao local. A praça está assentada na Praia Vermelha, local com rica história militar, sede do antigo Forte da Praia Vermelha. A praia esta ladeada por duas fortalezas, hoje ocupadas pelo Círculo Militar da Praia Vermelha. Através da teoria do historiador francês Pierre Nora, sobre Lugares de Memória pretendemos evidenciar esse contexto histórico e cultural, incentivando a difusão dos processos políticos e sociais que formataram e que fomentam o sentimento de nacionalidade que vivenciamos na atualidade, promovendo o debate de ideias através do oferecimento de informações retiradas do patrimônio histórico local, possibilitando uma maior compreensão da nossa identidade.

12 - Ianko Bett (Doutor / Museu Militar do Comando Militar do Sul)

### **ESPAÇOS DE MEMÓRIA E A HISTORIOGRAFIA MILITAR: O CASO DO MUSEU MILITAR DO COMANDO MILITAR DO SUL ó MMCMS.**

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo principal apresentar um estudo relativo à importância dos Espaços de memória na produção e difusão da historiografia militar com ênfase nos projetos de pesquisa, exposições e eventos desenvolvidos no Museu Militar do Comando Militar do Sul ó MMCMS, Instituição criada em 1999 e que hoje se configura em um dos principais espaços de memória, dentre aqueles localizados na região Sul do Brasil, que se ocupa de assuntos concernes ao campo da História Militar. Para tanto, na primeira parte, o trabalho propõe uma reflexão acerca dos aportes teóricos e metodológicos que podem embasar as práticas específicas de espaços de memória, notadamente Museus, colocando em evidência a própria produção do conhecimento histórico a partir de objetos, com especial atenção às especificidades inerentes às questões militares e suas interferências nos âmbitos cultural, social e político. Em seguida, pretende-se apresentar os resultados práticos atingidos no MMCMS no que diz respeito à produção, desenvolvimento e difusão da historiográfica militar, explicitando o *modus operandi* e estratégias da Instituição na sistematização de projetos e seus alcances no público acadêmico, em uma região que se destaca pela baixa penetração e produtividade da História Militar nos programas de Pós-graduação das Universidades locais.

13 - Rivaldo Cardoso Dantas (Especialista)

### **SISTEMA DE DEFESA/ATAQUE CONSELHEIRISTA NO PARQUE ESTADUAL DE CANUDOS ó PEC (1897).**

**Resumo:** Ao longo do perímetro do Parque Estadual de Canudos (PEC) existe uma série de resquícios de estruturas arqueológicas denominadas, pela historiografia sobre a Guerra de Canudos, de Trincheiras Conselheiristas. No entanto, partindo da compreensão do conceito, características e tipos de fortificações, possivelmente, estas estruturas não correspondiam somente a trincheiras, havendo também a possibilidade da existência de outras estruturas não abordadas pela historiografia. Nesse contexto, a presente monografia tem o objetivo de identificar e apresentar o sistema de defesa e ataque conselheirista na região do PEC. Para tanto, antes, foi preciso compreender o clássico emprego da trincheira militar; o ensino militar brasileiro antes da Guerra de Canudos, relacionando-o com o ensino de Fortificação de Campanha; o conceito, as características e os tipos de fortificações de campanha, relacionadas aos resquícios arqueológicos; as interpretações de quatro livros específicos sobre as trincheiras do PEC, dois trabalhos arqueológicos e dois de militares que participaram do conflito; por fim, uma análise das fontes oficiais ó as Partes de Combate e as Ordens de Dia ó de alguns oficiais que participaram da peleja. Na conclusão é apresentada a composição do complexo sistema de defesa e ataque conselheirista no PEC; observações sobre algumas estruturas arqueológicas; a relação dos termos entrincheirado, entrincheiramento e entrincheirar, com todas as estruturas empregadas pelos conselheiristas; a análise do recorrente erro de interpretações de algumas estruturas como a que tem as características alveolares; finalmente, algumas orientações para o aprofundamento da pesquisa.





Revista Brasileira de  
**História  
Militar**

A Revista Brasileira de História Militar é uma publicação eletrônica, independente, com periodicidade semestral, destinada à divulgação de artigos de historiografia militar, produzidos por pesquisadores brasileiros ou estrangeiros, elaborados dentro dos padrões de produção científica reconhecidos pelos meios acadêmicos. Destina-se também a publicação de trabalhos de pesquisa e de metodologia, além da divulgação de eventos acadêmicos, desde que relacionados à História Militar e aprovados por seu conselho editorial.

